

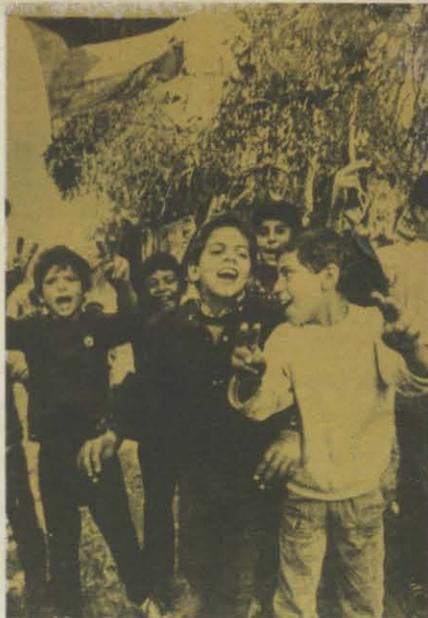
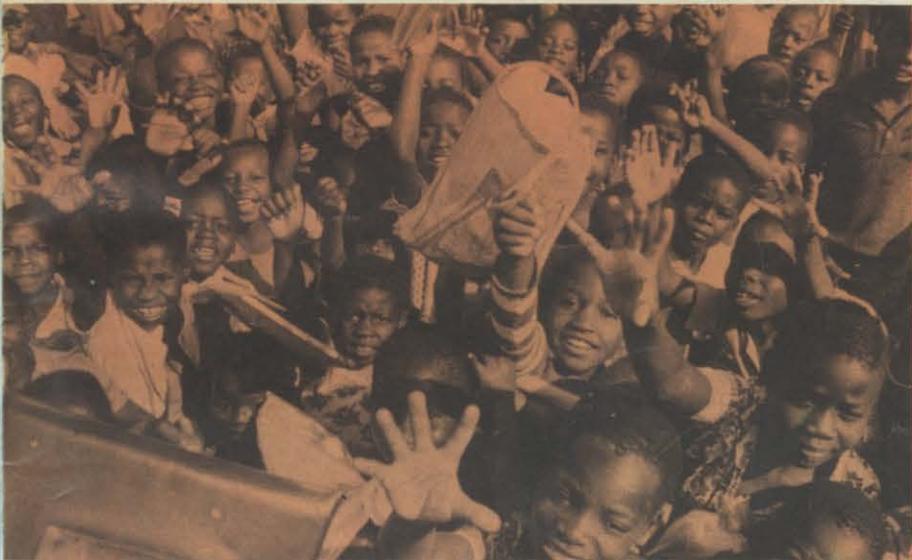
CADERNOS DO

terceiro mundo

SUCCESSÃO
A plataforma
dos comunistas

PUBLICAÇÃO MENSIL Nº 117 Nº 025-1906-00 RUA VISTA, MANAUS C.Z. 2.470 ANO XI

ÁFRICA AUSTRAL



PALESTINA

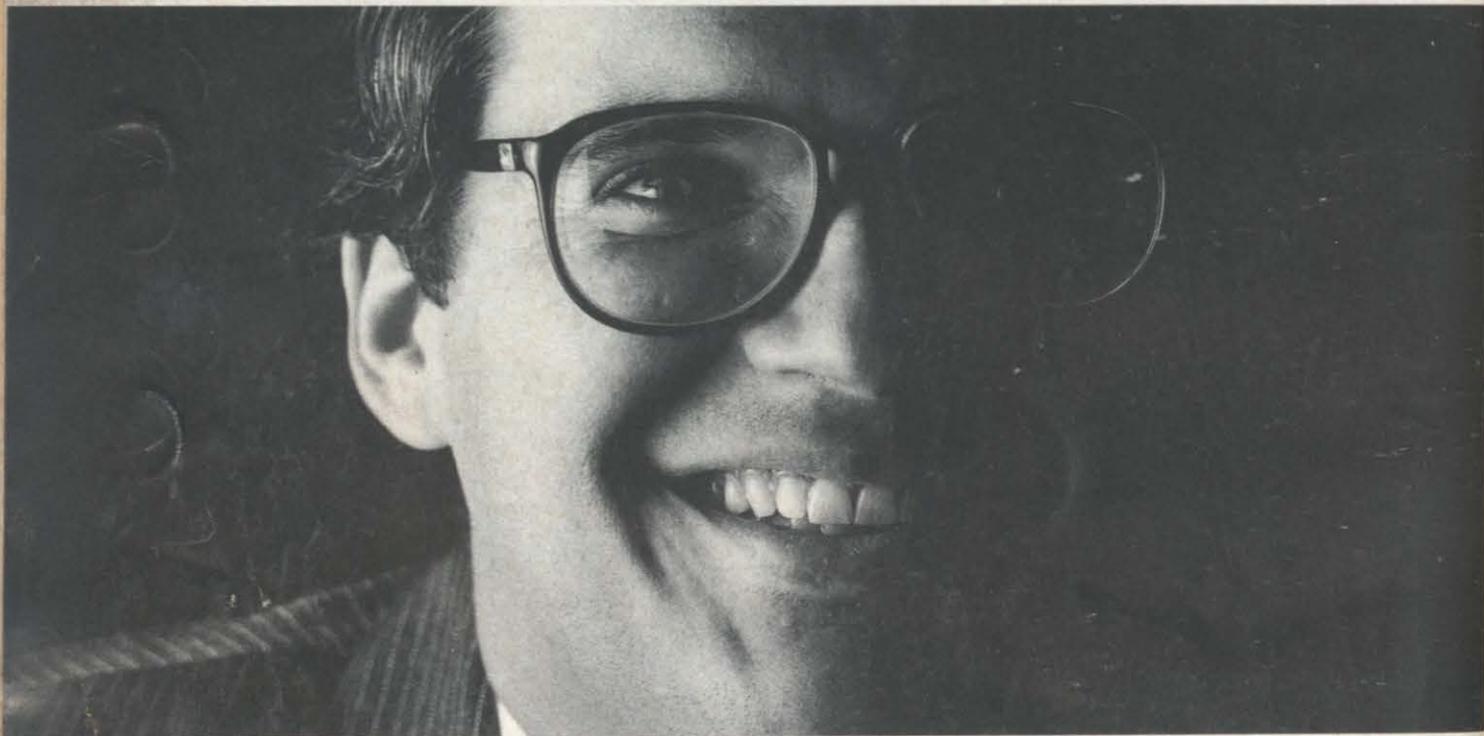
CORTESIA DO EDITOR
CIRCULAÇÃO NACIONAL

AVANÇOS HISTÓRICOS

CORÉIA:
O tigre estatal



Conta Azul Remunerada da Caixa.



Sem dúvida, com toda segurança.

Conta Azul Remunerada.
Agora, ao invés do seu dinheiro
ficar parado, perdendo minuto
a minuto, ele vai render.

Diariamente.
E já a partir do dia da
aplicação.

Você não tem prazo definido

para sacar ou depositar.

É quando você resolver.

No caso de retiradas, é só avisar
24 horas antes. E a movimentação
pode ser feita pessoalmente ou até
por telefone, se preferir.

Você deve estar achando que a
Conta Azul Remunerada é muito

parecida com as outras que estão
no mercado.

Mas só ela tem uma coisa que
nenhuma outra tem: a segurança
da Caixa Econômica Federal.

E segurança é o que um homem
de decisão nunca pode deixar de ter.
Não é?

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**

AOS LEITORES

A posse de George Bush marcará uma mudança na política externa dos Estados Unidos. Bush não se orientará por princípios diferentes dos seguidos até agora pela administração republicana, mas é previsível que seu estilo imporá maior pragmatismo à atuação externa norte-americana, que deverá ter menor influência dos aspectos puramente ideológicos. Ronald Reagan deixa uma herança positiva, quanto às relações com a liderança soviética e quanto à reviravolta que conseguiu dar, à última hora, em sua política para o Oriente Médio. Caberá agora a Bush elaborar uma estratégia adequada, para substituir os ultrapassados Acordos de Camp David e reformar as bases do relacionamento de Washington com Israel. Os dirigentes israelenses – em particular o primeiro-ministro Itzak Shamir – mostram-se frustrados e irritados, ante o que consideram traição da administração norte-americana: o início do diálogo direto dos Estados Unidos com a Organização para a Libertação da Palestina-OLP, sem aviso prévio qualquer a Tel Aviv. Uma segunda modificação deverá ocorrer com relação ao regime racista da África do Sul, outro parceiro privilegiado de Washington. Pressionado pela comunidade internacional e por seus próprios problemas internos, o regime do *apartheid* firmou um acordo com Angola e rendeu-se afinal à exigência de retirar-se da Namíbia. A solução destes graves problemas certamente muito contribuirá para melhorar o panorama das relações internacionais. É auspicioso que 1989 possa começar sob o influxo positivo dessas iniciativas que acenam com uma era de paz para angolanos, namibianos e palestinos, temas de nossa matéria de capa.

SUMÁRIO

- 3 **CARTAS** _____
- 4 **PANORAMA TRICONTINENTAL** _____
- MATÉRIA DE CAPA** _____
- 10 **Angola:** O acordo de paz
- 12 **Palestina:** A vitória do realismo
- AMÉRICA LATINA** _____
- 16 **Chile:** A era pós-Pinochet
A face oculta da vitória
- 17
- 19 **Uruguai:** A esquerda pode ganhar a prefeitura de Montevideú
- 23 **Argentina:** Democracia ameaçada
- 25 **Colômbia:** À beira da guerra civil
- ÁFRICA** _____
- 29 **Economia:** As perspectivas para 1989
- 30 **SADCC:** Cortar a dependência
- ÁSIA** _____
- 32 **Coréia:** O longo caminho da reunificação
- 35 **Filipinas:** Onda de assassinatos
- 37 Dívida externa
- ECONOMIA** _____
- 38 **América Central:** O peso da dívida
- 40 Com a faca e o queijo na mão
- SAÚDE** _____
- 41 **Índia:** Pobreza, a mãe de todos os males
- INFÂNCIA** _____
- 43 **Angola-Moçambique:** As vítimas da agressão sul-africana
- MULHER** _____
- 44 **Emirados árabes:** Sob o véu, fluem as idéias
- 46 **Bolívia:** A "chola", mulher que peqa em armas
- SUPLEMENTO BRASIL** _____
- 48 **Panorama Nacional**
- 51 **Economia:** Como se faz um tigre
- 56 **Mercado Comum:** A integração do Cone Sul
- 57 **Sucessão:** PCB vê passagem gradual ao socialismo
- 63 **Amazônia:** Ecologistas pedem trégua para salvar a floresta
- 66 **Saúde:** Aids, atrás dos remédios
- 68 **Cultura:** As várias faces de Angola
O batuque e os kuanhamas
- 70 **Religião:** A guerra da intolerância
- 72 **Opinião:** Enterrem meu coração no delta do Amazonas



ONU: Arafat anuncia o plano de paz e Israel fica isolado em posição intransigente



Angola: a paz pela primeira vez, em 13 anos, anuncia novos tempos para a África Austral



Argentina: Francisco Gassino (de óculos) substitui o general Dante Caridi



Amazônia: decálogo para preservar a selva e disciplinar o desenvolvimento

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr. 105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Giovani Amado**
Rua Barata Ribeiro 369/1004
Copacabana
22040 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil
- **Carlos Alberto Amato**
Rua Tamandare 361
Centro
12500 - Guaratinguetá - SP
Brasil
- **Sebastião Vera Cruz**
Av Ipiranga 84 Apto. 1802
Centro
01039 - São Paulo - SP
Brasil
- **Inés Campos Alcoba**
Aniceto Padilla
Eliodoro Camocho 1194
Cochabamba - Bolívia
- **Claudio Maffei**
Rua Antonio Magnatti 35
18540 - Porto Feliz - SP
Brasil
- **Tácito Pereira dos Santos**
Caixa Postal 1823
78900 - Porto Velho - RO
Brasil
- **Antonio Dias Dala (Esquerdinha)**
Bairro da Madeira (S. Paulo)
Caixa Postal 3217
A/C cda Francisco Kiambe (SADCC)
Luanda - Angola
- **Camilo Vicente Numbi**
Av Agua Grande
Ribeiro Capital 306
São Tomé - R D S T P
São Tomé e Príncipe
África
- **Sergio Paulo da Mota**
Av de Agua Grande
Ribeiro - Cidade - Capital
Casa 365
São Tomé e Príncipe
- **Victor Manuel Monges**
Empresa de Artes Gráficas
Caixa Postal 28
São Tomé
São Tomé e Príncipe
- **Luis Neto**

- R. Garky 153τ/R 21 A
Az - CCP-CCCP
URSS
- **Luiz Araujo Torres**
Caixa Postal 68757
02095 - São Paulo - SP
Brasil
 - **Filomeno de Jesus Fernandes**
r-baky 153 ii / R 21-A
Az - CCP - CCCP
URSS
 - **Olávio Vargas Valentim**
Rua Giacomo Adoifi 153
03920 - Sapopemba - SP
Brasil
 - **Washington Luiz Bezerra Dantas**
Rua Rogaciano Santana 98/103
Rio Doce
53140 - Olinda - PE
Brasil
 - **Valmir Stahlirk**
Caixa Postal 150
95300 - Lagoa - RS
Brasil
 - **Napoleão José Mota**
Caixa Postal 1044
Lobito - Angola
 - **Arnaldo B. S. Neto**
Av. Const. Nery Conj Tocantins
Bloco 01 apto 304
69000 - Manaus - AM
Brasil
 - **Fábio Capistrano Costa**
Av. Luciano Carneiro 1365
60000 - Fortaleza - CE
Brasil
 - **Edson Machado**
Caixa Postal 3163
20001 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil
 - **Cléia Aparecida Montezano de Souza**
Rua Rocha Pombo 869
Bairro Caicara
79070 - Campo Grande - MS
Brasil
 - **Vânia Maria Casiraghi**
Barra Grande Itapejara D'Oeste
85580 - PR
Brasil
 - **José Nilvan Almeida de Araujo**
Rua Pe. Amancio Leite, 488
58840 - Pombal - PB
Brasil
 - **Vilmar Bettú**
Rua Giacomo Peruchi 174
Pinheirinho
88800 - Criciúma - SC
Brasil
 - **Isaac Abiloo**
Caixa Postal 1107
Ao c/ da cda Teresa Nomaliti
Lobito - Angola

Cadernos do TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Claudia Neiva, Nereida Daudt, (Brasil), Roberto Ardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

Correspondentes: Haracio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Malta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalife (Equador), Ratael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Marianoni (Suça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narain Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Fuocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castiño (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cédric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbet de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rummell (Peru), Theotonio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Miguel Efe, Reginaldo Caxias. **Colaboradores:** Adérito Gusmão e Dayse Vitoria. **Centro de Documentação:** Maria Helena F. (diretora), Elizabete Mesquita, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitador:** Antonio Carlos S. Aguirre. **Composição:** Luzia A. Neiva e Valéria Soares Santos. **Revisão:** Cléia Márcia Soares.

SEDE CENTRAL NO BRASIL:
Diretor Administrativo: Henrique Menezes.
Departamento de Produção Industrial: Paulo Gomes.
Deptº de Assinaturas e Circulação: Rafael Peres Borge Filho
Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil - Tels. 222-1370/242-1957/ Assinaturas: 252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:
• **Edição em Português:**
Diretor: Neiva Moreira/**Editor:** Procópio Mineiro.
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Serra e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazonia)

Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**
Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul
Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio
Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461/ Tel.: 49-61-92 Montevideu, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berniel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Impressão: Imprensa Polo Ltda. Garibaldi 2579
Tel.: 802420 - Montevideu

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina

• **Edição em Inglês:**
Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil
cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraq), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Chile-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Reuters.

Capa: Pedro Toste

Revista nº 117 - Dezembro - 1988



O racismo produziu o nazismo de Hitler e o sul-africano

Discriminação

O racismo é uma teoria anticientífica, desumana e reacionária, pregada pela burguesia para com os povos de outras raças e nacionalidades. Pretende que as raças não são iguais entre si, que os homens e as mulheres que as compõem não são dotados do mesmo grau de inteligência, que existem raças "superiores" e raças "inferiores". Tenta, dessa maneira, justificar políticas de discriminação, de agressão, de conquista e de pilhagem colonialista. A Alemanha fascista baseou-se na "teoria" racista para desencadear a Segunda Guerra Mundial, que devia, pensavam seus dirigentes, permitir-lhe instaurar a dominação mundial da "raça ariana".

Para meu constrangimento, tenho, frequentemente, ouvido de amigos e certos parentes (que, por incrível que pareça, dizem-se socialistas ou comunistas) coisas tenebrosas a respeito dos nossos patrícios nordestinos. Dizem que eles são corruptos, nojentos, asquerosos, reacionários, venais, imprestáveis, incompetentes; que não se destacam em nada, além do latrocinio, do vandalismo, (até Jorge Amado é dito um "vendido") e que quando migram para os grandes centros urbanos só têm um caminho a seguir: os homens, como peões de obra bebedores e, as mulheres, como domésticas e prostitutas.

Por outro lado, fazem uma apologia dos sulistas como um povo "heróico, esforçado e trabalhador, que não se deixou abater pela catástrofe das enchentes: eles se reergueram". Enquanto que no Nordeste, segundo eles, o povo encontra justificativa para sua imobilidade na seca e se acomoda com a ajuda recebida de outras regiões do país.

Tento, inutilmente, mostrar que é preciso dar livros, escolas aos nordestinos, educar o povo, dar comida e as condições indispensáveis e necessárias para a sua vida, em sua própria terra. Procuo fazer ver os estragos e as desgraças advindas de décadas de coronelismo que impera na região. Mas, em vão. Será que eletivamente os nordestinos não merecem uma chance, uma oportunidade de ter uma vida digna e decente?

Diante dessa polêmica, peço encarecidamente que, à medida do possível, respondam através de uma reportagem especial (na qual se poderia incluir a postura dos povos socialistas com relação a gente que sempre foi discriminada em sua própria terra) no Suplemento Brasil, de terceiro mundo, onde certamente poderei encontrar mais subsídios e argumentos para as minhas discussões.

Carlos Mendonça Ribeiro
01 233-Pacaembu
São Paulo-SP

Apoio ao Suplemento

Sou estudante universitária e o Suplemento Brasil tem me ajudado muitíssimo em meus trabalhos escolares.

Quero discordar por completo do leitor Manoel Orzabal, de Natal, que, no n.º 114, sugeriu suprimir, ou seja, eliminar o Suplemento Brasil, pelo fato de tomar conhecimento dos assuntos através de outros meios de comunicação. Confesso que achei a atitude dele egoísta e torço para que vocês esqueçam tal opinião.

Acho interessantíssimo todos os assuntos abordados por essa maravilhosa revista. Realmente meu grau de conhecimento só tem se elevado depois que passei a ler terceiro mundo.

Almerinda Trindade Lopes
Belém-Pará

Sugestões

A importância de terceiro mundo para quem deseja se manter informado, é a maior, pois não existe nada similar no país. Que eu saiba, não.

Eu gostaria que terceiro mundo vigiasse os novos governos sejam eleitos, sejam de golpes. É para a gente se manter informado sobre as tendências e pendências da balança democrática. Ex: Suriname, Tunísia e a farsa ou engodo do Haiti.

Destacar governos estaduais no Brasil que cumprem alguns compromissos, como o de Collor de Mello, em Alagoas. Ele é corajoso, deve se cuidar para que um "pássaro" não derrube o seu avião...

Rosalvo Pilau
95.100 Caxias do Sul- RS

Venezuela

Apresento a terceiro mundo os agradecimentos pela magnífica colaboração nos atos da III Semana da Venezuela, no Rio. Aqui me têm completamente à disposição.

Regulo Moreno Peña
Embaixador
Côsul Geral



A superginasta Shushunova

Olimpíadas

Cada vez mais cai por terra a obscura tese do "subdesenvolvimento" e da "opressão" que seriam características dos países socialistas. Os reacionários autores dessa idéia deveriam deixar o cinismo de lado e tomar como base o número de medalhas obtido pela União Soviética e Alemanha Oriental nas últimas olimpíadas e também de Cuba, que mesmo não indo aos jogos, demonstrou sua vitalidade nos panamericanos do ano passado, sendo apenas superada pelos Estados Unidos. Como é possível que povos "atrasados" e "oprimidos" superem largamente todos os gigantes do Ocidente?

Orlando Oliveira
Rio de Janeiro
CEP- 20 231



Silvas e suas medalhas

ÁFRICA DO SUL

Premio a Mandela



Winnie Mandela foi agraciada pela integração à luta da maioria negra

O líder nacionalista negro sul-africano Nelson Mandela, atualmente na prisão, e sua mulher Winnie Mandela foram dois dos ganhadores dos prêmios das Nações Unidas por suas "enormes conquistas no campo dos direitos humanos". Os prêmios

foram concedidos "em ausência", durante cerimônia realizada em 8 dezembro de 1988 e presidida por Dante Caputo, presidente da Assembléia Geral da ONU.

Mandela, que cumpre prisão perpétua acusado de sabotagem, desde junho de

1964, foi transferido recentemente para uma clínica, depois que se constatou que sofria de tuberculose e agora está numa prisão especial. Winnie Mandela, sua esposa, milita há mais de 30 anos contra o regime do *apartheid* sul-africano. Nesse

período, foi presa e processada várias vezes.

Os outros ganhadores foram o recém-falecido bispo Leônidas Proano, do Equador, por seu trabalho entre os povos indígenas; Murlindhar Devidas Amte, da Índia, pioneiro na reabilitação dos leprosos; John Humphrey, do Canadá, presidente fundador da seção canadense da Anistia Internacional, e Adam Lopatka, da Polônia, que conduziu o trabalho da ONU durante a formulação do esboço de uma convenção internacional sobre os direitos humanos da criança.



Mandela: símbolo da liberdade

ÁFRICA DO SUL

O carvão do apartheid

A Confederação Internacional de Sindicatos Livres-CISL e a Federação Mineira Internacional-FMI lançaram em dezembro uma campanha mundial pelo "boicote mundial ao carvão sul-africano".

"O motivo do boicote é que o *apartheid* deve ser completamente erradicado, e porque os salários e as condições de trabalho na indústria carbonífera são péssimos", disse o secretário-

geral da FMI em um relatório elaborado pelas duas organizações. "Se se aplicarem as sanções e se perderem postos de trabalho, a culpa será da indústria de mineração e do governo, e nos veremos obrigados a agir", acrescentou o secretário-geral.

Segundo as estatísticas da CISL, o índice de acidentes fatais entre os mineiros sul-africanos, em 1987, foi oito vezes superior ao da in-

dústria mineradora britânica. No primeiro semestre de 1988, 265 mineiros sul-africanos morreram em acidentes. "Muitos mineiros negros vivem em galpões rudimentares ou em alojamentos para solteiros, e não podem ser visitados por seus familiares", diz o informe. E acrescenta: "Reparem quartos superlotados e têm instalações sanitárias e uma alimentação que, segundo os padrões europeus, não seria própria nem para animais".

Até agora, somente os Estados Unidos e dois países da Comunidade Econômica Européia-CEE proibi-

ram a importação de carvão sul-africano. Os ministros das Relações Exteriores da CEE opuseram-se ao boicote em suas sanções de 1986 contra a África do Sul. Estas sanções se limitam a proibir novos investimentos, bem como a importação de moedas de ouro, além de ferro e aço.

Mas, um boicote ao carvão sul-africano seria um rude golpe para a África do Sul. Em 1986, as sanções dos EUA e da Dinamarca "foram em parte responsáveis por uma queda de 10% na exportação do carvão sul-africano", diz o relatório. "As exportações do país

caíram em dezembro para cerca de 40 milhões de toneladas, quando haviam alcançado um recorde de 44,3 milhões de toneladas", acrescenta.

Tais sanções deixaram em apuros as empresas carboníferas da África do Sul. Para tentar romper o boicote ao carvão, os produtores adotaram uma política comercial agressiva. Informa-se, com efeito, que os produtores estão vendendo carvão, a países que os boicotam, através de países intermediários, e que estão confabulando com políticos dos países importadores, dos quais eram os abastecedores mais baratos. Para isso, estão oferecendo um desconto político de 15% a alguns países e buscando novos mercados, em particular na bacia do Pacífico. Como resultado dessas medidas, a indústria carbonífera sul-africana está em vias de conseguir uma leve recuperação, diz o informe.

A CISL e a FMI advertem que "só se poderá acabar com os danos do *apartheid* mediante um boicote coordenado e global ao carvão sul-africano".

Os três principais beneficiários estrangeiros são as subsidiárias da British Petroleum, Shell e a francesa Total.

A campanha das organizações de boicote ao carvão sul-africano, com base em Bruxelas, não se concentrará somente na pressão política. Também mobilizará os membros dos sindicatos, mediante reuniões especiais e seminários. Também se estudarão mercados alternativos para os consumidores europeus comprarem carvão.



Na África do Sul, a luta contra o regime do apartheid mantém-se sem trégua, isolando cada vez mais a minoria racista. Na foto, o arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, reúne-se com o líder do Congresso Nacional Africano, Oliver Tambo, durante a conferência do Conselho Mundial das Igrejas, em Harare, Zimbábue, no final de novembro



A Líbia intensifica sua ação diplomática, com vistas a romper o que observadores internacionais consideram um período de isolamento, determinado sobretudo pela política externa do governo de Ronald Reagan contra Trípoli. Na foto, o major Abdel-Salam Jalloud entrevista-se com o papa João Paulo II, após contatos com a cúpula do governo da Itália

SUDÃO

Acordo à vista

O primeiro-ministro Sadiq Al-Mahdi considera próximo um acordo de cessar-fogo bilateral, o primeiro nos cinco anos de guerra civil no sul do Sudão.

O chanceler Hussein Suleiman Abu Salih viajaria para Addis Ababa, para dar início às conversações com os líderes rebeldes. A guerra civil, segundo a ONU; já causou mais de um milhão de mortos, tanto de fome, quanto nos combates.

O movimento para a paz chega quando a empobrecida nação se recupera das inundações, e os doadores ocidentais têm pressionado no sentido de se obter o fim dos combates, para facilitar o envio de alimentos para a região em conflito.

Os jornais de Cartum afirmam que o coronel John Garang, líder do Exército de Libertação do Povo do Sudão (ELPS), visitou o Egito em busca de apoio para o acordo de cessar-fogo.

O "Sudan Times", jornal de língua inglesa, disse que o Egito notificou o governo sudanês quanto à visita de Garang, e a descreveu como uma evidência da concordância do ELPS com os termos da proposta de paz.

O Sudão cobre uma área de 2,59 milhões de km², quase um terço do território brasileiro.

Os muçulmanos árabes e os núbios dominam o norte do país, enquanto grupos fundamentalistas do primeiro-ministro Sadiq, que desejam impor as leis do islã, dominam no sul, que é povoado por africanos negros e tribos nilóticas.



A Opep espera melhorar a cotação do petróleo em 1989, repondo os preços em torno dos 18 dólares por barril, após acordo para limitar a produção e a oferta do produto no mercado internacional. Na foto, o ministro saudita Hirsham Mohiddin Nazer, no último debate sobre o acordo, em Viena, Áustria

CULTURA

890 milhões de analfabetos

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura-Unesco anunciou que existem cerca de 890 milhões de analfabetos em todo o mundo, sendo que 100 milhões de crianças em idade escolar, em países em desenvolvimento, não frequentam escolas. O analfabetismo nesses países é mais elevado entre as mulheres que vivem nas zonas rurais. Enquanto na cidade o analfabetismo feminino oscila entre 5% e 30%, no campo essa cifra atinge 73%.

O analfabetismo, pesquisado pelo Centro Latino-Americano de Demografia-Celade, em 13 países da América Latina, revelou que à exceção da Venezuela, todos os outros países têm nas mulheres seus índices mais baixos de alfabetização. Outro dado da pesquisa mostra que caiu para 5% da população feminina a parcela de mulheres com educação superior.

GOLFO ARÁBICO

Lenta reconstrução

O Irã e o Iraque terão limitada capacidade de reconstrução, em consequência dos 8 anos de guerra. A avaliação é das revistas "Economist Intelligence Unit" e "Business International", que informaram também que, para enfrentar a reconstrução os dois países terão apenas quatro bilhões de dólares por ano, em divisas, até 1991, quando se espera que os preços do petróleo comecem a recuperar-se.

A economia iraquiana, dependente do petróleo, crescerá 4% ou 5% anualmente, entre 1989 e 1993. O programa de reconstrução, avaliado num total de 70 bilhões de dólares, inclui projetos petrolíferos, de infraestrutura e de indústria pesada.

"Frente à incerteza das políticas econômicas e do tempo que se requer para reparar danos de guerra, a economia iraniana crescerá mais lentamente do que a iraquiana", assinalam as pu-

blicações.

O Iraque terá dificuldades em obter novos créditos, devido a alta dívida com os bancos estrangeiros. Sua dívida externa, calculam as revistas econômicas, aumentará de 70 bilhões de dólares para 80 bilhões, em 1993. Do mesmo modo, a dívida externa do Irã passará de 5 bilhões para quase 10 bilhões, em 1993. Esses cálculos pressupõem que a guerra entre os dois países continue em suspenso, preservando-se a trégua que vigora desde agosto, embora não se veja uma solução definitiva para o conflito num futuro próximo.

De acordo com as publicações, as duas potências petrolíferas do Golfo permanecem em estado de guerra na Organização dos Países Exportadores de Petróleo-Opep, com consequências previsivelmente destrutivas para o cartel do petróleo.

TUNÍSIA

Eleições antecipadas

O presidente da Tunísia, Zine el Abidine Ben Ali, antecipou as eleições legislativas e presidenciais para 9 de abril próximo. As últimas eleições legislativas, marcadas para novembro de 1986, foram boicotadas pelos partidos de oposição legais.

Os 125 deputados eleitos na época eram do partido governista, e seus mandatos terminariam em novembro de 1991.

O ex-ministro da Informação da Tunísia, Tahar Belhoya, foi condenado a cinco anos de prisão por desvio de dinheiro público. O crime ocorreu entre 1980 e 1983, quando ocupava a

pasta. Belhoya, considerado um dos dirigentes de maior influência durante o mandato do ex-presidente Bourguiba, deverá pagar mais de 53 mil dólares de indenização. Em julho de 1988, o ministro da Habitação, Transportes e Equipamentos, Mansur Eshiri, foi igualmente condenado a cinco anos de trabalhos forçados pelo mesmo motivo.

ÁSIA

As megalópoles

Se continuar o atual ritmo de crescimento demográfico, no ano 2000 a Ásia terá 14 cidades com mais de dez milhões de habitantes, afirma uma pesquisa da ONU.

Atualmente, existem cinco cidades asiáticas com mais de dez milhões de habitantes: Tóquio-Yokohama, Xangai, Calcutá, Seul e Bombaim. Caso o incremento demográfico se mantenha, também Osaka-Kobe, Pequim, Djacarta, Tera, Nova Déli, Manila, Karachi, Bangcoc e Dacca integrarão o clube dos dez milhões no final do século.

A pesquisa, elaborada pela Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico, estabelece que a cidade mais populosa será Tóquio-Yokohama, com mais de 20 milhões de habitantes, seguida por Calcutá e Bombaim, com cerca de 16 milhões cada. Para o ano 2000, a população urbana na Ásia terá um incremento de 300% em relação à população rural. Não obstante, a pesquisa diz que há evidências de que a saúde, a educação e as condições sanitárias serão muito melhores nas cidades do que nas áreas rurais.

COLÔMBIA

Nova matança

Desconhecidos mataram seis pessoas em Puerto Valdivia, município de 14 mil habitantes, que fica 310km ao norte de Bogotá, no início de dezembro.

Segundo a polícia, entre os mortos estavam um guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e um militante da União Patriótica

(UP), partido marxista de oposição, ligado às Farc. Em 1988 foram registrados, na Colômbia, 21 massacres, nos quais 282 pessoas morreram, a maioria camponeses. Foram também assassinados muitos militantes da UP, partido que tem responsabilizado os grupos paramilitares da extrema-direita por essas execuções.



O diretor-geral do Gatt, Arthur Dunkel, constata problemas entre ricos e pobres na reunião de dezembro, em Montreal, quando EUA e CEE monopolizaram os debates, em aparente conflito que deixou sem exame as reivindicações do Terceiro Mundo, como as da A. Latina sobre comércio e dívida externa

EQUADOR

Ação contra tráfico

A décima conferência do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos-Asep, à qual estiveram presentes delegados de dez países, foi realizada em Quito e aprovou 22 resoluções gerais, destinadas a combater o tráfico de entorpecentes e a diminuir o número de viciados.

O titular da Direção Nacional contra o Tráfico de Entorpecentes (Dinacontes) do Equador, Silvio Arias, afirmou que se intensificará o intercâmbio de informações e se incentivará o funcionamento dos centros

educacionais da Asep, sediados em Caracas, Buenos Aires e Lima. Além disso, o acordo estudará um programa proposto pela Venezuela, denominado Plano Geopolítico e Estrutural de Prevenção, que será revisto por cada um dos doze países-membros do Asep, com vistas a estabelecer a viabilidade de sua aplicação a toda a região. A representante uruguaia Ofelia Biancini foi eleita a nova secretária-executiva do acordo.

Arias assinalou que, de acordo com os relatórios apresentados pelos repre-

sentantes da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, o índice do consumo de drogas é ascendente, enquanto o índice correspondente ao tráfico de drogas registra variantes.

Em Viena, o embaixador colombiano, Enrique Parejo González, que em 1987 sofreu um atentado atribuído aos narcotraficantes, declarou aos delegados presentes a uma conferência internacional contra o narcotráfico, que seu país e o Peru assinaram um acordo para melhorar a cooperação na luta contra as atividades das máfias das drogas nas suas fronteiras comuns.

O acordo estabelece a criação de um banco de dados que permitirá o intercâmbio de informações, um sistema de comunicações ligando as delegacias policiais dos dois países e um corpo policial conjunto, cujo principal objetivo será a detecção das zonas fronteiriças

utilizadas pelos traficantes.

“O acordo exorta ainda os países latino-americanos a estabelecerem um organismo, que centralize todas as informações relacionadas com a produção e o tráfico de alucinógenos. “Este acordo é de extrema importância para a luta contra as drogas”, disse Parejo. “Os recursos de um país isolado não são suficientes para combater esse terrível problema”. A Colômbia é o principal produtor mundial de cocaína, enquanto o Peru possui as maiores extensões dedicadas ao cultivo da coca. Nos dois países e na Bolívia, produz-se a maior parte da cocaína consumida nas outras regiões do mundo.

A conferência das Nações Unidas contou com a participação de representantes de cem países, e teve como finalidade a redação de uma ata, visando à repressão do multimilionário comércio internacional de drogas ilegais.



A Venezuela elegeu Andrés Pérez para a presidência, com 54% dos votos, em dezembro, aprovando o programa social-democrata exercido por Pérez no mandato anterior e seguido pelo sucessor Jaime Lusinchi, numa das mais estáveis democracias do continente, apesar da dívida de 36 bilhões de dólares

PERU

Novo ministro da economia



Carlos Rivas Dávila, Alan García e Abel Salinas

O deputado aprista Carlos Rivas Dávila assumiu o Ministério da Economia, em substituição a Abel Salinas, que, segundo economistas e diplomatas, teria sido demitido porque o presidente Alan García recusou seu programa econômico, por considerá-lo extremamente rigoroso.

"Acreditamos que, se todos dermos nossa cota de sacrifício nesta hora tão crítica, os problemas terão solução", disse Rivas Dávila

aos jornalistas, após prestar juramento.

Mas, a exortação ao debate com que o novo ministro iniciou sua gestão sofreu um golpe, quando a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), a maior central sindical do país, convocou uma greve geral. Na foto, o presidente Alan García, ao lado do novo ministro, ergue o braço do antecessor, como a agradecer a colaboração e a minimizar a substituição.

BOLÍVIA

Protestos adiados

A Central Operária Boliviana (COB), num reconhecimento explícito de sua incapacidade para conseguir melhorias salariais imediatas, adiou de dezembro para 10 de janeiro a aprovação de novas medidas de protesto contra a política de austeridade econômica desenvolvida pelo governo. O secretário executivo da COB, Simón

Reyes, considerou "inevitável" a recusa do Congresso à "petição nacional" apresentada pela organização trabalhista, que reivindica a aprovação de um salário mínimo equivalente a 250 dólares mensais, dez vezes o mínimo atual.

A petição fora apresentada ao Congresso duas semanas antes, já que o go-

verno se negara a considerá-la, por entender que estava além das possibilidades reais do país. A recusa oficial à petição da COB, similar à apresentada há um ano atrás, foi simultânea ao envio do orçamento geral para 1989 ao legislativo, que concede um aumento salarial máximo de 15%. Uma reunião nacional de dirigentes sindicais declarou-se incapaz de tomar medidas imediatas, e decidiu "consultar as bases" sobre um plano de greve geral, que seria aprovado na reunião de 10 de janeiro.

A certeza de que a maioria situacionista no Congresso respalda a política salarial do governo, e as festas de fim de ano "nos fazem abrir uma trégua, para depois retomarmos as medidas de fato", disse Oscar Iturri, se-

cretário permanente da COB. No entanto, Iturri reconheceu que os próximos protestos sindicais poderão ser prejudicados pela campanha política, com vistas às eleições gerais de sete de maio.

Durante o ano de 1988, a COB convocou cinco greves gerais, que foram parcialmente cumpridas e não conseguiram nenhum aumento salarial. O ministro do Planejamento, Fernando Romero, disse, recentemente, que o orçamento governamental de 1989 será tão austero, quanto o do ano anterior, quando foi concedido um aumento salarial de apenas 15%. E acrescentou que o governo boliviano espera que a inflação, em 1989, não supere este mesmo índice de 15%.

GUATEMALA

Campanha nas ruas

O ambiente político na Guatemala começa a esquentar com a designação dos candidatos à presidência. Entre eles estão o ex-ministro das Relações Exteriores e ex-embaixador nas Nações Unidas, Fernando Andrade Díaz-Duran, e o influente direitista general Hector López Fuentes. A designação de Díaz Duran como candidato presidencial dos partidos Revolucionário (social-democrata) e Nacional Renovador (centro-direita) causou alvoroço.

Por sua vez, Fuentes é apoiado pelo Movimento de Libertação Nacional (MLN), um tradicional partido de extrema-direita que governou o país por 17 anos, a partir de 1954, quando participou do golpe que destituiu

o presidente constitucional Jacobo Arbenz.

Mas, enquanto se perfilam as candidaturas de Díaz-Duran e Fuentes, com o apoio de partidos minoritários, a União do Centro Nacional (centro-direita), a principal força de oposição, continua sem ratificar a candidatura de seu principal dirigente, Jorge Carpio Nicolle.

Ministro das Relações Exteriores do último governo militar (1983-1986), Duran é considerado um dos esteios do retorno ao sistema democrático e criador da política de neutralidade em relação ao conflito centro-americano, que foi seguida pelo governo do general Oscar Mejía Victores. Respeitado internacionalmente, é considerado muito hábil.

Missão da ONU verifica acordo



Francisco Romão recebeu visita de cortesia do gen. Ferreira Gomes

As Nações Unidas enviarão um grupo internacional para supervisionar o acordo de paz celebrado entre Angola e África do Sul, e que envolve a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas que ajudaram os angolanos a resistir às agressões sul-africanas. O comandante da força internacional da ONU, que verificará a saída das forças cubanas, será o general Péricles Ferreira Gomes, do exército brasileiro.

O embaixador angolano no Brasil, Francisco Romão de Oliveira e Silva, ficou satisfeito com a escolha do general brasileiro para chefiar a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem). Em declarações feitas em Brasília, depois de um encontro de cortesia com o general, no início de janeiro, Francisco Romão disse ter ficado "bem impressionado" com o comandante do grupo internacional que vai verificar a retirada das tropas internacionalistas cubanas de Angola. "É um homem firme e correto", afirmou o

embaixador.

Ferreira Gomes, que está na capital angolana desde 3 de janeiro, vai comandar missão de 70 militares e 20 funcionários civis, procedentes da Argentina, Argélia, Congo, Tcheco-Eslováquia, Índia, Jordânia, Noruega e Espanha, além do Brasil. Caberá à Unavem controlar, nos portos e aeroportos angolanos, o movimento da retirada dos soldados cubanos, decidida no final de dezembro (veja, nas páginas seguintes, reportagem sobre o tratado de paz na África Austral), no âmbito dos acordos de paz no sudoeste africano, estabelecidos entre Angola, Cuba e África do Sul.

O que é a Unavem

Antes de partir para Luanda, o general brasileiro deu entrevista à agência angolana Angop, na qual explicou a natureza da Unavem e o tipo de ação que será desenvolvida em Angola. O primeiro esclarecimento que fez questão de prestar, de maneira bastante enfática, é que a missão de verificação da ONU não se confunde

com uma força de paz.

O comandante da Unavem repetiu várias vezes que o acordo para a retirada cubana é "um ato soberano", decidido por "duas nações amigas", Angola e Cuba. Segundo declarou, "o processo será conduzido pelas autoridades angolanas, em cooperação com as autoridades cubanas que por ventura estejam no país".

Estas declarações coincidem com outras feitas em Nova Iorque, quando o general Ferreira Gomes compareceu à sede das Nações Unidas para consultas com os funcionários do organismo, quanto a sua missão em Angola. Na época, o oficial brasileiro declarou às agências internacionais, que a Unavem "vai submeter-se às leis angolanas". Sabe-se, aliás, que os membros da missão da ONU não portarão armas.

Nas declarações à Angop, o general repetiu com insistência a natureza operacional e administrativa da Unavem. Por isso, recusou-se a fazer declarações políticas, evitando até pronunciar-se sobre o *apartheid*, usualmente condenado pelo governo brasileiro. "Como vamos para uma missão tipicamente operacional e neste momento estamos a serviço da ONU, não parece que eu deva, como comandante militar, me manifestar sobre outros problemas que por ventura existam na área", acentuou.

Oficial experiente

Ferreira Gomes, de 57 anos de idade, nasceu no

sertão baiano, onde teve uma infância de menino pobre, ao lado de mais cinco irmãos. Filho de um pastor evangélico, até hoje define-se como "cristão evangélico". É casado, tem dois filhos e uma neta de cinco anos.

Incorporou-se ao exército em Salvador, a capital da Bahia. Em 1952, ingressou na Academia Militar de Agulhas Negras. Depois disso, fez dezenas de cursos de aperfeiçoamento e foi condecorado várias vezes.

Em 1967, ainda como capitão, cumpriu sua primeira missão internacional, servindo no estado-maior da força de emergência da ONU que atuou no Sinai, para controlar a pacificação entre o Egito e Israel.

Mais tarde, de 1977 a 1979, foi professor de português na Academia Militar de West Point, do exército norte-americano. Entre 1986 e 1987, como chefe da seção de planejamento estratégico do estado-maior do exército brasileiro, acompanhou a situação em todas as áreas estratégicas e importantes do planeta.

Ultimamente, comandava a II Brigada da Artilharia de Costa e Anti-Aérea, em Santos, S. Paulo. Foi escolhido para chefiar a Unavem no dia 23 de dezembro, pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

"A nossa experiência internacional pode ajudar-nos a levar a bom termo a enorme responsabilidade que foi atribuída ao Brasil", disse o general.

O acordo de paz



José Eduardo dos Santos conferenciou com Fidel, em Havana, às vésperas da paz que realiza o sonho de Agostinho Neto

João Melo

Representantes de Angola, Cuba e África do Sul assinam o acordo que dará a independência à Namíbia, em 1989, depois de 73 anos de domínio sul-africano. O acordo porá fim, também, a 13 anos de invasões e agressões sistemáticas das forças de Pretória contra o território angolano, cujo governo foi obrigado, em 1975, a pedir ajuda a Cuba para enfrentar o poderoso exército racista. Em troca da retirada sul-africana de Angola e da libertação da Namíbia – até aqui usada como trampolim para os ataques de Pretória –, angolanos e cubanos assinam no mesmo dia, em cerimônia separada, um acordo bilateral, estabelecendo o regresso das tropas internacionalistas de Havana até o final de junho de 1991.

A solução encontrada para o conflito no sudoeste africano constitui mais um motivo para comemorar o fim da década de 80, juntamente com os acordos em torno da guerra no Afeganistão, do diferendo Irã-Iraque e, na África, da guerra civil no Chade, sem falar nas negociações acerca do problema do Saara Ocidental e das promessas acerca da situação no Oriente Médio. Para alguns observadores, esta sucessão de eventos constitui a melhor demonstração da nova dinâmica imposta às relações internacionais pela subida do novo líder soviético, Mikhail Gorbachev, que obrigou os Estados Unidos a abandonarem a agressividade imobilizadora, em matéria de política externa, introduzida há oito anos pelo "reaganismo".

Num quadro mais limitado, os acordos alcançados por Angola, Cuba e África do Sul representam a vitória da longa resistência dos angolanos às tentativas de recolonização por parte das forças de

Com a assinatura em Nova Iorque do tratado que assegura a independência da Namíbia, os governos da África do Sul, Angola e Cuba dão um passo decisivo para a pacificação definitiva do sul do continente africano



Pretória, no âmbito da estratégia norteamericana para a África Austral. Isso ficou patente a partir de março de 1988, quando os invasores sul-africanos foram derrotados militarmente em Cuito Cuanavale, pequena localidade no sudeste de Angola, já chamada "Waterloo africano". Esse fato levou o regime do *apartheid* a sentar-se, pela primeira vez, à mesa de negociações com Angola e Cuba, em maio. Por outro lado, contribuiu decisivamente para a adoção de uma atitude mais realista dos Estados Unidos, que serviram de mediadores no processo das conversações – avaliação endossada por insuspeitos analistas ocidentais (ver **terceiro mundo** n° 113, pág. 39, e n° 111, pág. 10).

Protocolo de Brazzaville

A cerimônia de Nova Iorque foi preparada pela assinatura do chamado "Protocolo de Brazzaville", em 13 de

dezembro, na capital congoleza, que praticamente definiu os termos finais dos entendimentos entre angolanos, cubanos e sul-africanos (ver quadro).

Desde 8 de agosto, vigorava um cessar-fogo de fato entre as forças armadas de Angola, Cuba e África do Sul, na fronteira com a Namíbia. Os soldados sul-africanos, que mais uma vez tinham entrado no território angolano, em setembro de 1987, saíram do país, com base nos avanços conseguidos nas negociações, em 27 de agosto de 1988. O "Protocolo de Brazzaville" ampliou os entendimentos entre todas as partes, ao marcar uma data para a independência namibiana e estabelecer um calendário para a retirada cubana de Angola.

Foi marcado para 1º de abril de 1989 o início da aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia. Em novembro de 1989 serão realizadas eleições gerais no território, controladas pela ONU, com o objetivo de escolher a Assembléia Constituinte, à qual caberá proclamar

a independência do novo país até o final do ano. A Constituição da Namíbia terá de ser aprovada por dois terços da Assembléia, maioria que, segundo a totalidade dos observadores, poderá ser obtida pela Organização do Povo da África do Sudoeste - Swapo, cujo dirigente máximo é Sam Nujoma.

Conforme estipula a Resolução 435, as tropas sul-africanas estacionadas na Namíbia serão concentradas, depois do 1º de abril, em apenas duas bases, seguindo-se sua retirada para sul do rio Orange, em três meses, permanecendo no território somente 1.500 soldados. Até abril, todos os presos políticos namibianos terão de ser postos em liberdade. O secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, será encarregado de dinamizar essas duas iniciativas e de todas as outras que se mostrarem necessárias para a implementação do processo de independência da Namíbia.

Em contrapartida, três mil dos 50 mil soldados cubanos que estão em Angola sairão do país até 1º de abril; as forças

internacionalistas deverão concentrar-se, quatro meses depois, a pelo menos 500 km da fronteira com a Namíbia (quando já estiverem nesta região os 7.500 soldados da ONU, chefiados pelo indiano James Chan); em 1º de novembro, quando se realizarem as eleições, 25 mil cubanos já terão deixado Angola; a retirada completa prosseguirá de forma gradual, até 30 de junho de 1991.

Concessões mútuas

Para chegar a esses acertos, foram necessários oito meses de conversações e 14 reuniões (uma em Londres, uma no Cairo, uma na ilha do Sal, duas em Genebra, três em Nova Iorque e seis em Brazzaville). Pode-se afirmar que o consenso alcançado assinala um equilíbrio rigoroso entre as posições iniciais das partes envolvidas. Assim, se angolanos e cubanos tiveram de abdicar do prazo de quatro anos oferecido para a retirada total das tropas internacionalistas, Pretória também não conseguiu impor os

Um acordo histórico

Eis o texto do "Protocolo de Brazzaville", assinado, em 13 de dezembro de 1988, pelos chefes das delegações angolana, cubana e sul-africana, na presença do secretário de Estado adjunto norte-americano para assuntos africanos, Chester Crocker, e do chefe de Estado congolês, Denis Sassou Nguesso, e sua esposa Antoinette Nguesso.

A cerimônia foi também presenciada por dirigentes congolezes e pelo corpo diplomático acreditado na República Popular do Congo, assim como pelo vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Anatoli Adamishine.

Protocolo de Brazzaville

"1 - As partes concordam em recomendar ao secretário-geral da ONU que o dia 1º de abril de 1989 seja estipulado como a data da implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

2 - As partes concordam em reunir-se no dia 22 de dezembro de 1988 para a assinatura, em Nova Iorque, do acordo tripartido e para a assinatura por Angola e Cuba do seu acordo bilateral. Para a data da assinatura, Angola e Cuba terão concluído um acordo com o secretário-geral



Sam Nujoma

das Nações Unidas sobre o regime de verificação a ser aprovado pelo conselho de segurança.

3 - As partes concordam em trocar os prisioneiros de guerra, após a assinatura do acordo tripartido.

4 - As partes concordam em constituir uma comissão conjunta, de acordo com o anexo apenso ao presente protocolo.

Feito em Brazzaville, no dia 13 de dezembro de 1988."

Anexo sobre a comissão conjunta

Com o acordo, decidiu-se criar também uma comissão conjunta, com o objetivo de acompanhar a implantação das medidas acertadas. Da comissão farão parte os países signatários - e a partir de 1º de abril também a Namíbia - enquanto os Estados Unidos e a União Soviética funcionarão como observadores. A comissão conjunta deverá iniciar seus trabalhos na última semana de janeiro, quando estabelecerá seu regulamento. A comissão não terá poderes para se opor a decisões da Untag, a força-tarefa das Nações Unidas que funcionará na Namíbia, nem do outro grupo da ONU que fará a verificação da retirada cubana em Angola.

A morte de Bernt Carlsson

□ O desastre do jumbo da Pan-Am, na Escócia, enlutou o natal de centenas de famílias e produziu um sentimento de lástima e tristeza em todo o mundo.

Um dos 258 mortos no acidente era um homem público cheio de serviços prestados à causa da paz e do desenvolvimento com justiça social: Bernt Carlsson, comissário das Nações Unidas para a Namíbia.

Na Nova Iorque, onde assinaria, no dia seguinte, 22 de dezembro, o acordo de paz na África Austral e que assegurava a independência da Namíbia. Incansável e competente no seu esforço em favor da libertação daquela nação do domínio da África do Sul, Carlsson foi, sem dúvida, um dos artífices da complexa negociação que terminou nos acordos de Nova

Iorque. Até as eleições e a posse do novo governo, sua experiência e firmeza ainda seriam de extrema utilidade para a independência da Namíbia.

Bernt Carlsson era filiado ao Partido Socialista sueco e, além de colaborador, um amigo íntimo do primeiro-ministro Olof Palme, assassinado em 1985. Durante três anos foi o secretário-geral da Internacional Socialista. Em todos os postos que ocupou foi um defensor intransigente e decidido do Terceiro Mundo. A social-democracia, para ele, só encontraria uma justificação histórica se estivesse ligada não ao sistema das grandes potências capitalistas, mas aos países em desenvolvimento.

Para nós, da equipe de **terceiro mundo**, a morte de Carlsson tem um

significado especial. Bernt Carlsson era amigo e admirador de nossa revista. Estivemos sempre em comunicação e, do México ao Rio de Janeiro, encontrava tempo para nos visitar e discutir os problemas que o apaixonavam.

Namíbia será independente, Angola está encontrando a paz e a segurança pelas quais luta há um quarto de século, a África Austral vence nova batalha contra a barbárie racista. São momentos decisivos na história contemporânea. A eles estará sempre ligado o nome desse lutador sem tréguas pela paz e pelos direitos dos povos oprimidos. (N.M.)



Carlsson

12 meses que pretendia, em troca da independência da Namíbia.

Na prática, a África do Sul foi forçada a abandonar a tese do *linkage* (vinculação estrita entre a independência namibiana e a saída cubana). A Namíbia será libertada em 7 meses mas os cubanos levarão 27 para terminar sua retirada.

O ponto culminante desse árduo processo de negociações foi a reunião de 15 de novembro em Genebra, na qual, por exemplo, foi ultrapassada a diferença entre os 30 meses que Angola e Cuba tinham aceito para a retirada dos contingentes internacionalistas e os 24 propostos por Pretória e Washington.

Norte-americanos e sul-africanos também queriam que as primeiras unidades cubanas saíssem de Angola até janeiro de 1989 (quatro mil, pediam os americanos, e de oito a 10 mil, os sul-africanos) e que, antes da independência da Namíbia, 75% dessas unidades já tivessem regressado a Havana. Mas, acabaram por concordar com a saída de apenas três mil cubanos até abril, e de 66% do total de soldados internacionalistas até o dia da proclamação da independência namibiana. Nessa reunião, ficou tudo pronto para a assinatura do "Protocolo de Brazzaville".

Inicialmente, a assinatura estava pre-

vista para uma reunião realizada na capital congoleza, de 1º a 3 de dezembro de 1988. As delegações chegaram a estar todas na cidade, mas, surpreendentemente, a comitiva sul-africana, chefiada pelo próprio ministro das Relações Exteriores, Pik Botha, recusou-se a assinar o documento e regressou a Pretória. O pretexto invocado era a necessidade de incluir representantes sul-africanos na comissão que iria controlar a retirada cubana de Angola, o que contrariava tudo o que havia sido acertado anteriormente. Perante a firme recusa de angolanos e cubanos, os negociadores de Pretória preferiram, num gesto teatral, voltar para casa.

Período crucial

Durante alguns dias, observadores temeram pelo futuro das negociações. Mas, depois de intensos contatos diplomáticos, que incluíram até consultas com a União Soviética (Gorbachev chegou a enviar uma mensagem ao presidente angolano, José Eduardo dos Santos, no dia 5 de dezembro), os representantes dos três países envolvidos voltaram a Brazzaville, dez dias depois, para assinar o protocolo do acordo, transformado em tratado no dia 22 de

dezembro, em Nova Iorque.

Como queriam os governos de Angola e de Cuba – e já havia sido aceito na primeira reunião em Nova Iorque, de 11 a 13 de julho – a verificação da saída cubana será feita por uma comissão da ONU (da qual o Brasil deverá fazer parte). Essa comissão, chamada Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – Unavem, terá 90 membros, 70 deles militares. O quartel da Unavem ficará em Luanda, com contingentes destacados nos portos e aeroportos e em lugares próximos dos paralelos 15 e 13, em território angolano.

Aparentemente, portanto, um conjunto de fatores, regionais e internacionais, permite encarar com certo otimismo o futuro do sudoeste africano, com base nos ventos de paz que começam a formar-se. A confirmá-lo, o governo angolano anunciou que, logo que seja iniciado o processo de independência da Namíbia, irá concentrar-se na busca de soluções pacíficas para os conflitos internos em Angola, reintegrando todos os opositores que depuserem as armas. Mas o prazo até abril de 1989 será um período crucial, pois ainda não está claro que destino a África do Sul dará aos grupos da Unita, que utilizou até agora na guerra contra os angolanos. •

A vitória do realismo

Apenas quinze dias depois de acusar a OLP de "terrorista", e negar ao seu líder Yasser Arafat o direito de ingressar nos Estados Unidos, a administração Reagan muda sua política em relação ao Oriente Médio e dá um passo histórico, ao decidir dialogar diretamente com o comando palestino

Mohamed Salem

Quando abandonou o Líbano em 1982, após um cerco de vários meses do exército israelense, Yasser Arafat comprometeu-se com seus compatriotas dos campos de refugiados, aos quais deixava em meio a um rastro de dor, que, onde quer que a sede da OLP se instalasse, prosseguiria com a mesma dedicação a luta pelo Estado palestino independente.

O país que acolheu a direção da OLP foi a Tunísia, aparentemente muito distante de Israel e dos territórios ocupados, o principal cenário político do drama palestino, para permitir que Yasser Arafat mantivesse um contato adequado com suas bases políticas. E pior: o pequeno exército guerrilheiro, que teve de embarcar junto com o presidente da OLP, dispersou-se por vários países árabes, principalmente o Iraque e o Iêmen do Sul. Pareciam distâncias intransponíveis, que inviabilizariam as comunicações entre o povo palestino e seus líderes no exílio, evitando o ressurgimento da resistência.

Pouco mais de seis anos transcorri-



Nas Nações Unidas, Arafat reafirmou as propostas de paz para o Oriente Médio

dos, foi, no entanto, em Túnis – quem imaginaria? – que se deu o passo mais significativo, nos últimos quarenta anos, em direção ao reconhecimento internacional do direito do povo palestino a seu Estado independente: o diálogo direto entre os Estados Unidos e a OLP, no dia 13 de dezembro. Esta modificação substancial da política norte-americana sem dúvida é uma vitória da *intifada*, a rebelião popular nos territórios ocupados, e da linha política defendida por Arafat, aprovada em novembro de 1988 na 19ª reunião do Congresso Nacional Palestino (CNP), o parlamento no exílio. Vista em perspectiva, a saída

do Líbano não foi uma derrota de Arafat: foi o germe da vitória que acaba de ser conquistada na Tunísia.

A diplomacia da paciência

Arafat sempre disse que uma de suas virtudes principais é a paciência. Mas também afirmou na Argélia, ao finalizar a histórica sessão do parlamento no exílio, que proclamou o Estado palestino nos territórios ocupados de Gaza e da Cisjordânia, que "paciência tem limite". Isso significava que, se a linha diplomática e aberta ao diálogo, na qual estava pessoalmente empenhado (junto



Em Túnis, Pelletreau reuniu-se com Abdo e Hourani, numa virada de Washington

com a direção de seu grupo *Al Fatah* e em especial com Abu Jihad, assassinado em 1988 na Tunísia por um comando de elite israelense), não era recebida de forma construtiva por seus inimigos, então poderia considerar-se livre do compromisso de recorrer à via pacífica.

"Como sabem - disse à imprensa internacional em Argel - o Conselho Nacional Palestino me deu um mandato para obter a autodeterminação e proclamar o Estado palestino independente, através de negociações políticas. Buscamos a paz em igualdade de condições com as outras partes envolvidas no conflito (do Oriente Médio). Enquanto a *intifada* aumenta, declaro que estamos desejosos de estabelecer um diálogo que conduza à paz, mediante a realização de uma conferência internacional sob os auspícios das Nações Unidas. Não importa o quanto demore, não existem forças capazes de evitar que meu povo tenha seu Estado nacional. Mas sejamos claros: se o caminho que tentamos seguir não der frutos, estamos sempre a tempo de voltar ao CNP e declarar que a moderação não leva a parte alguma".

Partiu das nações ocidentais o primeiro sinal de que o esforço de Arafat para transferir a luta pela autodeterminação palestina, da esfera militar para a diplomática, estava sendo bem recebi-

do. Estas se reuniram para ouvir o líder da OLP em Estrasburgo, sede do Parlamento europeu, em setembro (ver **terceiro mundo** n.º 113: Palestina, a proclamação do Estado independente). E mais tarde, quando 61 países - entre os quais a União Soviética - reconheceram oficialmente o novo Estado, pouco depois de sua proclamação. Mas, apesar dessas vitórias parciais, surgiram duas pedras no caminho: uma, o resultado das eleições em Israel; outra, a decisão da Casa Branca de negar a Arafat o visto para ingressar nos Estados Unidos, impedindo que ele falasse perante a Assembleia Geral da ONU reunida em Nova Iorque.

Nas eleições de Israel, as forças favoráveis a um diálogo com a OLP, ou a uma negociação sobre o destino dos territórios ocupados, não obtiveram maioria que lhes permitisse formar o novo governo, embora seja certo que tampouco os partidários da linha-dura, encabeçados pelo Likud, conseguiram os votos necessários para evitar uma negociação com os adversários.

Efeito bumerangue

A administração Reagan rapidamente constatou que ficara isolada em sua decisão de negar a Arafat o direito de falar na ONU. Não só violou a Carta

das Nações Unidas - fato recriminado pelo secretário-geral Pérez de Cuéllar e pelo presidente da assembléia geral, o chanceler argentino Dante Caputo - como somente Israel apoiou sua insistência em não reconhecer o líder da OLP como interlocutor válido para a crise do Oriente Médio.

A resposta da ONU ficou à altura da afronta que a Casa Branca lhe infligira: pela primeira vez na história da organização, transferiu-se a sede da assembléia geral, de Nova Iorque para Genebra, para escutar o que Arafat tinha a dizer perante a comunidade internacional.

E a intervenção de Arafat não deixou dúvidas, quanto ao acerto da decisão da ONU: apesar da primeira reação de Washington, que tentou minimizar o conteúdo do discurso do líder da OLP, foi evidente o impacto que suas palavras causaram nos que o ouviram. Não eram novidades. Quem vinha acompanhando a evolução dos debates no seio da organização palestina - em particular a árdua negociação interna que se processou durante a última reunião em Argel - sabia que Arafat obtivera uma vitória pessoal importantíssima, ao vencer as últimas resistências à sua estratégia de priorizar a negociação diplomática e de acatar, como base de negociação, as resoluções das Nações Unidas.

Nesse sentido, foi amplamente comentada no mundo árabe a atitude construtiva adotada, na reunião do CNP, pelo dirigente da Frente Popular para a Libertação da Palestina - FPLP, George Habbash. Este dirigente, considerado um dos representantes da linha-dura palestina, opunha-se à adoção das resoluções 242 e 338 da ONU como referências para uma negociação sobre o Estado palestino, porque implicava reconhecer o direito de existência do Estado de Israel em fronteiras seguras. Mas, quando seu voto contrário à proposta de Arafat ficou em minoria, em vez de se retirar, como no passado, e criar uma fissura na OLP, o líder da FPLP afirmou que, em 1987, regressara "para sempre" às fileiras da organização, e acatava democraticamente a decisão da maioria, e a partir daquele momento a defenderia como se fosse sua.

Mesmo com esses antecedentes, o

discurso de Arafat causou impacto: derrubou, um a um, todos os argumentos utilizados pelos norte-americanos e israelenses para continuarem recusando sentar-se à mesa de negociações com a OLP: o líder palestino reafirmou a decisão da organização de reconhecer o Estado de Israel e de repudiar qualquer forma de terrorismo. "Condeno o terrorismo em todas as suas formas, e ao mesmo tempo rendo uma homenagem a todos aqueles que aqui estão e que, nos dias em que lutaram para libertar seus países, foram acusados de terroristas por seus opressores", disse Arafat em seu discurso.

Arafat lançou também uma proposta de paz baseada em três pontos: a realização imediata de uma conferência internacional de paz para o Oriente Médio; o envio de forças das Nações Unidas para os territórios ocupados, "para proteger nosso povo e supervisionar a retirada das tropas israelenses", e a assinatura de um acordo entre todas as partes envolvidas, "incluindo o Estado palestino, Israel e os países vizinhos, para garantir a todos o direito de existir em paz e em segurança".

Por outro lado, o líder da OLP enfatizou a justificativa histórica da *intifada*, citando o ex-presidente norte-americano Woodrow Wilson, autor dos princípios do direito internacional que estabelecem a impossibilidade de aceitar a conquista de territórios pela força, e reconhecem o direito dos povos de lutarem pela autodeterminação. E terminou seu discurso com uma frase emocionada: "Apesar do erro histórico cometido contra nosso povo (em 1947, quando a ONU decidiu dividir a Palestina em dois estados, um judeu e outro árabe), nosso ponto de vista hoje é que aquela resolução exige legitimidade internacional que assegure o direito de soberania e de independência nacional dos palestinos".

A reação de Washington

Dois dias depois do discurso de Arafat, a ONU decidiu pela esmagadora maioria de 138 votos a dois (EUA e Israel) convocar uma conferência internacional de paz sobre o Oriente Médio e obrigar Israel a retirar suas tropas da Cisjordânia e de Gaza, bem como de

Jerusalém. Por sua vez, a Assembléia Geral da ONU acatou a proposta do presidente da OLP, e recomendou que ambos os territórios passem à "supervisão das Nações Unidas, por um período limitado, como parte do processo de paz".

Outra resolução decidiu que, a partir desse momento, a representação da Organização para a Libertação da Palestina perante a ONU – da qual é observadora permanente – será designada simplesmente por "Palestina", o que foi interpretado como um passo decisivo para o reconhecimento do Estado palestino independente. E afirma que é urgente "permitir que o povo palestino

recomendações da primeira-ministra Margaret Thatcher de não ignorar as exortações de Arafat em defesa de uma saída negociada, e, finalmente, do desejo de Washington de adotar uma atitude que pudesse eclipsar – pelo menos parcialmente – o impacto do discurso do presidente soviético Mikhail Gorbachov na ONU, cujas propostas audaciosas tomaram a Casa Branca de surpresa.

Sejam quais forem os motivos, o encontro realizado na Tunísia, em 16 de dezembro de 1988, entre o embaixador norte-americano Robert Pelletreau e a delegação da OLP, liderada pelo chefe do Departamento de Informação do Comitê Executivo, Yasser Abdo Rabbo,



Jovens palestinos sustentam há 13 meses a rebelião contra a ocupação

exerça sua soberania sobre os territórios ocupados desde 1967".

Nesse mesmo dia, 15 de dezembro – exatamente um mês depois da proclamação do Estado palestino – os Estados Unidos deram um passo histórico e anunciaram o início de um diálogo direto com a OLP, com vistas a negociar a paz no Oriente Médio. Nos círculos diplomáticos de Washington, essa mudança foi interpretada como um giro de 180º graus na política de Reagan para o final de seu mandato, como fruto de vários fatores: as pressões de representantes de peso da comunidade judia norte-americana, dos governos do Egito e da Arábia Saudita – dois aliados de Washington no mundo árabe, das

e pelo membro do Comitê Executivo Abdulla Hourani, foi qualificado de "histórico" pelos numerosos jornalistas que o presenciaram. Estava aberta uma nova página na história da longa luta do povo palestino por sua independência.

Podem surgir muitas dificuldades pela frente – atentados dos serviços secretos de Israel atribuídos à OLP, dissidentes palestinos minoritários tentando boicotar o rumo das negociações – mas, apesar de tudo, nada será como antes. Mais cedo ou mais tarde assistiremos a um dos últimos atos desse drama que já dura quarenta anos: a negociação direta entre a OLP e os representantes do Estado de Israel. ●

"A era pós-Pinochet"

Da direita à extrema-esquerda, existe no Chile a convicção de que o tempo de Pinochet terminou. Apesar da mobilização social, o mais provável é que as eleições se realizem mesmo em dezembro de 1989, e o novo presidente chegue ao La Moneda em 1990



Aylwin: da frente de oposição à presidência da redemocratização



Pinochet: tentando moldar a mudança

Fernando Reyes Matta

Em apenas dois meses, o panorama no Chile se modificou. E um fato, que há alguns meses parecia impossível, ocorreu: até a direita fala da necessidade de introduzir reformas na Constituição vigente. O Partido Renovação Nacional, encabeçado pelo ex-ministro do Interior Sergio Onofre Jarpa, propôs diversas mudanças, como a do artigo oitavo, que atualmente proíbe os partidos marxistas, e que foi aplicado especificamente ao ex-ministro das Relações Exteriores Clodomiro Almeyda, que ficou um ano e meio na prisão, acusado de pertencer a um grupamento político de tendências marxistas.

Outras modificações visam a eliminar a incompatibilidade estabelecida entre militância política e cargos de direção sindical; alterar o sistema atual de eleição presidencial, definindo que o presidente deve surgir de uma eleição popular; eleição direta de todos os sena-

dores e não como atualmente, com dois senadores designados pelo Executivo; manter o Conselho de Segurança, mas sem a interferência das forças armadas.

Estas propostas, formuladas por um forte partido de direita, são significativas, porque demonstram que a grande maioria do país, incluindo um setor importante que votou pelo "sim" a Pinochet, deseja mudanças.

Debate interno da DC

A Democracia Cristã (DC), após o triunfo do 5 de outubro, concentrou-se na tarefa que lhe parece incontestável: eleger seu candidato à presidência da República, o qual, provavelmente, será o candidato comum da oposição.

Não foi um processo fácil, sobretudo em um país em que o longo período de autoritarismo enfraqueceu o costume do debate democrático aberto. Gabriel Valdés, Eduardo Frei Ruiz-Tagle (filho do grande líder da DC e ex-presidente no período 1964-1970) e Patricio Aylwin foram as figuras chaves da eleição in-

terna. Com algumas irregularidades e acusações, o resultado final indicou Patricio Aylwin como o candidato com mais possibilidades de ser oficialmente nomeado pela Junta Nacional, em janeiro de 1989.

Estabelecer o programa comum

Para o restante da oposição, a tarefa é participar do estabelecimento da plataforma política do candidato. Para isso, levantaram-se outras pré-candidaturas, que não chegarão muito longe, mas que têm força para agrupar setores e exigir certas inclusões na pauta de negociações.

Foi com essa preocupação que os partidos marxistas (socialistas de Almeyda e comunistas), mais a Esquerda Cristã e setores independentes, puseram em marcha uma coletividade capaz de inscrever-se na legislação política atual. Desta forma, poderão se apresentar candidatos a senadores e a deputados.

Assim, nasceu o Partido Amplo da Esquerda Socialista (Pais), cujo perfil

ainda não foi entendido pela opinião política nacional, acostumada aos partidos clássicos da esquerda chilena.

Por outro lado, Ricardo Lagos continua o líder indiscutível de um amplo setor de centro-esquerda, que tem a liderança do Partido pela Democracia (PPD). Essa entidade surgiu como um partido "instrumental", ou seja, capaz de atuar dentro da legislação de Pinochet, mas se projetou como uma entidade com perspectivas de um novo enfoque na política. Sua tese é o pragmatismo, a modernidade e a necessidade de unidade nacional, para uma fase de reconstituição da democracia no Chile.

Volta aos quartéis

Nesse contexto, as forças armadas vão retomando, pouco a pouco e desconcertadamente, o caminho de volta aos quartéis. Isso ficou evidente nas mudanças registradas nos altos comandos. Treze generais passaram para a reserva, e hoje a distância entre o comandante-chefe (o general Pinochet) e seu imediato, o general Jorge Zinke, é de 18 anos. Segundo comentários, "é o tempo que separa um pai de um filho".

O novo ministro do Interior, o economista e tecnocrata Carlos Cáceres, fez um importante discurso, ao se transformar no primeiro civil a assumir o cargo: "Daqui em diante, as forças armadas e de ordem, dentro do caminho constitucional, voltarão ao exercício de sua competência exclusiva, a qual, na história do nosso país, têm sabido cumprir com honra e glória". Isto foi enten-



La Moneda: 1973, bombardeio e incêndio; 1988, véspera da reconquista pelo voto

dido como um indício de que basta abrir-lhes as portas, para que os militares abandonem o poder com a máxima elegância possível.

Enquanto isso, Pinochet, "como um boxeador depois da derrota", segundo suas próprias palavras, percorre o país,

tentando demonstrar que ainda manda e que assim o fará, até o último minuto de sua permanência no poder. Mas sua expressão, especialmente na televisão, demonstra que ele já é "um general derrotado, e com data marcada para sair", como se diz em Santiago. •

A face oculta da vitória

Foi o dramaturgo e psiquiatra Marco Antonio de la Parra (um dos intelectuais surgidos durante o regime militar) quem advertiu, há mais de um ano, que já existiam manifestações de "pós-pinochetismo". Assim foi chamada a criatividade de grupos jovens de teatro e de rock, que buscavam novos caminhos de expressão, além das heranças míticas das canções de protesto.

O mesmo acontecia em toda a cultura publicitária e empresarial jovem

que, desde 1983 – coincidindo com o renascimento da atividade política no Chile – começou a utilizar a tecnologia das telecomunicações. Também no campo da pesquisa social surgiram novos métodos e paradigmas, tratando com irreverência as propostas dos anos 60.

Publicidade e fac-símile

Quando em 5 de outubro o "não" saiu vencedor, para espanto de Pinochet e seus seguidores, boa parte das expli-

cações para a vitória foi creditada a essa cultura "pós-pinochetista", que havia amadurecido sob o nariz do ditador.

É evidente, no entanto, que o principal fator do triunfo do "não" foi a formação de um acordo político forte, pragmático, de toda a oposição. Os 16 partidos – uns grandes, outros pequenos – harmonizaram programas, posições e formas de fazer política, para se mobilizarem em torno de uma meta central: derrotar Pinochet em seu próprio campo.

O general havia criado um plebiscito com uma pergunta central: "Sim ou Não para sua continuação no La Mone-da por oito anos". Este método singular de eleição foi concebido por juristas do regime, no início de 1980. Eles o elaboraram, pensando que seria um expediente de fácil manejo. Uma espécie de consulta arranjada, para evitar que se pudesse alegar falta de possibilidade de expressão da cidadania.

Mas, todo esse sistema foi se transformando numa armadilha para Pinochet. E tornava-se necessário criar um cenário mínimo de credibilidade para a consulta. Essa fachada incluía a possibilidade de os partidários do "sim" e do "não" terem acesso à televisão. Assim, foram outorgados 15 minutos à oposição, para transmitir sua mensagem a todo o país. Os estrategistas publicitários

balho a favor do 'não', assinada Eduardo Tironi, um dos produtores de vídeo encarregados da campanha.

O pós-pinochetismo há tempos já estava latente no campo da publicidade, à espera de oportunidade. Nele estão os diretores de cinema e televisão que o Chile terá no futuro.

Em outro plano agiram os cientistas políticos e os responsáveis pela informação, recuperando, para a oposição, as tecnologias desenvolvidas pelo governo em todo o país. O Chile dispõe atualmente de boa rede de telefones, telex, microcomputadores, fac-símiles – tudo o que a modernização de Pinochet introduziu no país para o desenvolvimento de um modelo econômico ultraliberal. Graças a esses equipamentos e aos engenheiros formados nos últimos

com dez centros de ação solidária no Chile. Estes se transformaram em "observatórios" de acompanhamento das informações em Washington, Paris, Caracas e Bruxelas. Ali se distribuía a informação e se recolhiam os artigos-chaves da imprensa internacional, que eram enviados ao Centro de Informação do Comando do Não, em Santiago. Isso permitia que uma equipe de "planejamento informativo" – dirigida pelo redator deste artigo – pudesse saber que temas dominavam a agenda de informações internacionais sobre o plebiscito no Chile, e a que pontos era necessário passar mais informações.

Em todo esse campo, trabalhou-se com alto grau de profissionalismo. Jamais foram entregues boletins informativos pré-redigidos, *press-releases* ou materiais de relações-públicas. O tra-



Campanha do Não: trabalho competente de comunicação, nos aspectos político e técnico, reforçou a luta oposicionista

rios pensaram que, colocando a propaganda política perto das 11 da noite, muito pouca gente a veria. O resto do dia, especialmente na hora dos noticiários, o governo desfechava todo seu poder publicitário.

Enganaram-se totalmente. Não calcularam a capacidade de imaginação e a criatividade acumulada pelos artistas, criadores, produtores de vídeo e de música, que durante esses anos tiveram a publicidade comercial como o único campo de ação.

"Depois de 1973, por questões de sobrevivência e expressão, nos refugiávamos na publicidade. Vivemos longo tempo de doutorado, aplicando técnicas avançadas e aprendendo a dizer muito, em muito pouco tempo. Tivemos que nos tornar engenhosos. Tudo isso reverteu, com muito entusiasmo, no tra-

seis ou oito anos, o comando do "não" montou uma rede de computação paralela, capaz de fornecer o verdadeiro resultado do plebiscito na mesma noite da consulta.

"Não sabíamos se seríamos fraudados ou não; se tentariam nos cortar a eletricidade, para deixar todo o sistema fora de linha. Tudo isso era possível, mas então já estávamos em outro cenário, não tecnológico, mas político, e de um golpe no golpe", declara Gonzalo Martner Filho, encarregado da operação da central de computação.

Planejamento informativo

Paralelamente, foi montado um sistema de informação, via fac-símile e por microcomputadores, com os quinze jornais de maior circulação no mundo e

balho foi baseado na fórmula dado-texto-contexto, entregando matéria-prima (recortes de jornais) organizada por temas-chaves, oferecendo o acesso a um banco de dados estatístico, fornecendo a sequência dos principais discursos, etc., de forma que os jornalistas tivessem material para completar suas próprias visões e enfoques.

Na central de informações do governo (muito bem equipada tecnicamente), entregavam-se luxuosas pastas, carregadas de fotos coloridas de Pinochet, de sua mulher e de seus ministros. Isso provocou comentários dos correspondentes: "O governo forneceu as comunicações e os equipamentos; o Comando do Não, a informação e as notícias".

F.R.M.

A esquerda pode ganhar a prefeitura de Montevideu

O presidente da Frente Ampla revela que especialistas de diversas áreas já estão trabalhando em um plano municipal em função das pesquisas que dão ao movimento a vitória na capital

Beatriz Bissio e
Cristina Canoura

O general Líber Seregni, que foi comandante da região militar nº 1 do Uruguai, com sede na cidade de Montevideu, e que renunciou ao cargo para não ter que cumprir as ordens do então presidente Jorge Pacheco Areco de reprimir greves e manifestações estudantis, pagou com dez anos de prisão sua fidelidade aos preceitos constitucionais.

Como presidente da Frente Ampla, seja na prisão ou em liberdade, dedicou-se a unificar as forças de esquerda para convertê-las numa alternativa de poder no Uruguai.

As pesquisas agora mostram que a coalizão da esquerda uruguaia está em primeiro lugar em Montevideu, e pode sair vitoriosa na eleição do próximo ano, na capital. Nesta entrevista exclusiva ao **terceiro mundo**, o general Seregni faz uma avaliação da conjuntura política do Uruguai, da situação interna da Frente Ampla e dos desafios que se apresentam, para que a jovem democracia uruguaia não perca sua credibilidade.



Seregni: não existe horizonte para nenhum país sem integração regional

A Frente Ampla desfruta de uma posição excelente em Montevideu, segundo as pesquisas pré-eleitorais. Esses dados permitem pensar em uma vitória nas eleições de 1989. Que propostas a Frente Ampla tem para a gestão municipal? E o que propõe para o Uruguai dos anos 90?

— Existem diferenças substanciais entre a situação que definimos em 1971, quando a Frente foi criada — expressa em propostas de programas originais — e a de hoje. A crise estrutural do país depois da ditadura se agravou. A apresentação geral dos problemas continua em vigor, mas esse tempo não passou em vão. Em 1971 falávamos da nacionalização dos bancos. Hoje tornamos

nossa definição mais precisa, dizendo que o Estado deve ter um papel de direcionar o conjunto da economia do país, particularmente no campo financeiro. O Estado deve administrar diretamente a poupança e o crédito para poder gerenciar meios que estejam escassos, como a poupança nacional, de acordo com as necessidades nacionais.

Atualmente o Banco da República controla entre 70 e 72% dos depósitos e aplicações. De fato, houve uma nacionalização do setor mais importante dos bancos privados, através das instituições "controladas" pelo Banco da República. Nossa proposta não muda, toma outras características. O mesmo ocorre com relação aos princípios estabelecidos como meta, por exemplo o relacionado com o comércio exterior. As bases programáticas de 1971 devem ser adaptadas às contingências e às realidades atuais.

Por outro lado, um plano de governo para o período 1990-95, muito mais concreto que o anterior, está em gestação. Não nos declaramos vencidos nem deixamos certos princípios de la-

do. Mas um plano de governo específico é mais concreto e obedece a concepções mais pragmáticas do que as bases gerais de uma proposta de mudança.

Por onde começa esse plano de governo?

— O primeiro item estabelecido é uma mudança substancial na política econômica. O governo continuou aplicando, com roupagem democrática, a mesma política econômica da ditadura. Trata-se de um governo politicamente conservador e economicamente neoliberal. Um país subdesenvolvido como o nosso não pode cortar as amarras que nos atam à dependência dentro de um regime de

mercado aberto. Nossa primeira proposta é privilegiar os fatores produtivos em detrimento dos fatores financeiros. O Estado deve ter uma função gerencial fundamental. É necessário programar a economia, o que não significa planificá-la. São duas coisas diferentes. Os objetivos nacionais têm que ser fixados.

A primeira definição é que a Frente privilegia o setor produtivo. Mas, o que é que o Uruguai deve produzir? Que tipo de país a Frente Ampla pretende construir?

– Nós partimos de um princípio fundamental: não existe horizonte – para nenhum país latino-americano – se não existe uma integração regional progressiva. A dívida externa e as limitações

como em outros setores de ponta. E é esse objetivo que devemos perseguir.

Que caminhos a Frente Ampla sugere para conseguir esses objetivos?

– A Frente Ampla por si só não vai poder mudar o país de imediato. É necessário realizar as mudanças estruturais que o Uruguai precisa, em conjunto com todas as forças sociais e políticas que compartilhem dessas idéias. Para ser viável, nosso programa necessita de ampla aceitação na base. Não queremos fazer programas apenas para publicá-los e ficar em paz com nossas consciências.

Mas é necessária também a unidade regional. De 1982 a 1987, a dívida da

pagamento. Até agora temos sido incapazes de traduzir em planos o conceito de que a dívida não pode e não deve ser paga.

Houve algum avanço, pelo menos a nível de consciência, na questão de que a dívida é praticamente impagável nas condições atuais?

– No plano político, sim. A questão foi aceita até pelos próprios credores. Começando pelo City Bank, que há dois anos começou a fazer reservas em função dos empréstimos concedidos aos países da América Latina. Era uma aceitação tácita de que aqueles créditos seriam contabilizados como perdas financeiras. No mercado, a dívida externa dos nossos países está cotada em torno de 60% do seu valor para o Uruguai, Argentina ou Brasil, e em 10% no caso da Bolívia. Talvez uma fórmula aceitável seja a de trabalhar em torno de um valor certo para cada caso e fixar juros baixos invariáveis. E não juros que estejam vinculados às oscilações do Libor inglês ou outros indicadores, mas juros fixos, que no caso dos nossos países não podem ser superiores a 3 ou 5% anuais. Com prazos maiores e com períodos de isenção que permitam a recuperação econômica. Digo isso como forma alternativa de soluções drásticas, do tipo “não pagamos nada”.

Reconstruir um perfil

Essas medidas são adotadas pelos governos. Se a Frente Ampla ganhar a prefeitura de Montevéu em 1989, poderá disputar o poder a nível nacional nas eleições de 1994. Mas a Frente atravessou meses difíceis, quando a unidade do movimento esteve em jogo, porque dois partidos que a integram – o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido pelo Governo do Povo (PGP) – fizeram restrições ao programa de coalizão e ao seu funcionamento. Qual é a situação atual?

– Após meses difíceis, concordamos em discutir os diferentes pontos de vista. Isto está sendo feito em duas grandes comissões: uma de estratégia política e outra de programa e plano de governo. Temos trabalhado de modo aberto e fraternal, e tentamos atualizar a Frente para as contingências do mo-



Montevéu: a capital uruguaia concentra metade da população do país

que ela acarreta para qualquer programa de desenvolvimento exigem a inserção do Uruguai e de outros países da região no âmbito progressivo de integração. Apoiamos os acordos com o Brasil e a Argentina, mas em um regime de co-participação real e efetiva em todos os campos. Entendemos que para desenvolver nossa economia devemos explorar e exportar os processos industriais de nossas matérias-primas. Mas entendemos também que o Uruguai deve participar em setores de tecnologia de ponta. Isso já está acontecendo, em pequena escala. Mas pelo alto nível cultural do seu povo e pela excelência da mão-de-obra, tem possibilidades de participar em etapas do desenvolvimento industrial tanto na eletrônica

América Latina cresceu. Nesse período, nossos países transferiram recursos para o exterior da ordem de 250 bilhões de dólares. Nessas condições, o desenvolvimento fica absolutamente inviável. Mas também é impossível pensar em pagar a dívida externa nas condições em que ela foi negociada. A condição fundamental é que os países devedores tenham possibilidade de negociar, e para isso é indispensável uma ação conjunta.

Ocorreram avanços nesse campo?

– Uma das deficiências da América Latina que deve ser superada é a de não ter saído das formulações genéricas. Os países credores, ao contrário, apresentam fórmulas concretas de exigência de

mento. Estamos trabalhando na redefinição do seu perfil.

As pesquisas mostram que a Frente Ampla tem a vitória em Montevideu praticamente assegurada. Confiar nessa vitória?

– As pesquisas mostram que, só se cometêssemos grandes erros, seríamos derrotados em Montevideu. E – digo com absoluta convicção – isso não significa que sejamos excelentes, e sim que o povo se convenceu de que os partidos tradicionais são incapazes de resolver os problemas do município de Montevideu.

Um governo de participação

O que a Frente Ampla planeja como alternativa para Montevideu?

– A proposta da Frente, já formulada anteriormente, postula, tanto para o país como um todo como para o governo da capital, a plena participação da cidadania. Se ganharmos a prefeitura de Montevideu, o governo não será exercido somente pelo prefeito da cidade e sua equipe técnica. Será exercido pelas bases. Essa participação é que poderá superar – aqui e em qualquer outro lugar do mundo – os grandes desafios da vida moderna. Repito, a Frente promoverá um governo diferente, de ampla participação popular.

Como seria implementada essa participação?

– Nossa comissão departamental de Montevideu elaborou pautas gerais para a administração da cidade. Estamos realizando um levantamento em todos os bairros da capital, além de um estudo de cada comitê de base da Frente, nas diferentes zonas da cidade, para permitir sua inserção nos organismos sociais.

A solução dos problemas do Uruguai, como país, e de Montevideu, como cidade, tem que reconhecer a presença do cidadão como protagonista, e utilizar seu potencial em todos os níveis das organizações sociais já existentes. Qualquer organização social que signifique a reunião de pessoas com um objetivo comum dentro das tarefas que competem à comunidade é um elemento motor para levar a gestão administrativa adiante.



Foram definidas áreas prioritárias?

– Nosso trabalho tem sido estabelecer diferenças por bairros da cidade e regiões do país. Tenta-se propor soluções para os problemas e estabelecer prioridades. Um aspecto já foi definido: a necessidade de descentralizar a ação municipal.

Um dos grandes problemas com que o Uruguai sempre se depara, e que tem limitado seu poder de ação, é a tendência centralizadora. Essa tendência foi responsável por essa deformação monstruosa que é a concentração, em Montevideu, de mais da metade da população do país e de todas as decisões políticas e administrativas. Isso prejudica o desempenho dos municípios do interior.

Passando a outro tema, parece que tem havido uma deterioração nas boas relações políticas da Frente Ampla com as outras forças do país. Isso é verdade?

– Sem dúvida. E isso é explicável. Em 1984, quando sai da prisão, o adversário comum era a ditadura, e todos estávamos unidos no objetivo da recuperação democrática. Na medida em que houve a transição, e depois as eleições, o partido governista e os partidos de oposição passaram a encarar a gestão política de maneira diferente.

Os problemas tiveram início em parte porque o governo eleito em novembro de 1984 não cumpriu os acordos da Conapro (Comissão Nacional Programática) e escolheu seu próprio caminho. Não entendeu o acordo como



Políticação: é intensa a participação do povo na vida política e uma das grandes lutas atuais é o pedido de plebiscito contra os torturadores

nós o entendíamos. A Frente acredita que o Uruguai, para superar a crise em que está imerso, necessita do parecer das maiorias e das minorias, e do consenso em todas as camadas da população. Nossa discrepância com o governo é, sobretudo, na concepção econômica. Isso nos foi levando a um distanciamento simples, inclusive no trato pessoal com os dirigentes. O mesmo aconteceu com setores do Partido Nacional.

Com relação a este último, pode-se ter pensado que estávamos disputando um mesmo setor do eleitorado, o setor oposto ao governo. O certo é que nunca trabalhamos como uma oposição unida. Sendo maioria no Parlamento, a oposição nunca chegou a um acordo para enfrentar o governo. E à medida que as eleições se aproximam, a necessidade de lutar pelo eleitorado e, consequentemente, de apresentar perfis bem nítidos, leva a um confronto maior.

Quando a justiça não funciona

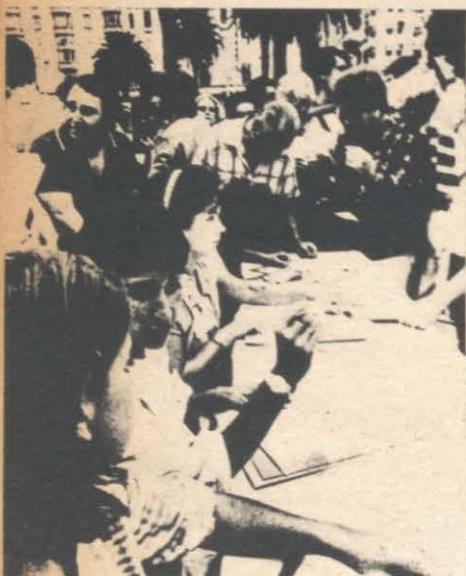
O tema do referendo contribuiu para dificultar essas relações?

– Sim, claro. Os grandes temas do nosso país são o econômico e o dos direitos humanos. O clima que foi criado em torno do plebiscito levou a situações realmente difíceis na relação entre os partidos, especialmente entre o partido do governo e a Frente Ampla, mas também entre o Partido Colorado e forças do Partido Nacional, que apóiam o plebiscito.

Há alguns meses o terceiro mundo entrevistou Matilde Rodríguez (ver nº 104) e, nessa ocasião ela justificou o plebiscito com uma frase: "Se não dermos aos jovens um canal institucional de participação, no qual eles confiem – e neste caso a Constituição lhes dá, e é o plebiscito – corremos o risco de eles não acreditarem mais na democracia".

A demora na contagem das assinaturas, as denúncias de manobras para anular algumas delas etc. afetam a credibilidade do sistema democrático?

– Claro que sim. Além de todas essas práticas, é um tremendo erro político do



Mais de 500 mil pediram o plebiscito

governo e que pode custar caro ao país. O descrédito nas instituições num momento como este – no qual o Uruguai, juntamente com outros países da América Latina – tenta estabelecer e firmar a democracia – está preparando o terreno para a desestabilização.

Há algo que eu disse ao presidente da República e o afirmo também no exterior: que não se avaliou suficientemente o exemplo de maturidade cívica, de educação cívica do povo uruguaio nesta instância. Nosso país sofreu graves violações aos direitos humanos durante os anos de ditadura, e uma importante parte da sociedade, direta ou indiretamente, sofreu os resultados da repressão e foi prejudicada. Quando se aprovou a Lei da Caducidade, a reação desse povo – que ainda está profunda-

mente ferido – não foi pegar em armas, e sim pegar papel e lapiseira para recolher assinaturas; recorrer até o limite às vias institucionais.

Foi um exemplo para o mundo. Não houve, em todo este tempo, uma única tentativa de justiça pelas próprias mãos. Não houve violência. E poderia ter havido, porque muitos poderiam sentir-se frustrados, tremendamente frustrados, em seu desejo de justiça. Este exemplo não está sendo suficientemente avaliado.

Que fazer agora? Denunciar essas irregularidades?

– As irregularidades com relação aos procedimentos do Tribunal Eleitoral já foram denunciadas. Além disso, há uma clara intenção política no partido do governo e nos setores que apoiaram a Lei de Impunidade de adiar ao máximo e criar todo tipo de dificuldades para o processo plebiscitário, negando a mais democrática das instituições que um país pode ter: o exercício da democracia direta.

Quando são discutidos os objetivos nacionais, a Frente tem concordância com os empresários?

– Temos pontos de vista comuns sobretudo porque eles enfrentam um fenômeno que é notório em nosso país, o não-investimento. Continuam-se mantendo taxas de investimento abaixo da taxa de reposição. O país está se descapitalizando. E na medida em que se descapitaliza, compromete-se qualquer possibilidade de desenvolvimento auto-sustentado.

Os aparentes êxitos econômicos do governo se deveram a fatores exógenos. Os "deuses foram condescendentes com o Uruguai e com este governo: baixa dos preços do petróleo, baixa da taxa de juros, crescente demanda da Argentina e do Brasil durante os planos Austral e Cruzado. Este ano, a seca nos Estados Unidos provocou a valorização de certos grãos. Nossa economia é tão pequena que, assim como no ano passado nos equilibramos com os preços da carne e da lã, em 1988, com os preços da soja e do arroz, somos capazes de equilibrar a balança comercial.

Mas o problema é: por que não se investe no país? O empresariado não

investe porque as regras do jogo não estão claras. E essa segurança só pode ser dada por um programa, por objetivos de médio e longo prazos que lhes dêem margens de segurança. O investidor quer – e é lícito – recuperar seu capital e reinvestir os lucros. Isso está nas mais elementares regras de jogo do próprio sistema. E até hoje não se conseguiu oferecer essa segurança ao empresariado.

E o diálogo com os militares?

– A Frente entende – e eu particularmente entendo – que primeiro ao sair da ditadura e agora, como opção certa de governo que somos, devem ser mantidas relações com todos os setores políticos e sociais e, é claro, com as forças armadas, que são um instituto da organização do país e uma parcela importante de sua população. Nesse campo temos que ter perspicácia para distinguir muito bem o que seja instituição e o que sejam os maus integrantes da instituição, que quebraram o juramento de defender a Constituição e a lei.

O senhor acredita que a Frente esteja à altura desse desafio?

– Creio que ainda não conseguimos, a nível de dirigentes da Frente, estar à altura das expectativas de nossas bases. Possivelmente estejamos muito próximos de consegui-lo. A busca de identidade e de atualização da Frente nos limitaram a capacidade de projetar e aprofundar nossa proposta.

As coisas são muito simples. Nós as complicamos sem necessidade. O problema do nosso país está centrado em um grupo que deseja que tudo continue como está, enquanto uma parcela substancial dos cidadãos sente necessidade de mudanças; não querem continuar vivendo assim.

O jornalista Carlos Quijano, fundador e diretor do semanário "Marcha" e nosso grande mestre, dizia que na realidade existem dois partidos em nosso país: os partidários do "status quo" e os partidários das mudanças. Na medida em que sejamos capazes de formular propostas de mudança que sejam compreendidas e compartilhadas pela maioria da população, teremos cumprido nosso papel. Este é o nosso desafio. ●

Democracia ameaçada

Em cinco anos de governo constitucional, a questão militar não pôde ser solucionada, e o espectro do golpe de Estado volta a ameaçar o país



Dois anos antes da rebelião, Seineldin parecia acatar a autoridade de Alfonsín

Marcelo Montenegro

“Quando duas pessoas param de brigar, é porque entraram em acordo”. Com esta declaração do comandante do corpo do V Exército, general Humberto Ferruci, em 12 de dezembro, finalmente alguém – de todos os protagonistas – reconheceu que a solução do último levante militar, na Argentina, foi obtida através de um pacto com os sublevados.

A intentona começara na tarde de 30 de novembro, uma quarta-feira, com a sublevação de 4 oficiais e 49 suboficiais de um comando da Prefeitura Naval Argentina, denominado Albatroz, sob a chefia do subprefeito Raul Horacio Ramón Sagastizábal. Os insurretos se apoderaram de três caminhões e abandonaram o quartel, abastecidos de armas e munição. Episódios iguais a esse haviam ocorrido em mais dois regimentos, um da grande Buenos Aires e outro de La Plata. Esses fatos, que a

princípio pareceram confusos e circunscritos a problemas salariais dos militares, foram se tornando mais nítidos com o passar das horas. Na sexta-feira, 2 de dezembro, o comando Albatroz reapareceu na Escola de Infantaria do Campo de Maio – um grande quartel perto da capital – juntando-se a outro grupo rebelde que, sob as ordens do Coronel Ali Seineldin, apresentou uma série de exigências ao governo.

As exigências da direita

Os militares queriam a demissão do chefe do Estado Maior, general Dante Caridi, a suspensão dos processos judiciais contra os responsáveis pela “guerra suja”, a aprovação de uma lei de pacificação, e um substancial aumento orçamentário para as forças armadas.

A pacificação e a anistia implicam impor à sociedade a aceitação de tudo o que ocorreu no âmbito das violações aos direitos humanos, sem a menor revisão da política militar do passado. Um

preço que diversos setores da opinião pública argentina não estão dispostos a pagar.

O presidente Raúl Alfonsín, que voltou apressadamente do exterior, onde fora assistir à posse do novo presidente mexicano e proferir um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, recusou as pressões do grupo rebelde e ordenou ao general Caridi que solucionasse imediatamente a situação.

O chefe do Estado Maior deslocou suas forças para o local onde os amotinados estavam concentrados. Após uma troca de tiros, notável pela falta de pontaria, pois não causou vítimas, os chefes das duas facções se reuniram e, depois de algumas horas de conversações, a sublevação foi declarada superada.

Enquanto isso, no interior do país, outras unidades militares se haviam solidarizado com os rebeldes, e, como se soube depois, não havia, em todo exército argentino, um só regimento disposto a reprimir os insurretos.

Pressionando as instituições

Como explicar a pacífica rendição sem condições – segundo a versão oficial – dos “caras-pintadas”? Parece evidente que o conjunto do exército – “leais” e rebeldes – iniciou uma negociação com o governo. Um aumento salarial de 20% para os militares, anunciado pouco depois de terminada a sublevação, fortalece essa hipótese.

Os projetos de solução para o restante das exigências são muitos e variados. Houve quem propusesse a realização de um plebiscito, para resolver a questão da anistia para os militares condenados por violações aos direitos humanos. Por essa via, o povo decidiria se está disposto a aceitar uma pacificação ao preço imposto pelo exército. No entanto, é difícil supor que quem se utiliza de armas para fazer suas exigências políticas e salariais aceite submeter-se ao julgamento de um referendo popular. Por outro lado, essa votação faria recrudescer a questão da violação dos direitos humanos. Muitos analistas estimam que, em vez de acalmar os ânimos, o plebiscito serviria para avivar a fogueira.

AMÉRICA LATINA

Em todo o caso, o levante serviu para demonstrar que existem algumas questões que devem ser analisadas, honesta e abertamente, pelos argentinos. O tema de fundo parece ser o aprofundamento da brecha que separa a sociedade civil dos militares. Como superar a desconfiança e o desconhecimento recíprocos? Quando as forças armadas se retiraram desordenadamente do governo, após a derrota na guerra das Malvinas, seu desprestígio era tão grande e a situação em que deixaram o país era tão grave, que não houve possibilidade de negociação sobre seu futuro papel em um regime constitucional. Os partidos não queriam negociar, e os militares não podiam fazê-lo, pois não tinham sequer um programa elaborado para apresentar nessa eventual negociação.

Falta de comunicação

O governo do general Bignone, o último do regime militar, ditou uma anistia para os delitos da "guerra suja", bem



Os cara-pintadas não hesitam em minar o país que a ditadura militar debilitou

como para as fraudes econômicas cometidas pelos militares, durante a gestão das forças armadas. Essas leis, da fase terminal do regime castrense, não conseguiram um mínimo de legitimidade e credibilidade, e foram revogadas pelo Congresso, que se instalou depois da eleição de 1983.

Este vazio de comunicação entre a sociedade civil e os militares evidenciou-se durante toda a fase de transição.



A consciência cívica rejeita às claras o recorrente golpismo dos militares argentinos

O governo de Alfonsín seguiu uma política severa em relação aos militares. No entanto, não conseguiu implementá-la coerentemente, e acabou por ter que modificá-la, perante as exigências da realidade política.

Passando do confronto ao acordo – como também ocorreu com os sindicatos, os credores externos e os empresários – o presidente deu início à sua gestão, processando todos os membros das

forças armadas. Ditou então a Lei de Obediência Devida, pela qual a maioria dos processos foi suspensa.

Beco sem saída?

A busca do acordo não foi resultado de uma política governamental estruturada sobre objetivos claros, mas imposta pelo peso de uma sublevação armada. A corporação militar reagiu, reorganizou-se e manifestou-se violentamente. Não só se negou a admitir que as torturas e os sequestros durante a ditadura mancharam severamente sua imagem, como queria que se reconhecessem os crimes como serviços prestados à pátria, para sua salvação.

A situação, cada vez mais, adquire tons de impasse. A solução menos dolorosa – uma reforma educacional das futuras gerações militares, com o implícito reconhecimento dos erros do passado – parece agora uma utopia inalcançável, diante das atuais exigências que partem dos quartéis.

Depois de cinco anos, a frágil democracia argentina não conseguiu sair da fase de transição e instalar-se plenamente. O governo parece enredado em uma política de concessões sucessivas e ilimitadas, frente a exigências cada vez maiores que revelam, um alto grau de periculosidade e fanatismo por parte dos militares. Estes, sem programa coerente, repudiados pela maior parte da sociedade e sem nenhum apoio internacional, se não forem contidos a tempo poderão vir a protagonizar um genocídio muito maior do que no passado, e estabelecer uma desordem muito maior do que a do presente. ●

À beira da guerra civil

Do acampamento guerrilheiro das Farc, próximo a La Uribe, em conversa com o enviado de "terceiro mundo", o comandante Jacobo Arenas acusa o narcotráfico, a oligarquia e os militares colombianos de estarem conduzindo o país para um beco sem saída

Jesus Carlos

A Colômbia viverá uma verdadeira guerra civil, caso o presidente Virgílio Barco não se convença de que o único caminho para a paz é a negociação com a guerrilha", afirma, preocupado, o comandante Jacobo Arenas. Junto com Manuel Marulanda Vélez, mais conhecido como "comandante Tirofijo", Arenas é comandante militar das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o órgão máximo da direção desse grupo armado. As Farc são o mais antigo e importante de todos os movimentos guerrilheiros colombianos.

Arenas e Marulanda são os combatentes latino-americanos que há mais tempo estão na luta clandestina, e em torno de ambos criou-se toda uma lenda. Após anos de clandestinidade, as Farc iniciaram uma nova etapa de luta em 1984, quando foi pactuada uma trégua entre esse grupo armado e o governo, encabeçado então pelo presidente Belisario Betancur. Na região montanhosa de La Uribe, onde o acordo de paz foi assinado, a organização guerrilheira anunciou, em 26 de março de 1985, sua incorporação à luta institucional. Pouco depois era criada a União Patriótica (UP), da qual o Partido Comunista também participava.

Quebra do pacto

O espaço político conquistado com essa decisão, no âmbito da proposta de paz de Betancur, levou a União Patriótica a disputar e vencer importantes eleições em várias partes do país, elegendo numerosos prefeitos, inclusive em cidades grandes.

Mas, a lua-de-mel durou pouco. Os esquadrões da morte e grupos parami-



Barco: deixando escapar a oportunidade de paz

litares – alguns comprovadamente integrados por oficiais da ativa – desencadearam, desde o início da legalidade da UP, uma onda de assassinatos contra membros da organização. Até mesmo seu presidente, o senador Jaime Leal, foi assassinado. O sucessor de Betancur, Virgílio Barco, assegurou, logo depois de assumir o governo em 7 de agosto

de 1986, que "existe no país uma conspiração contra a paz e as instituições democráticas", e exortou a guerrilha a manter-se fiel aos acordos, apesar da onda de violência contra seus dirigentes.

Do quartel das Farc, o comandante Arenas respondeu ao apelo de Barco, afirmando, em outubro de 1986, que sua organização não permitiria que o processo de paz fosse interrompido. "Mantemos nosso compromisso com o governo", afirmou o dirigente guerrilheiro. Desde então, a escala de violência paramilitar se intensificou.

Neste momento tão difícil para a Colômbia – com os assassinatos de militantes

progressistas e de esquerda, de estudantes e professores universitários, de dirigentes sindicais e camponeses, e até de membros do governo – em que o país está tomando um rumo extremamente perigoso, o comandante Jacobo Arenas concedeu, no interior da Colômbia, uma entrevista exclusiva a **terceiro mundo**. Para conversar com ele, o fotó-



A Coordenadora Nacional Guerrilheira reúne todos os grupos e propõe o diálogo de paz



Jacob Arenas (óculos escuros) e Alfonso Cano, no QG das Farc-EP (Foto: Jesus Carlos)

grafo brasileiro Jesus Carlos – que, por força das circunstâncias, fez também o trabalho de repórter – viajou durante três dias de Bogotá até a região montanhosa onde está situado o quartel-general das Farc. Em condições de total clandestinidade e fazendo grande parte do trajeto a cavalo – já que a dificuldade de acesso só permite a chegada de helicóptero ou a cavalo –, nosso enviado chegou ao refúgio de Marulanda, Arenas e do comando guerrilheiro. Durante o percurso pelo território controlado pela guerrilha, Jesus Carlos não avistou soldados, nem qualquer outro sinal que indicasse a presença do governo. Estas são suas fotos e o relato da experiência:

Uma entrevista amarga

Cabelos brancos, sempre de óculos escuros e uniforme de camuflagem, Jacobo Arenas acusa o presidente Barco de haver “traído” o acordo de paz assinado entre as Farc e o ex-presidente Belisario Betancur, em 1984. O acordo estabelecia o fim da luta armada, em troca da anistia incondicional para os rebeldes e de uma série de inovações na vida política colombiana. Essas inovações incluíam o desmantelamento dos esquadrões da morte de extrema-direita e a realização de uma reforma agrária.

“O acordo foi feito para conseguir uma paz democrática, ou seja, uma paz sem fome, sem desemprego, sem violência, sem terror, com terra para os camponeses, habitação para todos, liberdades públicas e respeito pela vida dos cidadãos. Nós respeitamos a trégua durante vários meses, mas, desde que Barco assumiu o governo, ficou claro

que cederia às pressões da oligarquia militarista, que não quer negociar conosco e exige, simplesmente, que deponhamos as armas”, afirmou o comandante Arenas.

“Virgílio Barco rompeu a negociação com o movimento armado e só voltou a nos procurar oito meses após ter assumido o governo, quando a ‘guerra suja’ dos esquadrões da morte contra a esquerda ilegal colombiana já havia provocado a morte de centenas de pessoas”, continuou.

Virgílio Barco apresentou à guerrilha uma proposta de paz diferente da de Betancur. Baseada na anistia aos guerrilheiros, a nova proposta não inclui nenhuma garantia de reforma social ou compromisso de acabar com os esquadrões da morte. Vários chefes militares, por outro lado, insistem em pedir um “endurecimento” no trato com os rebeldes.

Recrudescimento reacionário

“Não aceitamos um acordo desse tipo, porque milhões de colombianos estão morrendo de fome, apesar da riqueza do nosso país. A terra da Colômbia está tremendamente subutilizada. Isso faz com que uma área essencialmente agrícola produza apenas 30% dos



A vigilância é permanente, no comando central das Farc-EP, nas montanhas (Foto: J. Carlos)



Guerrilheiros das Farc em treinamento

□ As raízes do movimento armado colombiano estão, na opinião de Jacobo Arenas, no chamado "Bogotazo" de 1948. Assim é conhecido no país o gigantesco levante popular, que sucedeu ao assassinato do líder liberal progressista Jorge Eliécer Gaitán. "A insurreição atingiu pro-

Tudo começou com o "Bogotazo"

porções enormes", afirma Arenas, "mas, por falta de uma direção clara, de um partido revolucionário, não culminou com a tomada do poder".

No mesmo ano, surgiu o primeiro grupo guerrilheiro, organizado pelo ex-prefeito da cidade de Barranca Bermeja, pertencente ao Partido Liberal, e começou a operar na cordilheira de San Andrés. "Nesse grupo atuaram Gerardo Loaisiga e outros líderes", recorda o dirigente das Farc.

Nos anos seguintes, outros militantes do Partido Liberal dirigiram um novo movimento armado nos planaltos do leste, onde, em certo momento, havia 36 frentes de combate simultâneas. "A história das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) teve início em 1964, quando um pequeno grupo pegou em armas em Marquetalia - região

que o exército transformou em zona experimental, para aplicar a estratégia de 'segurança nacional', na hipótese de guerra contra o 'inimigo interno'. Dois anos antes, os setores mais reacionários da sociedade haviam conseguido aprovar, no Parlamento, uma vasta campanha de intimidação do movimento camponês, ao qual acusavam de tentar criar 'repúblicas independentes', onde o exército e outras instituições do Estado não poderiam entrar. Isso era mentira, mas, na prática, permitiu que as forças armadas desencadeassem uma forte repressão contra os camponeses de Marquetalia. Esperavam acabar em poucas semanas com o 'foco guerrilheiro', mas a luta armada na Colômbia já dura 25 anos e a 'doutrina da segurança nacional' não deu resultado", conclui Arenas.

alimentos necessários para a população, e que apenas 155 famílias sejam proprietárias de 92% das terras cultiváveis", afirmou Arenas.

O comandante guerrilheiro confessou-se decepcionado com as negociações de paz. "Nós achávamos que, através da paz democrática, poderíamos conquistar o que até agora não conseguimos: um espaço político para o movimento revolucionário, que nos permitisse desafiar o predomínio social, econômico e ideológico da oligarquia colombiana, que está vinculada aos interesses dos Estados Unidos. Foi nesse contexto que propusemos a formação da União Patriótica".

De acordo com o comandante das Farc, "a UP não é a frente política da guerrilha, mas um movimento amplo. Não tem formas organizativas centralizadas, mas somente um programa comum. Dentro desse movimento convivem comunistas, socialistas, liberais e até setores progressistas do Partido Conservador".

Oito meses depois de sua fundação, participou das eleições legislativas e obteve 350 mil votos. "No início de 1988, nas eleições municipais, a UP conquistou 15 prefeituras e algumas

outras em coalizão com outros partidos. Esse crescimento atemorizou a oligarquia colombiana, e deu origem à 'guerra suja' liderada pelos esquadrões da morte. Quase 700 militantes e dirigentes da UP foram assassinados, inclusive seu presidente, o ex-senador Jaime Pardo Leal", recordou.

Arenas nega que a "guerra suja" desencadeada pelos grupos paramilitares tenha levado as Farc a desistirem do processo de paz. "Pelo contrário, nossa vontade política não se modificou. Inclusive propusemos a outros grupos guerrilheiros a formação de um amplo movi-



A vovó exhibe foto de Gaitán, nos 40 anos do "Bogotazo"



Apartado: greve dos trabalhadores da banana leva a ocupação militar

mento de massas, a União Bolivariana do Povo, para impulsionar as reformas necessárias ao país. Não se trata de um projeto socialista, claro, mas da criação de uma ampla coalizão nacionalista e democrática, que elimine os obstáculos impostos pela oligarquia colombiana e pelo Pentágono. A União Bolivariana do Povo prepararia a revolução na Colômbia e seria, por suas dimensões, um fato político inédito no país", explicou o dirigente. "A oligarquia não percebe que essa 'guerra suja', que ela desenvolve em aliança com os militares reacionários e os narcotraficantes contra as forças progressistas, lhe trará enormes

prejuízos", adverte Arenas.

Unificação da esquerda

"Foi justamente essa 'guerra suja' que motivou a unificação das forças rebeldes na Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar".

A Coordenadora congrega, além das Farc, o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Exército Popular de Libertação (EPL, de origem maoísta), o M-19 (nacionalista de esquerda), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (trotskista) e o Movimento Índio Quintín Lame (autonomia indígena).



Urabá: o controle militar sobre os bananeiros, na zona de ação guerrilheira

"A unificação que não havíamos conseguido em décadas de luta armada, em função das divergências de concepção de cada grupo, foi conseguida em consequência da 'guerra suja' desencadeada pela ultradireita colombiana", afirmou Arenas. "A Coordenadora começou, nos últimos meses, a realizar ações unificadas em diversos pontos do território. As divergências desapareceram de um momento para outro".

"Embora a guerrilha não tenha conseguido destruir o exército colombiano, há décadas que o governo tenta nos eliminar, mas não consegue. Pelo contrário, a luta armada cresce. Isso demonstra que a paz não pode ser imposta pelas armas, mas que deve ser negociada", disse o comandante.

Arenas fica indignado quando se mencionam as supostas ligações entre a guerrilha e os "barões do narcotráfico". "Isso é uma grande mentira". E acrescenta: "Não existe acordo nenhum. Na verdade, o narcotráfico, que se aliou à oligarquia e aos militares reacionários para nos destruir, montou centros de instrução de sicários (mercenários) com o dinheiro proveniente do tráfico de drogas".

O líder guerrilheiro admite que existe um acordo tácito de convivência com os camponeses, que plantam coca nas zonas controladas pela guerrilha. "Os narcotraficantes têm por objetivo nossa destruição. São eles que financiam os esquadrões da morte. Mas, em algumas regiões controladas por nós, muitos camponeses vivem do cultivo da droga. Apesar de nossas tentativas em evitar que eles se dedicassem a esse cultivo, combatê-lo não é fácil. Eles conseguem lucros muito maiores com a coca do que obteriam com outros cultivos. Como nós não somos policiais, não nos compete a repressão a esse tipo de cultivo. Agora, dos narcotraficantes exigimos que acatem as mesmas regras de jogo que temos para com os latifundiários: a todos os poderosos que vivem em 'nossas regiões', cobramos um imposto de guerra". E concluiu: "Na prática, o narcotráfico, a oligarquia colombiana e os militares reacionários são a mesma coisa. São eles que estão conduzindo o país à guerra civil".

As perspectivas para 1989

Apesar de relativo crescimento industrial, as economias africanas enfrentam problemas para se expandirem, como a dívida e os baixos preços das matérias primas

A pesar das graves dificuldades econômicas gerais na região tropical da África, em 1987 e 1988 houve uma recuperação na indústria, tendência que provavelmente continuará durante este ano de 1989, segundo as previsões da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi).

Em seu "Relatório Global sobre Indústria e Desenvolvimento para 1988-1989", a Onudi afirma que o valor industrial agregado na África Tropical teve um crescimento de 4,6% em 1987, mas que suas estimativas foram revistas e acusam agora um crescimento de 5,7% para 1988, e de 6,8% para 1989.

O panorama é menos promissor no caso da expansão geral das economias africanas, pois as projeções feitas no final do ano passado, quando ainda não havia cálculos definitivos, indicavam um aumento do PIB de 2,4%, para 1988, e de 3,5% para 1989. Esses índices devem ser comparados aos 2,1% atingidos em 1987. O crescimento demográfico médio, em escala regional, chegou a 3%.

Estrangulamento

Ao mesmo tempo, assinala a Onudi, apesar do aumento de 15% das exportações regionais registrado em 1988, a relação entre o pagamento dos juros da dívida externa e as exportações passou dos 43% das exportações em 1986, para 47% em 1987. Como diz o relatório, "fica por saber de que modo se traduzirá, em recuperação industrial e em crescimento controlado, a declaração do Grupo dos Sete (os principais países ocidentais industrializados), durante a reunião de cúpula realizada em Toronto, em junho de 1988, sobre a redução da dívida africana".

A Onudi, sediada em Viena, sublinha que a melhoria do crescimento industrial, tomado pela média, esconde a situação dos países menores e mais pobres, em 24 dos quais a expansão não

chegou sequer aos 3%, em 1987. Muitos países ainda têm que recuperar os níveis de crescimento do setor de manufaturas anteriores a 1980, diz a Onudi. Além disso, enquanto o valor industrial agregado no PIB cresceu de 7,3% para 8,2%, no período 1980-1987, o índice per capita diminuiu.

O relatório sustenta que os programas de recuperação e ajuste, que estão sendo desenvolvidos em 28 países da região, enfrentam o domínio das economias dos países tropicais africanos pelo setor primário e, por conseguinte, ficam dependentes das oscilações de mercado dos produtos primários.

Em 1988, os termos de intercâmbio para os produtos da região melhoraram apenas 2,9% (excluindo o petróleo), depois de anos de queda.

As estimativas do PIB para cada país da região - constantes do relatório - mostram o quanto as diferenças são grandes. Os Camarões, por exemplo, tiveram um crescimento global de 9,5% e um crescimento do valor industrial agregado de 18,5%, em 1987, enquanto os índices de 1988 são respectivamente 10,1 e 19,9%. Por outro lado, a Costa do Marfim teve em 1987 uma queda do PIB de -2,3% e um crescimento industrial de 0,6%, enquanto a Onudi dá, para 1988, um crescimento de 4,2% na economia e de 3,2% no setor de manufaturas.

O Quênia, por sua vez, repetiu os ín-

dices de 1987, quando teve um crescimento econômico de 3,9% e 7,1% na produção industrial. A Nigéria, o gigante da África Ocidental, que registrou em 1987 um crescimento do PIB de apenas 1,2% e um aumento industrial de 3,1%, superou os baixos preços do petróleo, e teve um crescimento de 2% e de 4,1%, respectivamente, em 1988.

Ao tomar o exemplo da Libéria, com uma modesta recuperação em 1988, a Onudi destaca a importância das políticas baseadas no incentivo à pequena e média empresas. A organização trabalhou ativamente para ajudar o governo liberiano a aplicar essa estratégia, que "poderia obter uma maior eficiência econômica geral". Mas, a Onudi adverte que as pequenas e médias empresas "operam em uma das infra-estruturas mais difíceis e caras". Diz, além disso, que o setor industrial subdesenvolvido dessa região é estruturalmente deficiente, e que isso é a principal causa de sua lenta recuperação, já que essa deficiência não tem solução a curto prazo.

Com base nessas deficiências, o relatório recomenda "uma melhor visão da complexidade dos fatores estruturais que caracterizam os países tomados individualmente", e "evitar as receitas políticas excessivamente generalizadas". Acrescenta que será necessária maior ajuda a essa região, para que se possa investir e manter o desenvolvimento. ●

As economias africanas enfrentam panorama difícil na luta contra o subdesenvolvimento



Cortar a dependência

Após nove anos de esforços unificados, num organismo para a cooperação econômica e a reconstrução dos prejuízos de guerra, os países vizinhos da África do Sul avaliam suas atividades

Govin Reddy

Em abril de 1980, representantes dos governos de nove países do sul da África, excluído o regime de minoria branca de Pretória, se reuniram em Lusaka para fundar a Conferência para a Coordenação e o Desenvolvimento da África Austral-SADCC. Os objetivos da nova organização regional eram reduzir os laços de dependência dos países-membros com relação à África do Sul, promover a integração regional e desenvolver as nove nações integrantes do acordo. (Ver **terceiro mundo**, nº 93, p.48.)

Quase nove anos depois, são poucos os que negam a importância dessa organização regional, em especial quando se leva em consideração a política de agressão sistemática da África do Sul aos países da área. No entanto, o presidente atual da Conferência e chefe de estado de Botsuana, Quett Masire, não esconde que a organização está atravessando o período mais crítico de toda a sua existência.

Embora a SADCC contabilize imensas realizações, em particular a reconstrução de instalações ferroviárias e portos, não se pode afirmar que os três objetivos originários de sua fundação tenham se concretizado. As estatísticas revelam que a dependência em relação à África do Sul é ainda extremamente elevada, o comércio inter-regional dos integrantes do acordo está abaixo de 5% do total, e os povos dos países-membros estão mais pobres do que antes.

Em fins de 1988, dirigentes e representantes das nações agrupadas na SADCC reuniram-se em Maputo, para realizar a oitava reunião anual de avaliação. O informe da conferência explicitou que, dos nove países, só Botsuana conseguiu um crescimento do PIB per cá-



Masire: único a registrar crescimento

pita, alcançando a impressionante cifra de 11.5%, uma das mais altas do mundo. No Lesoto, Malawi e Zimbábue, o crescimento da população superou o do PIB, enquanto que em Zâmbia houve um declínio para -3%. A Tanzânia e Moçambique têm economias virtualmente estancadas. (Sobre o caso de Angola não havia informações relativas ao período.)

As razões que se citam para explicar esses indicadores são o baixo preço internacional das matérias-primas, o endividamento externo, os altos índices de crescimento demográfico, as secas, o subdesenvolvimento tecnológico e a desestabilização posta em prática pela África do Sul.

Pouco incentivo à produção doméstica

Mas isso não é tudo. A SADCC recebeu críticas, que mostram que os governos respectivos subestimaram os projetos baseados na ajuda externa, e deram pouca atenção ao incentivo da produção doméstica. "A causa fundamental de nossos problemas - afirmou Masire - é nossa incapacidade para

produzir as mercadorias e os serviços necessários para o consumo interno e a exportação". O tema está na agenda da próxima conferência consultiva, a realizar-se agora em janeiro, em Luanda, sob o sugestivo título de "O setor produtivo como motor do crescimento e do desenvolvimento".

Masire quer também uma ênfase maior nos investimentos. Nesse campo, se realizaram pelo menos três seminários para executivos da região, durante o ano passado. Mas, o ritmo dos investimentos manteve-se lento e não aparecem sinais de mudanças para o futuro imediato.

Os investidores em potencial da área mencionam, como principais obstáculos, a escassez de divisas, o tamanho reduzido dos mercados nacionais, a ineficiência burocrática e a insegurança ocasionada pela ação desestabilizadora do exército de Pretória. Alguns desses problemas estão fora do controle governamental, mas outros estão sendo analisados na busca de soluções. Entre os projetos em estudo, contempla-se a provisão de fundos regulares para o pré-financiamento de exportações, a concessão de linhas de crédito para as exportações inter-regionais e garantias de segurança.

Masire advertiu, no entanto, que essas medidas pouco servirão, se não forem implementadas em um contexto de aumento da produção e desenvolvimento do mercado regional. Esse marco é necessário para estimular a pesquisa e o desenvolvimento, para normalizar o controle de qualidade e preparar quadros capazes de melhorar a produtividade.

A paz necessária

O presidente de Botsuana enfatizou também a necessidade de coordenar as políticas e os planos de desenvolvimento. "Caso contrário, corremos o perigo real de duplicar unidades não-competitivas ao longo da região. Isso significaria uma drenagem no conjunto das economias da área, que impediria de alcançar objetivos modestos como a satisfação da demanda interna, para não falar da impossibilidade de exportar".

Os planos de coordenação política, se



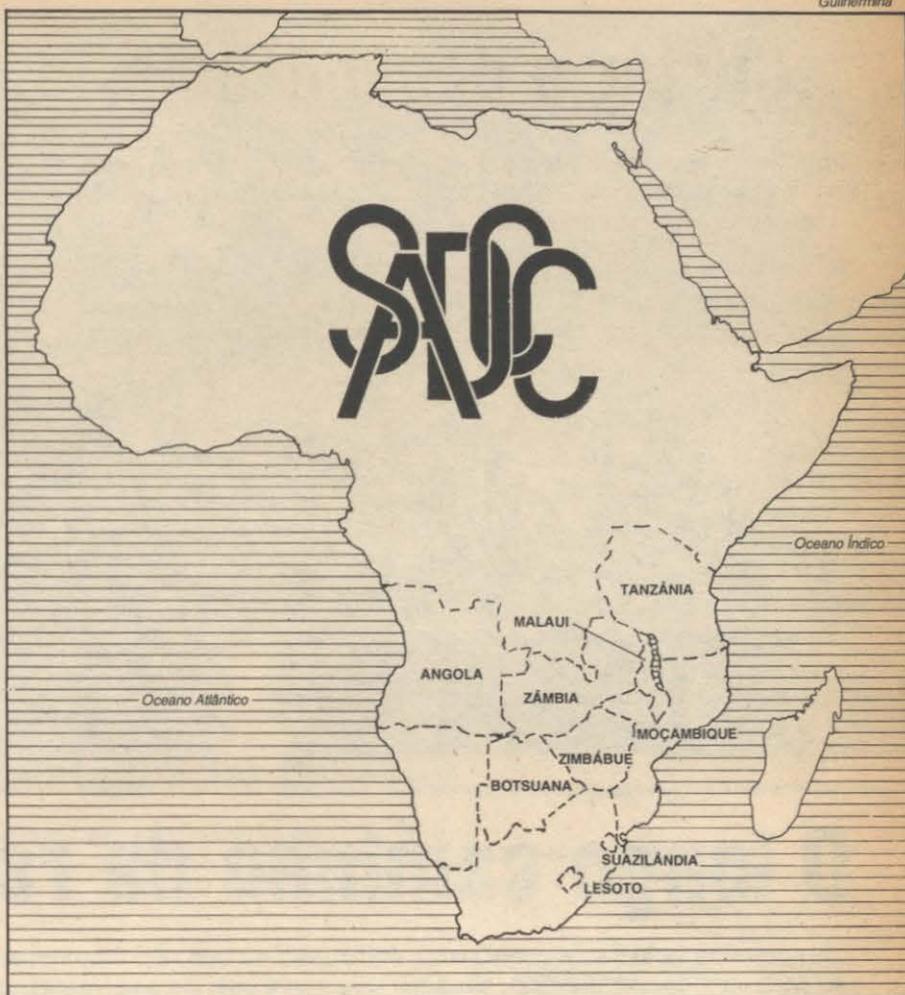
Mugabe: população cresce mais que PIB

implementados, trarão bons resultados a longo prazo. Mas, a chave da recuperação econômica e o desenvolvimento, tanto a curto como a longo prazo, é obter a paz e a estabilidade na região. Esse tema foi abordado por todos os participantes da reunião.

A desestabilização realizada pela África do Sul provocou, nos últimos oito anos, perdas materiais de 30 bilhões de dólares nos países da SADCC e o custo de vidas humanas é muito elevado. Moçambique e Angola são as nações mais afetadas. Dos seis portos existentes na área da SADCC, cinco estão localizados em Moçambique e Angola, e foram alvo privilegiado das sabotagens promovidas pelos sul-africanos na região.



Kenneth Kaunda: "a luta pela liberdade continuará"



Por uma questão de princípios, seis dos nove países que integram a conferência (todos, menos Malawi, Lesoto e Suazilândia) formam também uma frente comum de luta contra o "apartheid" e são chamados países da Linha de Frente. E consultado sobre as atividades dessa frente, o presidente de Zâmbia, Kenneth Kaunda, disse que, "a luta pela liberdade continuará, independentemente das ações de desestabilização que provoque a África do Sul".

A determinação de Pretória de continuar com o regime político que discrimina a maioria negra, e a consequente decisão de seus dirigentes de manter a agressão aos países vizinhos, solidários com as forças que combatem o "apartheid", não permitem o otimismo a curto prazo, em relação à obtenção dos objetivos da SADCC.

Apesar desse fator externo, que dificulta o desenvolvimento, e da variedade

de sistemas políticos e econômicos de seus membros (que vão desde o socialismo ao capitalismo, e das democracias pluralistas a autocracias regidas por presidentes vitalícios), a organização mostra um alto grau de pragmatismo e unidade. E foram tais fatores que permitiram o respeito e o apoio da comunidade internacional.

O presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, aludindo a esse espírito, disse que os Estados-membros da SADCC estavam "avançando com determinação e perseverança, unidos pelo pensamento e a ação". Os dirigentes de Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, estimam, por esse motivo, que, não obstante as enormes dificuldades que a organização deve enfrentar, poderão cumprir, ao menos parcialmente, os objetivos propostos. ●



Parlamentares das duas Coreias trocam compromisso de diálogo, em encontro realizado na zona desmilitarizada em agosto passado

O longo caminho da reunificação

Os coreanos finalmente chegaram à conclusão de que não é possível uma democracia plena, enquanto seu país permanecer dividido, situação que serve apenas aos interesses estratégicos das superpotências

Claude Alvares*

Depois da revolução filipina de fevereiro de 1986, o caminho da democracia parece apontar para o nordeste asiático. Assim deram a entender, recentemente, dois influentes intelectuais coreanos. Tais afirmações referiam-se às novas e marcadas tendências, que podem ajudar a superar o angustiante passado político dessa nação há tanto tempo dividida, e finalmente levar à reunificação.

Os professores Chung Hyun-Back, da Universidade Sung Kyun Kwan, e Li Sam Yul, da Universidade Sung Sil,

* Claude Alvares é renomado cientista social e jornalista indiano. Fez doutorado no Technische Hogeschool de Eindhoven, Holanda, e atualmente escreve para revistas e jornais da Índia e de outros países

participaram do seminário sobre Recursos e Desenvolvimento, organizado pela Comissão Internacional de Juristas, pelo Intercâmbio Regional Asiático por Novas Alternativas, com sede em Hong Kong, e pela Universidade das Nações Unidas. Li apresentou um histórico detalhado dos recentes acontecimentos na Coreia do Sul e esboçou o panorama do que se espera no futuro.

Destino de peão

Frequentemente, a Coreia do Sul tem sido considerada um modelo de crescimento econômico. Entre 1962 e 1983, segundo Chung, o PNB da Coreia aumentou 5,6 vezes, e a renda per capita atingiu dois mil dólares em 1985. A classe média sul-coreana, autora do "milagre", transformou-se em uma força estável, conservadora, fiel ao modelo e

preocupada com a instabilidade.

Mas, agora, a imperturbável classe média foi sacudida por uma série de acontecimentos: as tentativas de reunificação nacional, efetuadas por estudantes sul-coreanos, três dos quais se imolaram em fogo, e sucessivas greves de importantes sindicatos.

A divisão das Coreias do Norte e do Sul é um exemplo de como o mundo ainda está à mercê das superpotências, e de como, apesar dos clamores de descolonização e liberdade, alguns países sofrem imposições externas.

Como enfatizou Chung, a Coreia nunca foi independente: sempre existiu para atender às necessidades dos outros. Até 1945, serviu como linha-de-fogo do capitalismo japonês. Depois, como a Alemanha, foi dividida em duas para servir aos interesses estratégicos das superpotências.

"Este é o principal problema da Coreia", repetiu Chung, "a sujeição às potências estrangeiras e a divisão da nação".

É importante observar esta mudança transcendente nas preocupações atuais dos sul-coreanos. Li apresentou dados esclarecedores, para se entender por que a questão da reunificação de ambas as Coreias se transformou na reivindicação primordial de todos os grupos políticos independentes.

Desde 1945, os coreanos viveram sob ditaduras: ao regime de Syngman Ri, que reinou implacável por 14 anos, sucedeu o curto governo de Yu Bo Sum (1960-61), que foi derrubado pelo general Park Chung Hi. Este se manteve no poder até 1979, quando foi assassinado. O general Chun Du Huan ocupou o governo pouco depois, em 1980, passando-o em fins de 1987 a Ro Tae-Wu, homem de sua confiança e que se be-



Ro visita tropas na fronteira norte, o primeiro compromisso logo após ser eleito

Governo enterra vestígios do passado

O presidente Ro Tae Wu anunciou medidas destinadas a consolidar a democracia na Coreia do Sul e a enterrar os vestígios do governo passado.

Entre as medidas estão a reestruturação do gabinete e do partido governista, libertação dos presos políticos, anistia para os dissidentes com processos judiciais e "outras ações para erradicar o legado da quinta república" do presidente anterior, Chun Du Huan.

A iniciativa de Ro ganhou novos rumos, após Chun haver pedido perdão, publicamente, pelas irregularidades de seu governo (1980-1987), e devolvido ao Estado sua fortuna e propriedades particulares. As desculpas de Chun eram esperadas por Ro, seu amigo pessoal e por ele escolhido como sucessor.

Nas esferas do poder, espera-se que Ro, junto a essas novas medidas democráticas, decreta a anistia política para Chun, embora essa questão seja provavelmente tratada com os dirigentes da oposição parlamentar.

Os chefes dos dois principais grupos de oposição, Kim Dae Jung e Kim Young Sam, consideraram insuficiente o discurso de Chun, em parte seguindo a reação dos estudantes e oposicionistas, que insistem em sua prisão.

É por isso, segundo observadores, que Ro tentará um compromisso político com Jung e Sam, incluindo uma "troca" de medidas democratizantes pelo "esquecimento" do caso Chun.

No anúncio que o atual presidente fará, figurarão igualmente compensações financeiras para os que sofreram abusos de poder durante o mandato de Chun, ou para as famílias dos que morreram pelo mesmo motivo.

Entre estes motivos, estão o massacre de Kuangju, em 1980, após a imposição da lei marcial, as mortes nos "acampamentos militares de reeducação ideológica", as vítimas de outras violações aos direitos humanos, e os funcionários e jornalistas expurgados com a ascensão dos militares ao poder.

Ro chegou à cúpula dirigente pelas mãos do próprio Chun, seu companheiro na academia militar, e os comentaristas estimam que um prolongamento da polêmica em torno do ex-presidente poria em perigo a estabilidade do atual governo.

neficiou, nas eleições, das divisões das oposições. Nesse período, os temas prioritários eram a democracia e os direitos humanos.

Autoritarismo

Mas, hoje, os coreanos chegaram à conclusão de que não podem exercer uma democracia plena, enquanto o país permanecer dividido. Chung fixou o relativo êxito do modelo de desenvolvimento econômico sul-coreano nessa divisão: os EUA tentavam fazer da Coreia do Sul um modelo bem-sucedido, que contrastasse com a Coreia do Norte. Mas, o êxito foi artificial.

A divisão da Coreia em Norte e Sul teve consequências terríveis, que somente agora os sul-coreanos estão percebendo. "Desde o jardim de infância nós, sul-coreanos, somos doutrinados para o anticomunismo. Durante 43 anos, a circulação dos livros do norte-coreano Kim Il Sung esteve proibida, e sua imagem não podia aparecer na televisão. Os que ouviam emissoras norte-coreanas eram presos. Se hoje quiséssemos ensinar aos nossos filhos a história da Coreia do Norte, não haveria ninguém que pudesse contá-la".

A partir da divisão, os sul-coreanos foram estudar na Alemanha Ocidental, e os norte-coreanos na Alemanha Oriental.

Não é à toa que intelectuais, como Chung, consideram que a Coréia está a ponto de explodir, e que provavelmente seja o primeiro lugar onde se desencadeie uma guerra nuclear. A Coréia destina 38% do orçamento nacional para a defesa, e 42 mil efetivos militares dos EUA estão baseados nas suas fronteiras. O comando geral cabe aos norte-americanos e não ao exército coreano. E, embora atualmente haja 600 mísseis nucleares em seu território, a Coréia do Sul não está entre os 15 países que integram a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). "Somos o bode expiatório", diz Chung, para quem "a Coréia do Sul foi excluída da decisão sobre assuntos nucleares".

Nesse contexto, Chung repudiou o modelo coreano.

"Importamos produtos industriais e agrícolas, e o que produzimos é irrelevante para as necessidades da nossa nação". De 1962 a 1983, a indústria aumentou 21 vezes, e a agricultura apenas duas. Temos um capitalismo estatal e de conglomerados: as pequenas empresas empregam 30% da mão-de-obra, mas atua basicamente como apoio da grande empresa.

As condições de trabalho são duras. Em 1983, a jornada era de 11 horas diárias, 54,3 horas semanais e havia numerosos acidentes de trabalho. Pela mesma tarefa, as mulheres recebiam metade do que se pagava aos homens.

A distribuição desigual da riqueza criou tensões, e conduziu ao autoritarismo e à violação dos direitos humanos.

E, assim, enquanto o mundo admirava o modelo sul-coreano, os coreanos tinham suas preocupações, conscientes de que o modelo era, na realidade, uma imposição, e que a reunificação "constituía uma tentativa de cicatrizar uma velha ferida". A iniciativa não partiu do governo, mas dos estudantes, dos grupos da igreja e dos intelectuais.

Por que organizações da igreja? Porque, na Coréia do Sul, a igreja é conhecida por seu anticomunismo, e, portanto, não poderiam acusá-la de que suas atividades eram uma ameaça à segurança nacional.

"Superar a divisão geográfica significa superar a divisão ideológica", enfatizou Li. Atualmente, ambas as Coréias têm vidas separadas, estão paralisadas, e necessitam reencontrar-se.

A força juvenil

Li descreveu suas próprias tentativas, desde 1982, para organizar seminários e encontros sobre o tema da reunificação, naquela ocasião ainda um tabu para a consciência nacional. Todos os esforços foram cerceados pelas autoridades. Um seminário internacional sobre o tema, que iria ser realizado em Seul, teve que ser adiado à última hora, porque o ge-

rente do hotel anunciou que faltaria água por uma semana. "Tivemos que avisar a todos que não viessem, porque não havia água! Mas é claro que todos sabíamos a verdadeira razão".

Uma vez que os estudantes tomaram a frente, não houve retrocesso. Pela primeira vez na história das duas Coréias, estudantes da Universidade de Seul fizeram um convite aberto aos estudantes da Universidade Kim Il Sung, da Coréia do Norte, para que se encontrassem na zona desmilitarizada, um mês antes dos Jogos Olímpicos. Os estudantes da Coréia do Sul marchariam desde as montanhas de Han-Ra San, enquanto os norte-coreanos desceriam desde a cadeia montanhosa de Baek-Du San, e se encontrariam na zona estabelecida, onde teriam seus próprios encontros esportivos.

Os estudantes norte-coreanos confirmaram a participação. A data fixada foi 10 de junho, um dia memorável para todos os coreanos, porque nesse mesmo dia, em 1928, houve um levante estudantil contra os japoneses, quando vários estudantes coreanos foram mortos.

Os estudantes da Coréia do Norte chegaram: eram 13, e esperaram. Os estudantes da Coréia do Sul tentaram, mas não conseguiram superar o bloqueio policial para alcançar o local do encontro. E haja elogios para as democracias liberais da era pós-colonial... ●

Os avanços democráticos na Coréia do Sul têm sido arrancados por corajosas manifestações de rua, tendo na vanguarda os estudantes



Onda de assassinatos



A crescente onda de assassinatos de advogados e outras pessoas comprometidas com a defesa dos direitos humanos, pelos chamados grupos vigilantes e paramilitares das Filipinas, aumenta as críticas à situação dos direitos humanos sob o governo de Corazón Aquino

Chee Yoke Hiong*

A violência policial e sobretudo a de grupos clandestinos continua a preocupar

Numerosos advogados de atuação destacada na defesa dos direitos humanos nas Filipinas têm sido assassinados brutalmente. Entre as vítimas estão vários membros do Flag (Grupo de Assistência Legal sem Cargo), a mais ativa organização filipina em temas relacionados com os direitos humanos.

Violência aumenta

Parece evidente que os assassinatos fazem parte de um terrorismo sistemático e contínuo dos vigilantes e das forças paramilitares, contra as pessoas comprometidas com a defesa dos direitos humanos. Esse tipo de esquadrão-da-morte aumentou em uma proporção alarmante. O Flag pediu uma investigação imediata dos assassinatos e exigiu medidas governamentais que garantam a justiça.

Em um artigo publicado em Manila, em 7 de julho de 1988, a parlamentar Anna Coseteng afirmou que desde que Corazón Aquino assumiu a presidência, formaram-se 225 grupos vigilantes. Há acusações, inclusive, de que a situação dos direitos humanos está pior do que na época do deposto Ferdinand Marcos.

Segundo a congressista, o país está dominado pelo medo, e "as pessoas exigem medidas urgentes e decisivas" contra os atos de terrorismo.

Maria do Socorro Diokno, dirigente do Flag, disse que a situação nas Filipinas está confusa e perigosa. "O regime de Marcos foi declaradamente brutal, mas o governo atual também é brutal, embora consiga disfarçar-se sob o manto da democracia".

Num recente encontro de peritos asiáticos em desenvolvimento e direitos humanos, organizado pela Comissão Internacional de Juristas, pela Arena

(Intercâmbio Regional Asiático por Novas Alternativas) e pela Universidade das Nações Unidas, foi enviado um telegrama a Corazón Aquino, exigindo a "imediata investigação e julgamento dos assassinos, como demonstração do firme compromisso do governo de proteger a vida de advogados e cidadãos que atuam na defesa dos direitos humanos".

A Rede do Terceiro Mundo também condenou os assassinatos, e enviou uma carta de protesto à presidente, na qual expressa seu repúdio pela onda desenfreada de assassinatos e pede ao governo filipino a adoção de medidas imediatas para investigar os crimes e pôr fim às atrocidades. Fez também um apelo ao governo filipino, no sentido de salvaguardar a causa dos direitos humanos.

* Chee Yoke Hiong é pesquisadora da Rede do Terceiro Mundo



Ponto estratégico, o país abriga importantes bases estadunidenses, o que reforça a ação dos grupos direitistas

Advogados, os alvos principais

□ O Flag presta assistência gratuita a pessoas acusadas de delitos contra a segurança nacional, e que não têm meios para constituir advogado. Também dá apoio a setores marginalizados da sociedade.

As três últimas vítimas foram:

- Emmanuel "Noel" Mendoza, advogado, baleado e assassinado em seu automóvel, em 2 de julho de 1988, por indivíduos não-identificados.

- Alfonso Surigao (filho), 47 anos, coordenador regional do Flag em Cebu, ilhas Visayan. Em 24 de junho de 1988, foi assassinado em casa por

três indivíduos, na presença da esposa e de outras três testemunhas. Defensor ferrenho dos direitos humanos, era conhecido por seu trabalho incansável de defesa e promoção dos direitos de setores marginais em Cebu, Bohol e outras províncias. Em dezembro de 1987, foi preso pelo exército. Sofreu diversos atentados, nunca esclarecidos, e, em 18 de agosto de 1986, lançaram uma bomba em seu escritório, que ficou totalmente destruído. Tudo isso foi informado às autoridades militares e ao departamento de defesa, mas as investigações não chegaram a qualquer resultado.

- Ramos Cura, advogado do Flag, assassinado em 18 de junho de 1988.

Anteriormente a esses três casos, houve outras vítimas: Zorro C. Aquilar, assassinado em 23 de setembro de 1983, na cidade de Dipolog. Romaflo R. Taojo, em 2 de abril de 1985, em Tagum, Davao do Norte; Crisostomo Cailing, em 6 de julho de 1985, em Balingasag, Misamis Oriental; Luisito Villanueva, em 21 de fevereiro de 1986, em Calamba, Misamis Ocidental; Vicente A. Mirabueno, em 6 de fevereiro de 1988, em Gen. Santos; e David Bueno, da Liga de Advogados Protestantes, em 27 de outubro de 1987, em Laoag.

A seção de discos foi ampliada. Agora, o leitor interessado pode solicitar, por telefone ou carta, o disco de sua preferência, independentemente dos que estão à venda em nosso catálogo. Acreditamos que, desta forma, estamos prestando mais um serviço aos nossos leitores e assinantes. Ligue (021) 252-7440 e faça seu pedido.

terceiro mundo

POSTAL
CULTURAL

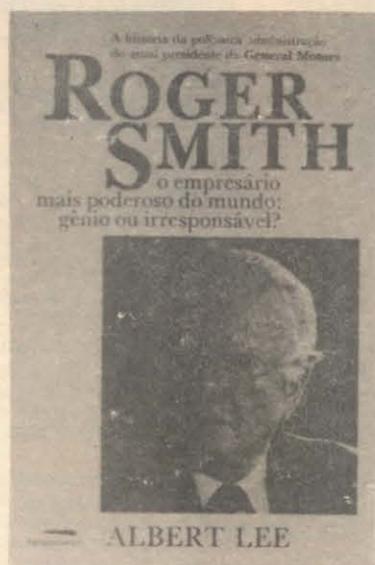
DESCONTE NA FEIRA
SEM SAIR DE CASA

Não perca na página 7t a feira de livros do Terceiro Mundo Postal Cultural com descontos excelentes. Você vai encontrar ali livros importantes para sua informação, formação e entretenimento. Peça logo porque o estoque é limitado.

Ano III - 1989 - Nº 18

Preço desta edição válidos p/ pedidos até 15.02.89

O EMPRESÁRIO MAIS PODEROSO DO MUNDO: gênio ou irresponsável?



Presidente da maior e mais poderosa empresa do mundo, a General Motors, com 3 milhões de empregados e um faturamento anual de 100 bilhões de dólares, Roger Smith exerce a liderança mais polêmica da história da administração de empresas em todo o mundo. A GM possui fábricas e instalações, da Austrália ao Zaire. De cada cinco automóveis, um foi fabricado pela GM. De suas fábricas, saiu até mesmo o único carro estacionado na superfície da lua. Seus competidores mais próximos têm menos da metade do seu patrimônio. Produziu a grande maioria de todas as locomotivas diesel e mais computadores do que qualquer um, e só perde para o Governo dos EUA em operações financeiras.

Na direção da General Motors, desde 1981, Roger Smith mexeu na estrutura organizacional que a orientou durante 75 anos e a mantinha na liderança. Investiu 80 bilhões de dólares para reestruturar a corporação à sua maneira. No seu projeto estão incluídos a elite da alta tecnologia, fábricas robotizadas, mão-de-obra reduzida e o seu objetivo é o domínio da indústria automobilística mundial.

Dispondo de bilhões de dólares para investir em equipamentos modernos e informatizar a produção, a GM tornou-se, em pouco tempo, a indústria automobilística mais dispendiosa da América, com os mais baixos índices de lucratividade. Roger Smith tem até 1990, quando termina sua gestão, para jogar a GM no século XXI, à frente de todos os concorrentes, ou transformá-la num gigante falido.

Publicado recentemente nos Estados Unidos, o livro Roger Smith vem causando grande impacto na imprensa internacional.

E-189 Cz\$ 13.000,00

BRASÍLIA: A HISTÓRIA DE UMA AVENTURA

O livro de Neiva Moreira é um depoimento há muito esperado. A mudança da capital para Brasília foi um acontecimento histórico com poucos antecedentes no mundo e nenhum deles realizado



no contexto de problemas tão complexos e num prazo tão curto.

Milhares de pessoas deslocadas dos seus lares, toneladas de cargas transportadas por uma rodovia ainda não concluída para 1.200 quilômetros de distância, problemas administrativos, econômicos, familiares e emocionais, a novela fascinante de uma cidade em construção. Quando se toma conhecimento de que no dia da inauguração dezenas de deputados disputavam um colchão e que horas antes da inauguração da capital não havia campanhas na Câmara nem a imagem do Cristo para entronizar no plenário, então pode-se avaliar o que foi o 21 de abril de 1960.

Neiva, então deputado federal pelo Maranhão, era secretário da Mesa e presidente da Comissão de Transferência da Câmara. Coube-lhe dirigir a complexa operação de localizar em Brasília uma numerosa população, até então instalada à beira-mar e que, de súbito ia viver a desconhecida realidade do planalto central.

O livro foi escrito entre 1960 e 1961, o período Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, e só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontrei," - declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento". 73 pág.

E-184 Cz\$ 4.000,00

HISTÓRIA VIVA

para ler e consultar

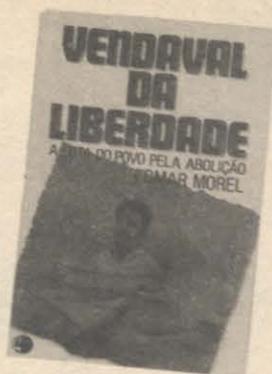


MEMORIAL DOS PALMARES

De: Ivan Alves Filho

Ao pôr abaixo toda uma estrutura que, poderíamos chamar de igualitária, a qual prevalece até a segunda metade do século XVI, o processo de colonização abre a via para a sociedade dividida em classes sociais antagônicas no Brasil. A partir daí, todas as propostas visando a modificar as condições de existência do povo brasileiro se darão no quadro de uma realidade classista onde os grupos humanos se definem pelo lugar que ocupam na esfera produtiva. Nessa perspectiva, todos os movimentos sociais, desde os mais autoritários aos mais democráticos, refletem as contradições objetivas da sociedade e tendem, sobretudo, a se posicionar no sentido da defesa dos interesses econômicos e políticos de uma classe historicamente determinada. O livro convida o leitor a examinar as peripécias dos palmarinos. A luta pela Abolição começa em Palmares. 204 pág.

E-190 Cz\$ 7.700,00



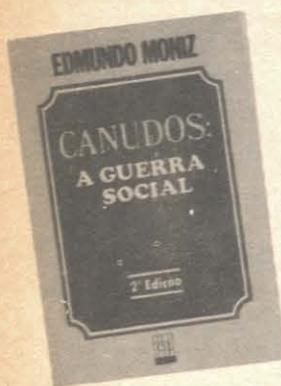
VENDA DA LIBERDADE A Luta do Povo pela Abolição

De: Edmar Morel

Neste seu livro, Edmar Morel reconstitui o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas animado de um frêmito de entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse. **Venda da Liberdade** é obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, mormente naqueles em que o Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

E-171 Cz\$ 6.600,00



CANUDOS: A Guerra Social

De: Edmundo Moniz

É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 Cz\$ 9.500,00

LIVROS DE SUCESSO

MIGO

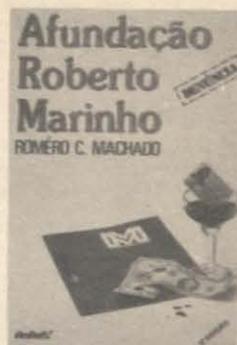
De: Darcy Ribeiro

Em **Migo** o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro — filho de Minas, antropólogo e educador — mais uma vez surpreende seus leitores. 422 pág.

E-178 Cz\$ 12.000,00



AFUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

De: Romero C. Machado

O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 pág.

E-179 Cz\$ 6.000,00



O HOMEM E SUA FICHA

De: Jesus Soares Pereira

Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em abril de 1964, sem qualquer justificativa para tal violência.

Viu-se obrigado a emigrar do Brasil. Antes de abandonar a pátria, no entanto, elegeu o povo brasileiro como Tribunal de Honra e a ele submeteu a candente declaração de princípios e a impecável folha de serviço que é este livro.

Um livro admirável e edificante, que todos os cidadãos dignos deveriam ler. Mais: bem poderia transformar-se em texto escolar, para que as novas gerações tomassem como modelo de conduta a vida de um cidadão excepcional, que colocou o Brasil à frente e acima de quaisquer outros interesses. 266 pág.

E-180 Cz\$ 10.000,00



COMBATE NAS TREVAS

De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 pág.

E-188 Cz\$ 6.500,00



A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO
De: Daniel Herz

Há um lado da Rede Globo que é invisível para os que se relacionam com essa empresa simplesmente como telespectadores. Há algo que só se percebe por trás da Globo. Há um sentido oculto, no que a Globo representa, que só pode ser percebido quando se tem na mão o atestado de antecedentes dessa empresa. 300 pág.
E-168 Cz\$ 7.000,00

CONSTITUIÇÃO DE CUBA - COMO É E COMO FUNCIONA
De: Osny Duarte Pereira

O autor traça um breve perfil da História cubana - a dominação espanhola, a ditadura de Batista, o movimento 26 de julho e a instalação do poder revolucionário - e analisa o atual texto constitucional. Diz: "Ao ser elaborada a nossa nova Constituição, muitas soluções cubanas, notadamente nos problemas sociais, deverão ser examinadas com respeito pelo constituinte brasileiro." 96 pág.
E-145 Cz\$ 3.000,00

DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSURDO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES
De: Jacques Dezelfia

Este livro prova que as dívidas externas são um engodo e que os privilégios às exportações servem, exclusivamente, aos interesses dos países desenvolvidos. 352 pág.
E-166 Cz\$ 8.000,00

OUTUBRO E A PERESTROIKA
De: Mikhail Gorbachiov
86 pág.
E-153 Cz\$ 3.000,00

MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO
De: Mikhail Gorbachiov
77 pág.
E-155 Cz\$ 2.700,00

NICARÁGUA NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA
De: Mirian Goldenberg
156 pág.
E-144 Cz\$ 5.000,00

1989 - N° 18



CARTAS AO PLANETA BRASIL
De: Geneton Moraes Neto

O que se narra neste livro é dramaticamente real. São depoimentos inéditos, publicados na íntegra, rigorosamente sem cortes que expõem o pensamento completo dos entrevistados: Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos/Cactano Veloso, Ronald Edwards.

Um documento sobre a história brasileira recente. Fatos e testemunhos até hoje desconhecidos do público. 264 pág.
E-181 Cz\$ 8.000,00

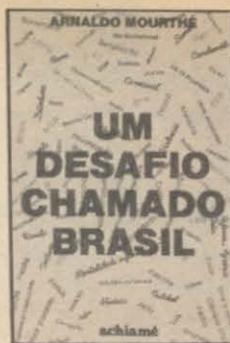
O ESPÍRITO DAS ÉPOCAS
De: Edmundo Moniz

Esta é a quarta edição de O Espírito das Épocas, obra publicada sob o título geral Dialética da Ficção, com ligeiras alterações de forma em alguns ensaios e a inclusão de outros inteiramente novos, representa um dos momentos mais altos do seu fecundo labor intelectual.

Focalizando, entre outros, poetas como Dante e Camões, teatrólogos como Shakespeare e Ibsen, e romancistas como Dostoiévski, Balzac e Eça de Queiroz, esta obra evidencia que, para Edmundo Moniz, a poesia, o teatro e o romance não são categorias estéticas que se produzem abstratamente, projetadas para uma dimensão metafísica, mas sim a equação dialética que resulta da interação entre criação espiritual e realidade objetiva de uma determinada época histórica, refletida na inteligência e sensibilidade dos escritores. 216 pág.
E-182 Cz\$ 6.000,00

UM OPERÁRIO BRASILEIRO EM CUBA
De: Isaque Fonseca e Sandra Mayrink Veiga

Isaque, um operário, e Sandra, de classe social localizada na outra ponta do nóvelo, se unem para traçar juntos essa aventura: a de um operário brasileiro em Cuba. 172 pág.
E-183 Cz\$ 6.000,00



UM DESAFIO CHAMADO BRASIL
De: Arnaldo Mourthé

O livro consegue não só traduzir em linguagem acessível toda a complexidade da atual crise brasileira como, também, apresentar soluções consistentes para que o Brasil não se transforme definitivamente no pasto do capitalismo internacional, como querem nossas elites no poder. 107 pág.

E-172 Cz\$ 4.500,00

TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL
De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retornar aos estudos dos problemas globais, sem o que estaremos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.
E-156 Cz\$ 9.700,00



PANTHER, O EXPANCIONISMO GERMÂNICO

José Joffily está prestando um serviço extraordinário ao nosso país, sobretudo à sua ju-



A ORIGINALIDADE DAS REVOLUÇÕES
De: Edmundo Moniz

Uma visão abrangente do socialismo no século XX. Começa pela revolução soviética e conclui com a análise do caso particular do Chile de Allende e com a apreciação das guerrilhas latino-americanas. 276 pág.
E-164 Cz\$ 8.500,00

A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986
De: René Armand Drefuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 pág.

E-165 Cz\$ 12.000,00

ventude, exumando com um metódico e competente trabalho de pesquisa e interpretação, episódios que a história oficial achou mais conveniente sepultar.

Seu último livro foi "O caso Panther", a história da invasão de Itajaí, Santa Catarina, em 1905, por tripulantes daquela poderosa canhoira alemã, em completo desrespeito à soberania brasileira. A ação dos invasores durou 50 dias e foram necessários 82 anos para que fosse conhecido em toda sua extensão e gravidade.

O mais curioso é que nem na Marinha nem no Arquivo Nacional o autor encontrou elementos para sua pesquisa. Mas não desanimou e, depois de quatro anos, nos oferece, agora, um trabalho documentado sobre um momento crucial do expansionismo germânico no novo mundo. 217 pág.

E-185 7.000,00

UMA LEITURA NECESSÁRIA E ATUAL

Em um mundo cada vez mais interdependente, você precisa estar em dia com o que acontece lá fora e que, em algum momento, pode repercutir no país. Mais importante ainda é ter uma informação confiável e a análise correta dos acontecimentos.

A revista **Cadernos do Terceiro Mundo** não se apresenta apenas como uma publicação especializada em temas internacionais, mas é, sobretudo, fonte permanente de informações e análises independentes, atualizadas e que levam em conta os interesses dos países em desenvolvimento, o que não se encontra em outras publicações do gênero.

Sua leitura torna-se, assim, necessária e oportuna para a informação mais completa do leitor, que tem ainda amplo enfoque de assuntos nacionais no **Suplemento Brasil** que acompanha cada edição.

Assine **Cadernos do Terceiro Mundo**, uma porta que você abre para a compreensão mais exata do mundo.

COM A PALAVRA: NOSSO LEITOR

Luta pela justiça social

Parabéns a terceiro mundo pela linha editorial independente e progressista, o que a torna porta-voz das consciências oprimidas do planeta. Não deixo por menos: eu os probo de esmorecerem na luta por uma sociedade mais justa.

Ricardo Teixeira Barbosa
Porto Alegre - R.G. Sul - Brasil

AIDS

Quero parabenizá-los pela excelente matéria sobre a Aids, publicada por terceiro mundo de março passado.

Gilênio N. Camilo
Taguatinga - DF - Brasil

Novo Formato

Realmente de impacto o novo formato do terceiro mundo. Estou também muito impressionado com a qualidade da edição em inglês. Felicitações por esse trabalho tão desafiador.

Medea Benjamin
Senior Analyst
Food First
San Francisco - EEUU

De frente

Já coleciono terceiro mundo desde setembro de 1983, quando a conheci e aprendi muito a cada número publicado. Aqui no Rio Grande do Sul, a revista é muito lida e tem ótima aceitação. Pelo menos em algum lugar, vemos as coisas mostradas um pouco mais de frente.

Sandra Regina Napiwoski
Canoas - RS - Brasil

Fonte única

Sou leitor e assinante desta excelente revista. Desejo felicitá-los, pois se trata de uma fonte praticamente única de informações sérias para se conhecer a problemática de nosso castigado Terceiro Mundo.

Antonio Torossian
Montevideu - Uruguai

Em Lima também

Passei uns dias em Lima num congresso e reencontrei terceiro mundo, revista que acompanho desde os primeiros números, mas que há alguns meses não via. Me agradou a sua diagramação, os artigos continuam interessantes. Vejo agora uma ênfase altamente elogiável em seções, como mulher e minorias, que antes eram menos tratadas.

Espero que continuem nesse caminho, sem esquecer que na América Latina temos poucas fontes de informação fidedignas sobre o resto do Terceiro Mundo. E que nossas realidades, complexas e subdesenvolvidas, são muito mais ricas que a simples amostra que nos brinda a vida política de cada um dos nossos países.

Horácio Márquez Almeida
San Pedro Sula
Honduras

Parabéns

Quero parabenizar o editor pelo excelente trabalho, que é refletido nos exemplares de terceiro mundo, que recebo mensalmente.

Márcio Antônio Araújo
Belo Horizonte - MG

Em primeiro lugar não poderia deixar de parabenizar toda a equipe de terceiro mundo pela excelente qualidade e independência das matérias. Como estudante sei que só com liberdade e independência conseguimos aprender algo.

Recebi a revista referente a maio e lendo a seção de cartas, notei que não me enviaram o n.º 108 de março. Desde já agradeço.

Elizabeth Pereira
Méier - Rio de Janeiro

Intercâmbio de discos

Por saber que terceiro mundo circula e tem grande penetração em países da América Latina, Ásia e África, quero que me ajude a entrar em contato com pessoas que desejem trocar discos, fitas cassetes, livros sobre o Terceiro Mundo. Eu posso enviar material específico do Brasil. Tenho 36 anos, sou médico (casado), amo a música e sou assinante do terceiro mundo há mais de três anos.

Gildo Andrade Simões
Rua C, nº 221
Jardim Santo Antônio
Atalaia - Aracaju
Surgipe - CEP 49.000
Brasil

O portunhol

Felicitações pelo tema da capa de julho, "O portunhol", que está muito bem realizado, e também pelo nível de terceiro mundo, simplesmente genial.

Enrique Darfo Díaz Castro
Paso de la Arena
Montevideu
Uruguai

assine terceiro mundo

Descontos
e
Brindes

A ASSINATURA DE TERCEIRO MUNDO É PRESENTE O ANO INTEIRO... PRA TODA A VIDA.

OFERTA VÁLIDA ATÉ 28.02.89



Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	18.300,00	18.300,00	-
2	17.700,00	35.400,00	-
3	17.100,00	51.300,00	-
4	16.500,00	66.000,00	2 Livros de nossa escolha
5	15.400,00	77.000,00	2 Livros à sua escolha

Obs.: Os livros de brinde, estão na seção FEIRA DE LIVROS

Assinatura (6 meses) Cz\$ 11.400,00

Assinatura (2 anos) Cz\$ 30.000,00

Renovação Cz\$ 15.900,00

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: 4 Nome:
 Endereço: Endereço:
 Bairro: Cidade: Bairro: Cidade:
 Estado: CEP Tel.: Estado: CEP Tel.:
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

2 Nome: 5 Nome:
 Endereço: Endereço:
 Bairro: Cidade: Bairro: Cidade:
 Estado: CEP Tel.: Estado: CEP Tel.:
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

3 Nome: 4 Nome:
 Endereço: Endereço:
 Bairro: Cidade: Bairro: Cidade:
 Estado: CEP Tel.: Estado: CEP Tel.:
 Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
 Brindes conforme relação da Feira de Livros.
 Código: E-() e E-()

O SOM DA NOSSA GENTE



CANTORIA 2

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Participação especial do ceguinho cantor goiano Francisco Aafa.

Lado A
ABERTURA - Xangai, Elomar, Vital e Geraldo
 - Desafio do Alto da Catingueira (Elomar)
 - Repente (Vital Farias)
 - Novena (Geraldo Azevedo/Marcus Vinicius)
ERA CASA ERA JARDIM/VEJA MARGARIDA (Vital Farias) Vital, mais Geraldo no violão
SABOR COLORIDO (Geraldo Azevedo)
MOÇA BONITA (Geraldo Azevedo/Capinam) Geraldo, com Xangai no vocal
NA QUADRA DAS ÁGUAS PERDIDAS (Elomar) Elomar, com Geraldo, Vital e Xangai nos vocais
CANTILENA DE LUA CHEIA (Vital Farias) Vital, Geraldo, Elomar e Xangai

Lado B

ARRUMAÇÃO (Elomar) Francisco Aafa, em participação especial
SUITE CORRENTEZA - Elomar, Xangai, Geraldo e Vital - Barcarola do São Francisco (Geraldo Azevedo/Carlos Fernando)
 - Talismã (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)
 - Caravana (Geraldo Azevedo/Alceu Valença)
ESTAMPAS EUCALOI (Hélio Contreiras)
 Xangai, com Geraldo no Violão
SAGA DE SEVERININ (Vital Farias)
 Vital
CANTIGA DE AMIGO (Elomar)
 Elomar, Xangai, Geraldo e Vital
D-009 Cz\$ 9.500,00

RADAMÉS GNATTALI (Ao piano)

Mais que um disco a realização de um desejo: "Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isso em prática".

D-001 Cz\$ 4.500,00

OS VILLA-LOBOS MAIS ORIGINAIS DO MERCADO EM LP

A FLORESTA DO AMAZONAS

Wagner Tiso, Ney Matogrosso e Assis Brasil redescobrem a obra de Villa-Lobos. Uma recriação desta obra-prima, a partir de manuscrito inédito para piano recém-descoberto no Museu Villa-Lobos. São as suítes Na Floresta, Além da Floresta e um improviso, unindo o piano Steinway aos modernos sintetizadores e samplers. Participação especial de Jaques Morelenbaum (violoncelo) e Jurim Moreira (percussão).

D-002 Cz\$ 6.400,00

VILLA-VIOLÃO

Turibio Santos apresenta a obra completa de Villa-Lobos para violão solo. Um dos acervos mais importantes do Século XX, o violão de Villa-Lobos é revisitado por seu maior especialista. No LP, os 12 Estudos, os 5 Prelúdios e Choros nº 1.

D-003 Cz\$ 6.500,00

CANTORIA I

Com Elomar, Geraldo Azevedo, Vital Farias e Xangai. Gravado ao vivo no Teatro Castro Alves, em Salvador.

Lado A: **Novena** (Geraldo Azevedo, Marcus Vinicius); **Sete Cantigas para Voar** (Vital Farias); **Cantiga do Boi Incantado** (Elomar); **Kukukaya** (Cátia de França); **Ai que Saudade de Ocê** (Vital Farias); **Ai d'Eu Saudade** (tradicional).

Lado B: **Semente de Adão** (Geraldo Azevedo, Carlos Fernando); **Viramundo** (Gil, Capinam); **Cantiga do Estradar** (Elomar); **Saga da Amazônia** (Vital Farias); **Matança** (Jatobá); **Cantiga do Amigo** (Elomar).
D-008 Cz\$ 8.000,00

CONCERTÃO

Álbum duplo com Elomar, Arthur Moreira Lima, Paulo Moura e Heraldo do Monte, mostrando a capacidade do músico brasileiro em arranjar, improvisar, pintar e bordar.

Lado A: **Estrela Maga dos Ciganos / Noite de Santo Reis; Na Estrada das Areais de Ouro; Campo Branco** (Elomar).
 Lado B: **Incêndio prã Terra que o Sol Matou; Trabalhadores na Destoca** (Elomar); **Pau de Arara** (Luís Gonzaga); **Festa no Sertão** (H. Villa-Lobos).

Lado C: **Valsa da Dor** (H. Villa-Lobos); **ENINIA** (Codó); **Valsa de Esquina nº 12** (Francisco Mignone); **Spinha de Bacalhau** (Severino Araújo).

Lado D: **Pedacinhos do Céu** (Waldir Azevedo); **Corban** (Elomar).

D-006 Cz\$ 12.000,00

Dança do Mar

Francisco Mário



FRANCISCO MÁRIO

O elemento água está no fim e no princípio, e não foi por acaso que a intuição de criador do músico Francisco Mário levou a essa DANÇA DO MAR onde se encontram as duas pontas do novelo da vida. A peça com seus movimentos sazonais e climáticos obedece aos fluxos da natureza, a mãe de todas as forças.

Tem corpo de música erudita pela complexidade técnica de suas soluções sempre bandeadas para o lado do lirismo. E alma popular, imamente ao compositor.

A dança epitelial dos violinos, a voz guia do violão, as contrações do cello, fagote, flauta, bandolim, viola, piano e órgão; todos os caminhos sonoros conduzem a depuração estética. Uma síntese entre o popular e o erudito como descreveu o poeta Aldir Blanc. Poemas de Caymmi e pinturas de Lobianco.

Lado A: **Verão** (1º Movimento) **Outono** (2º Movimento) **Inverno** (3º Movimento)

Lado B: **Primavera** (4º Movimento) **Calmaria** (5º Movimento) **Amanhecer** (6º Movimento) **Tempestade** (7º Movimento)
D-011 Cz\$ 17.000,00

QUARTETO NEGRO

Paulo Moura no sax e clarinete, Zezé Motta na voz, Djalma Corrêa na percussão e Jorge Degas no baixo, violão e voz. Lançado no mês do Centenário da Abolição, em espetáculo especial no Olympia de Paris. O LP sai simultaneamente no Brasil e na Europa.

Lado 1: **Folôzinha** Marku Ribas/Reinaldo Amaral; **Sobre as Ondas** (Jorge Degas); **Meregue** Adler São Luiz; **Festas da Xica** (Paulo Moura); **SEMBA** (Jorge Degas/Zezé Motta)

Lado 2: **Zumbi** Gilberto Gil/Wally Salomão; **Brucutu** (J. Degas/D. Corrêa); **Geisa** Roberto Guimã; **A Quelê Menina** (Djalma Luz); **Aisho-Koto** (Djalma Corrêa).

D-007 Cz\$ 6.700,00

JAZZ BRASIL - JOÃO CARLOS ASSIS BRASIL

Swing - virtuosismo no piano de João Carlos Assis Brasil, com músicas inéditas de seu irmão Victor e de Radamés Gnattali, e mais Tom Jobim e Wagner Tiso, este em participação especial.

Lado A: **Steps** Victor Assis Brasil; **Waltzing** Victor A. Brasil; **Arroio** Victor A. Brasil; **Waving** (Victor A. Brasil); **Chorava** Wagner Tiso, a 2 pianos.

Lado B: **Maneirando** (Radamés Gnattali); **Sobre Tom**, improviso-homenagem: **Wave** (Tom Jobim); **Fu Preciso de Você** (Tom e Aloisio de Oliveira), **Estrada Branca** (Tom e Vinicius), **Moonlight Daiquiri** (Tom Jobim), **Fu Te Amo** (Tom e Chico Buarque), **Pela Luz Dos Olhos Teu** (Vinicius de Moraes), **Samba L: Uma Nota Só** (Tom e Newton Mendonça); **Negaceando** (Radamés Gnattali); **Aos velhos amigos** (Wagner Tiso).

D-004 Cz\$ 6.500,00

VELHA GUARDA DA PORTELA



VELHA GUARDA DA PORTELA

Neste disco, a Velha Guarda da Portela está inteira, de corpo e alma. Ela não registra apenas os sambas desse magnífico grupo de compositores e de seus antigos companheiros. Aqui está também o som que faz normalmente, nos seus encontros na casa da Docca, do Argemiro e de outros integrantes do conjunto.

Lado A: **Hino da Velha Guarda da Portela** (Francisco Santana) **Você Não é a Tal Mulher** (Alcides-Malandro histórico) **Para o Nosso Bem** (Alvaiade) **Flor do Interior** (Manacéia) **Fui condenado** (Monarco e Mivinha) **Nuvem que Passou** (Argemiro) **Doce Amor** (Nilson)

Lado B: **Vai Mesmo** (Rufino) **Madrugada** (Aniceto da Portela) **Mau Procedimento** (Nelson Amorim) **Mulher Ingrata** (Chatin) **Nega Danada** (Que Mulher) (Chatin) **Esquica** (Alberto Lonato) **Doce Recordação** (Casquinha e Bubu) **Cidade Mulher** (Paulo da Portela)

D-010 Cz\$ 7.500,00

FEIRA DE LIVROS TEM DESCONTO!



AMOR LIVRE
Uma Avaliação Anarquista da Questão Sexual
De: Charles Albert

Se o amor não é hoje livre no sentido legal, é porque não o é no sentido social. O amor livre é o amor libertado de todos os entraves que até aqui o tem impedido de presidir à visão do homem com a mulher. 140 pág.

E-175 Cz\$ 3.000,00 2.300,00

ESTUDANTES E IDEOLOGIAS NO BRASIL
De: Marcos Antonio Coimbra

É um estudo sobre nosso passado imediato e sobre a posição do estudante diante de fatos como 1964, 1968, repressão, etc. antes da nossa "abertura". UNE, manifestações estudantis, a reação dos estudantes aos decretos firmados em 1968, a linha ideológica do universitário, luta por uma universidade melhor e por princípios democráticos estão presentes. 164 pág.

E-098 Cz\$ 4.500,00 3.500,00

A MÁQUINA DE NARCISO - Televisão, indivíduo e poder no Brasil

De: Muniz Sodré

A cultura industrialmente produzida e distribuída constitui, na verdade, um jogo destinado a instituir novas formas de poder. Se o lazer e a informação colocam-se a serviço da ordem social (do Estado à grande empresa), isso significa que a cultura daí oriunda pretende organizar e/ou manipular politicamente as massas. Sem a menor dúvida, como explicita este importante livro, "a cultura de massa é uma política que não ousa confessar o seu nome". 147 pág.

E-74 Cz\$ 3.600,00 3.000,00

LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE

Claudio Thomas Bornstein



LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE
De: Cláudio Thomás Bornstein

Baseado em um fato ocorrido na década dos setenta na região do Além-São Francisco, e que culminou no assassinato de um líder do sindicato rural, o romance conta, passo a passo, a caminhada de violências do Brasil agreste. 256 pág.

E-150 Cz\$ 4.200,00 3.500,00

NA LUTA SEM PEDIR LICENÇA
De: Eliane Maciel

Depois do sucesso de "Com Licença eu vou à luta", Eliane nos oferece outro livro lúcido, escrito com a cabeça e o coração de quem tem como especialidade não se entregar e botar o dedo nas nossas feridas. 200 pág.

E-161 Cz\$ 4.000,00 3.500,00

O JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL DEPOIS DE 1964

De: Aylá-Salassé F. Quintão

O livro propõe-se a explicar o desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil, a sua consolidação e o seu papel ideológico. É um livro básico para estudantes e profissionais de comunicação bem como leitores interessados em saber o "porquê" e a função do "econômico" na imprensa brasileira. 212 pág.

E-159 Cz\$ 3.500,00 3.000,00



O VERÃO DOS PERSEGUIDIDOS
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.

E-154 Cz\$ 3.500,00 2.800,00

DESENVOLVIMENTO, CRISE E VISÕES ALTERNATIVAS: PERSPECTIVAS DAS MULHERES DO TERCEIRO MUNDO

De: Gita Sen e Caren Grown

O livro resulta do esforço coletivo da rede DAWN/MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo).

Sintetiza a análise de três décadas de políticas voltadas para a mulher, enfatizando, sobretudo, a última fase que se caracteriza pela forte crise econômica que afeta os países do Terceiro Mundo.

Mostra como as mulheres estão se organizando para superar as dificuldades impostas pela pobreza, fazendo uso da criatividade em busca de soluções alternativas. 150 pág.

E-158 Cz\$ 4.300,00 3.800,00

POLUIÇÃO-ALIENAÇÃO-IDEOLOGIA

De: Ailton B. de Souza e R. A. Amaral Vieira

130 pág.

E-75 Cz\$ 2.000,00 1.500,00

RAUL SENDIC: AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO
Tradução: Cássia Corintha Pinto

96 pág.

E-152 Cz\$ 3.600,00 3.000,00

POLÍTICA DA REPRESSÃO Força e Poder de uma Justiça de Classe

De: Luigi Moscatelli

157 pág.

E-132 Cz\$ 3.600,00 2.500,00

PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO

De: Washington Loyello

E-083 Cz\$ 3.500,00 2.900,00

REBELDIA NEGRA & ABOLICIONISMO

De: Laura Lage de Gama Lima

E-176 Cz\$ 3.500,00 2.900,00

A QUESTÃO JUDAICA

De: Karl Marx

E-177 Cz\$ 2.700,00 2.200,00

A MULHER NA LÍNGUA DO POVO

De: Eliane Vasconcellos Leitão

E-173 Cz\$ 3.500,00 3.000,00

UMA INTRODUÇÃO POLÍTICA AOS QUADRINHOS

De: Moacyr Cirne

E-174 Cz\$ 3.000,00 2.800,00



O GUIA DO TERCEIRO MUNDO 89 VEM AÍ!

Faça sua reserva.

CUPOM DE PEDIDOS DO POSTAL CULTURAL NO VERSO →

INFORMAÇÃO, MÚSICA e DESCONTO



Remetente:
 EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA. – Rua da Glória, 122-gr.105-RIO DE JANEIRO-CEP 20240

IMPRESSO

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados. com desconto que tiver direito. () assinante - () não-assinante				TABELA DE DESCONTOS				terceiro mundo postal cultural n°18	
Nome Endereço Bairro Cidade Estado CEP Tel: Profissão _____ comprador				<ul style="list-style-type: none"> • 5% Para pedidos acima de CZ\$ 25.000,00 • 10% Para pedidos acima de CZ\$ 30.000,00 • 15% Para assinantes com pedidos acima de CZ\$ 30.000,00 • 20% Para pagamento antecipado de pedidos acima de CZ\$ 38.000,00 				PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 15.02.89	
CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

Dívida externa



Protesto de agricultores acabou em uma dúzia de mortes

Por Juan V. Sarmiento (filho)*

Cerca de 90 organizações não-governamentais tomaram a iniciativa de formular uma política global para o tratamento da dívida externa. O objetivo é priorizar o crescimento e a justiça social, em detrimento do pagamento dos 28 bilhões de dólares de dívida externa.

No primeiro congresso nacional sobre o tema, os membros da Coalizão contra a Dívida procuraram fórmulas diferentes para tirar o país da situação de endividamento que, segundo a coalizão, priva os filipinos de alimentação, trabalho, educação e, em última análise, do seu futuro.

O conferencista convidado, senador Alberto Rómulo (Laban), disse que, depois de cinco anos da crise de endividamento e dois anos após a Revolução do Poder Popular, as Filipinas não têm ainda uma política nacional com relação à dívida: "Até agora não tivemos uma política nacional com relação à dívida, a menos que consideremos nossas as políticas de Marcos (o ex-presidente filipino), as do FMI e as do Banco Mundial". Desde 31 de dezembro de 1987, a dívida das Filipinas ascendeu a 28,629 bilhões de dólares, dos quais 15,055 bilhões correspondem ao endividamento com bancos estrangeiros; 4,881 bilhões com instituições financeiras multilaterais; 4,030 bilhões com créditos bilaterais, e o

restante com outras fontes.

O economista Manuel F. Montes calcula que cada filipino deve ao sistema financeiro estrangeiro cerca de 500 dólares. Montes disse que entre 1987 e 1992, o povo filipino estará pagando anualmente uma média de 2,300 bilhões de dólares de juros e 1,330 bilhões de amortização.

Sangria

Segundo o programa atual do governo filipino, estarão pagando 18,200 bilhões a mais do que receberam dos países ricos. "Será mais um caso em que uma economia pobre contribuirá com capital para as economias dos países ricos", acrescentou.

Os membros da Coalizão contra a Dívida consideram que não é possível que se continue pagando a dívida às custas da economia filipina, e propõem uma estratégia alternativa para enfrentar o problema do endividamento.

Uma das propostas consiste em limitar os pagamentos do serviço da dívida a 10% dos lucros atuais com as exportações, como meio de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico. Segundo os acordos em vigor, o governo filipino deve pagar aos credores estrangeiros 31% dos saldos da balança comercial entre 1987 e 1992.

A coalizão sustenta que, destinar entre 5 e 8% da renda nacional aos serviços da dívida, atenta contra o crescimento econômico.

O oneroso pagamento da dívida pressupõe que sejam preteridas as necessidades básicas dos filipinos, comprometendo o futuro do povo. Para encontrar uma saída, a Coalizão contra a Dívida propõe limitar o pagamento e renegociar a dívida em outras condições.

Segundo Montes, caso se reduzisse à metade o serviço da dívida, seria possível criar anualmente 210 mil empregos e garantir alimentação mínima à totalidade das crianças filipinas.

Dívida impõe ritmo

Os membros da coalizão exigem também uma renegociação baseada na capacidade de pagamento, e asseguram que, se as negociações não tiverem início imediato, continuarão a instabilidade econômica, as altas taxas de juro e a desvalorização do peso filipino, devido ao baixo nível das reservas internacionais, o que fomenta a especulação monetária.

Outra proposta da Coalizão contra a Dívida consiste no desconhecimento dos empréstimos fraudulentos – os negociados pelos sócios de Marcos – e daqueles que não se destinaram ao benefício do povo filipino, como os empréstimos negociados para a construção da Usina Nuclear de Bataan.

Os membros da coalizão defenderam a realização de uma campanha nacional de informação, na qual o povo se inteirasse dos benefícios que a liberação da dívida traria.

Rómulo afirmou que isso se traduziria em liberdade para decidir políticas econômicas nacionalistas, que possibilitassem a recuperação econômica do país, e no direito de formular e pôr em prática uma política independente, que refletisse os objetivos e aspirações nacionais. "Nossa soberania nacional esteve comprometida devido à nossa dependência do crédito externo", disse Rómulo. E acrescentou que os EUA se aproveitaram de seu vultoso crédito com o governo filipino para interferir na política nacional, particularmente nas questões externas e militares.

* Juan V. Sarmiento (filho) escreve para o Philippine News and Features, de onde foi extraído este artigo, com a devida autorização.

O peso da dívida

Para as nações centro-americanas é cada vez mais difícil pagar os serviços de suas dívidas externas. Ao renegociá-las com os bancos privados internacionais, tiveram que aceitar condições exageradamente onerosas



Ortega, Duarte, Cerezo, Azcona e Arias enfrentam o estrangulamento provocado pela dívida e os conflitos de origem política

Em 1987, a dívida externa da América Central aumentou aproximadamente um bilhão de dólares, atingindo a cifra de 18,115 bilhões de dólares (Quadro 1). O pagamento dos serviços foi particularmente difícil para a Costa Rica e Honduras, que tinham se atrasado no pagamento de juros, e em 1988 poderia somar-se a Guatemala. A situação centro-americana com respeito à dívida é só um microcosmo do que acontece no mundo subdesenvolvido, onde as dívidas externas aumentaram em 2,5%.

Em relação ao PIB, as dívidas da Ni-

carágua, Costa Rica e Honduras são as mais altas da região. Em 1987, a elevada dívida externa da Nicarágua atingiu os 6,200 bilhões de dólares.

Em 1986, a Nicarágua havia recusado pagar mais de 13% das divisas por exportações, enquanto que a Costa Rica, El Salvador e Honduras pagaram 48%, e a Guatemala 33% (Quadro 2). A nível regional, os serviços da dívida cresceram de 39% das divisas por exportações em 1984, para 42% em 1986.

O aumento do endividamento regional decresceu em 1987, depois de ter aumentado dois bilhões de dólares em

1986, um índice de que os credores estão reticentes em reescalonar a países excessivamente endividados.

O pagamento das dívidas dos países da região é dificultado, entre outros fatores, por suas economias frágeis, as barreiras protecionistas estabelecidas nos países industrializados, as instáveis taxas cambiais e as desfavoráveis condições que as nações centro-americanas têm que aceitar na renegociação de suas dívidas.

A experiência das pequenas nações devedoras demonstra que os bancos internacionais são menos flexíveis com

A. Central - Dívida Externa (1970, 1980-87 - em milhões de dólares)

Ano	A. Central	C. Rica	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua
1970	648	134	117	152	90	155
1980	7.651	2.209	1.176	1.053	1.388	1.825
1981	9.834	2.687	1.608	1.385	1.588	2.566
1982	11.962	3.188	1.808	1.841	1.986	3.139
1983	13.655	3.532	2.023	2.149	2.162	3.789
1984	15.106	3.752	2.095	2.505	2.392	4.362
1985	16.267	3.742	2.162	2.624	2.803	4.936
1986	17.177	3.739	2.093	2.641	2.931	5.773
1987	18.115	3.800	2.250	2.720	3.145	6.200

Fonte: Central America Report, sobre dados da Cepal/Onu

América Central - Indicadores da dívida externa (1986 - %)

País	a) dívida/exportações	b) serviço/exportações
A. Central	359.8	42.3
Costa Rica	271.9	48.6
El Salvador	235.2	48.0
Guatemala	216.7	33.1
Honduras	264.6	48.2
Nicarágua	1.977.1	13.0

a) Dívida externa total comparada às exportações anuais

b) Serviço da dívida externa comparado às exportações anuais

Fonte: Central America Report, com base em cifras da Cepal

A. Central - Mudanças nos termos das renegociações

	Taxa de risco	Prazo de pagamento (anos)	Carência (anos)
Primeira rodada			
Peru (1980)	1.28	5	2
Nicarágua (1980)	a) 1.50	12	5
Segunda rodada			
México(1982/83)	1.88	8	4
Peru(1982/83)	2.25	8	3
Costa Rica	2.25	8	4
Honduras(1982/83)	2.38	7	3
Nicarágua(1982/83)	a)	12	5
Panamá(1982/83)	2.29	6	1.5
Terceira rodada			
México	1.13	14	b)
Brasil(1984/85)	1.13	12	5
Costa Rica(1984/85)	1.63	10	3
Panamá(1984/85)	1.38	12	3.5
Quarta rodada			
Argentina (1986/87)	0.81	19	7
Honduras (1987)	1.13	6	4

a) No acordo com a Nicarágua, os juros que excediam a 7% foram agregados à dívida. A renegociação de 1982-83 foi a extensão prática do acordo de 1980

b) Inicialmente, as amortizações são pequenas, com aumentos periódicos

Fonte: Central America Report, sobre dados oficiais

esses países do que com os grandes devedores, talvez em função de não representarem ameaça para a estabilidade financeira mundial (Quadro 3). Com exceção da Nicarágua, que limitou unilateralmente o pagamento da dívida comercial de acordo com sua capacidade econômica, os países da região tiveram que aceitar condições de renegociação pesadíssimas, pagando até mais de dois pontos de porcentagem sobre a taxa Libor.

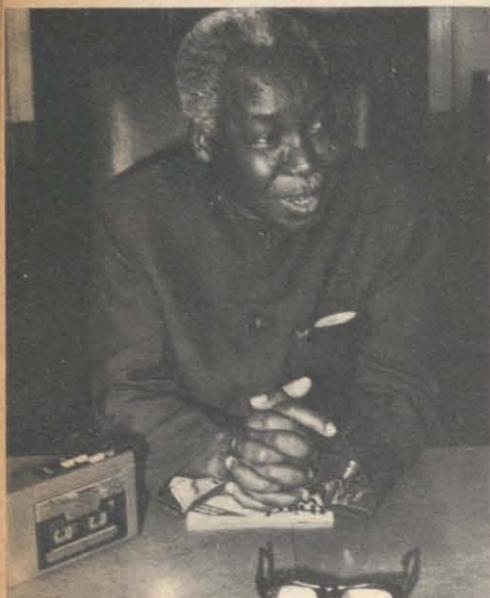
A situação na Costa Rica é especial-

mente crítica, pois tem uma das relações dívida/PIB mais elevadas da América Latina (superada só pela Jamaica e Chile). Nos últimos anos, as dívidas de El Salvador e Honduras foram aliviadas pela assistência financeira dos Estados Unidos. Como expressou um analista: "Preferiram adaptar suas políticas internacionais (às necessidades dos Estados Unidos) antes de empreender as reformas econômicas exigidas pelos organismos multilaterais".

Em 1987, a Costa Rica recebeu um importante apoio financeiro dos Estados Unidos e do FMI, apesar de ter estado em moratória no ano anterior. Honduras tampouco pagou em fins de 87, e a Guatemala, que enfrentou pesadas obrigações em 1988 e enfrentará em 1989, decidiu adiar o pagamento de capital de sua dívida comercial (contando com o apoio de bancos privados). (Extraído de *Central America Report, Guatemala*)

Com a faca e o queijo na mão

Comissão Sul condena as políticas autoritárias de instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que, além do alto custo político, não rendem nenhum benefício e até aumentam o endividamento



Nyerere: década de estagnação na África

O presidente da Comissão Sul, Julius Nyerere, acusou as instituições financeiras internacionais de exercerem políticas autoritárias sobre as nações pobres, particularmente na África.

O ex-presidente da Tanzânia, reconhecido crítico do sistema de Bretton Woods – o acordo sob o qual se criaram tanto o Banco Mundial como o Fundo Monetário Internacional (FMI) – disse que os Estados africanos carecem do poder necessário para influir nos fatores externos que afetam sua economia. No entanto, as instituições financeiras internacionais, dominadas pelas nações que as criaram e as utilizam para benefício próprio, exercem um autoritarismo de “tome-o ou deixe-o” contra os Estados-membros subdesenvolvidos, disse Nyerere, por ocasião do aniversário da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, fundada em 1958.

Segundo Nyerere, a África não participa na fixação dos preços das exportações e importações, nem nas condições

dos empréstimos e créditos. Isso implica que os países africanos ficam sem opção: ou aceitam, ou, pelo contrário, não exportam, não importam nem obtêm empréstimos.

O peso da dívida

Nyerere criticou o refinanciamento das dívidas dos países subdesenvolvidos, pois, segundo suas palavras, “aumenta o endividamento”.

Atualmente, a África está pressionada por uma dívida estimada em 200 bilhões de dólares que, segundo previsões do Banco Mundial e de outros organismos, chegará aos 550 bilhões de dólares no ano 2000.

O refinanciamento da dívida africana entre 1980 e 1986 cobriu só 15,5 bilhões de dólares, com um custo de 155 milhões de dólares por gastos e 248 milhões por juros adicionais, além do alto custo político que acarretou.

Entretanto, as divisas da África obtidas por exportações caíram de 93,3 bilhões de dólares em 1980 para 49,7 bilhões em 1986. No mesmo período, os preços das importações subiram. Só o preço do petróleo baixou nos últimos anos.

“Esse desequilíbrio da relação exportação-importação, combinado com altas taxas de nascimento, implicou um cessar virtual de qualquer tipo de crescimento econômico na última década”, disse Nyerere.

Ainda que, historicamente, só o Japão tenha se desenvolvido economicamente sem a injeção de grandes somas de capitais estrangeiros, Nyerere observou que a entrada de capitais na África diminuiu na última década, enquanto as divisas pelas exportações do continente caíram.

Não é de estranhar que, atualmente, exista frequente mal-estar social, já que os trabalhadores exigem melhores salários, e os estudantes melhores condi-

ções de ensino e oportunidades de trabalho – exigências que os governos não podem satisfazer por falta de recursos”.

Frente da dívida

Por outro lado, a corrupção se generalizou, e cresce a desesperança, expressou. “A desmoralização está à mostra – entre as pessoas, e entre os governos que querem servir ao povo, e não reprimi-lo para manter o controle”, fez ver Nyerere.

O presidente da Comissão Sul recebeu com beneplácito e apoiou as tentativas atuais de organizar uma conferência internacional sobre a dívida africana, expressando que significa um avanço para a Organização da Unidade Africana (OUA).

“Nosso principal organismo continental sobreviveu a muitas crises políticas – inclusive ao não-pagamento regular de nossas contribuições – mas continua seu lento caminho para uma ação combinada sobre assuntos comuns a toda a África”, disse Nyerere.

O presidente da Comissão Sul considerou que um acordo sobre a necessidade de realizar uma conferência sobre o problema da dívida externa não era suficiente, sendo antes necessário que os países africanos se expressassem coletivamente. A África deve fixar bases de negociação com seus credores, disse. “Temos que dizer aos credores que não estamos dispostos a negociar separadamente, até que se realize a conferência e se chegue à adoção de princípios comuns sobre os quais se desenvolverão as negociações individuais”.

“Para que a cooperação africana se torne realidade, e para aumentar a força individual e coletiva, temos que encontrar melhores métodos, que assegurem o cumprimento de nossos compromissos e a efetividade de nossas decisões”, assinalou. Também disse que os governos africanos deviam tomar como exemplo as tentativas de cooperação regional e sub-regional do passado, e examinar se as medidas internas e as posições adotadas em outros organismos ou encontros internacionais configuram realmente um apoio às organizações regionais.

Rede do Terceiro Mundo/IPS

Pobreza: a mãe de todos os males

Os programas de saúde e desenvolvimento nos povoados do Terceiro Mundo estão em geral condenados ao fracasso, por melhores que sejam as intenções. E não porque haja resistência às mudanças, mas pela extrema pobreza em que vivem. O que deve ser erradicado em primeiro lugar é a pobreza, diz um médico indiano com experiência em trabalhos de saúde nas comunidades

U.N. Jajoo*

A maioria dos que trabalham na assistência médica primária aos mais necessitados tem a idéia bastante ingênua de que a ignorância é a causa dos problemas. E que esses problemas teriam solução, se houvesse uma tentativa sincera no sentido de se darem noções elementares sobre conhecimento científico.

Mas a causa reside em outro fato, como o demonstrou nossa experiência de trabalho na região de Sevagram, no distrito de Wardha, na Índia.

* O Dr. U.N. Jajoo é catedrático do Departamento de Medicina do Instituto Mahatma Gandhi de Ciências Médicas, em Sevagram, Índia. Este artigo é uma adaptação de um capítulo do seu livro "When the search began" (Quando a pesquisa começou), editado pelo mesmo instituto



A realidade da pobreza frustra a eficiência de planos concebidos em gabinete

As políticas governamentais dão prioridade ao controle da natalidade, pelo que consideramos nosso dever fomentar os núcleos familiares pequenos, lançando mão de todos os meios disponíveis. Planejamos exibir um filme sobre o tema, fixamos cartazes e visitamos os grupos aos quais a campanha era destinada. Garantimos o transporte de ida e volta do hospital, atenção pessoal durante a hospitalização e nenhum gasto.

Nossas expectativas foram frustradas. Ninguém compareceu, apesar da propaganda persuasiva, e tentamos entender o motivo.

A mãe de seis meninas nos perguntou sem rodeios: "Por acaso vocês nos sustentarão quando ficarmos velhos?".

Uma candidata ideal para a cirurgia uma mulher com um casal de filhos, nos perguntou: "Doutor, alguma vez o senhor viu um carro de bois puxado por um boi só? Precisa pelo menos de um par; assim, se um morrer, o outro prosseguirá". E um agricultor nos disse: "Temos que ter mais filhos, doutor. Não posso pagar mão-de-obra, e preciso de gente de confiança que me ajude no trabalho".

A experiência nos mostrou que, a menos que se reduza a mortalidade das crianças menores de cinco anos, a menos que se garanta segurança para os idosos, e a menos que a agricultura seja rentável, não haverá propaganda nem incentivos, que convençam a gente pobre dos povoados quanto aos be-

nefícios de uma família pequena.

Fome

A desnutrição é o grande flagelo entre os menores de cinco anos. O habitante rural crê que é obra da maldição de um espírito mau, Satavi, para a qual não há remédio, somente a oração.

Uma pesquisa feita de casa em casa revelou que quase todas as crianças estavam abaixo do peso mínimo para sua idade, e que as meninas constituíam os casos mais graves. Empreendemos uma campanha educacional, usando dispositivos para demonstrar os diversos sintomas da desnutrição.

Enfatizamos que a culpa é de uma alimentação inadequada e carente, e não de um espírito mau, explicando que uma criança deveria receber uma dieta equilibrada. Recomendamos leite como o melhor alimento, não esquecendo os vegetais verdes, frutas e ovos. Aconselhamos às mães o uso abundante de azeite como fonte de energia, e que a criança fosse alimentada pelo menos cinco vezes por dia.

Para dar mais ênfase ao nosso argumento, selecionamos cinco meninas, filhas de famílias sem terra, e começamos a alimentá-las com uma dieta suplementar de 300-400 calorias diárias, de acordo com a recomendação do Conselho Indiano de Pesquisa Médica.

As meninas não engordaram nem um grama. Ficamos desconcertados. Novamente fomos a suas casas, e perguntamos cuidadosamente qual a quantidade de alimentos que recebiam antes do início do programa de superalimentação. Recebiam a mesma quantidade que agora?

A resposta explicou tudo: a alimentação que lhes estávamos proporcionando não era suplementar, mas um substituto do que recebiam antes. Com a certeza de que as meninas estariam bem alimentadas com nosso programa, as mães preferiram repartir suas quotas de alimento entre os outros filhos.

Fizemos o impossível para convencê-las de que deveriam continuar dando alimentação adequada às filhas desnutridas. Aqui a campanha educativa tomou outro rumo, e nos descobrimos aprendendo. As mulheres tinham muito



Índia: como consumir mais calorias?

para nos ensinar: "Não temos gado, o leite que vendem no povoado é diluído em água e vendido a preços exorbitantes. O mesmo acontece com os ovos, o azeite, o açúcar, as verduras e as frutas. O senhor sabe, doutor, que o azeite custa 20 rúpias o litro (quase um dólar e meio ou cerca de 800 cruzados), e o açúcar, 6 rúpias o quilo?"

Afinal, a população não estava tão errada quando atribuía a desnutrição à obra de um espírito mau – o espírito da pobreza.

Projeto político

A pobreza é a causa de todos os males. Viver – e inclusive morrer – com dignidade é um luxo permitido a poucos. A causa básica das duas doenças mais mortais entre as crianças – diarreia e infecções respiratórias – é a desnutrição, uma enfermidade que não pode ser tratada com medicamentos, e sim com alimentação adequada. O tratamento hospitalar destas doenças, por mais dedicado e intenso que seja, de nada

serve se não se ataca a causa social – a pobreza.

Foi trabalhoso nos reunirmos com os agricultores, individualmente ou em grupo, e calcular suas rendas nos últimos três anos. Concluímos que a maioria havia sofrido prejuízos e que apenas cerca de 5% das famílias possuíam pequenos pedaços de terra (mais de 18 acres para uma família de cinco pessoas). A água é escassa, e os agricultores estão a mercê dos ventos de monções, pelo menos uma vez em cada três anos. A terra irrigada requer grandes investimentos, que são difíceis de realizar, já que os bancos não emprestam dinheiro enquanto houver dívidas. Os preços dos produtos, embora sejam subsidiados pelo governo, não dão muito lucro, e o agricultor depende das flutuações do mercado.

O que poderá ser feito para gerar fontes de renda adicionais? A pequena indústria pareceria ser a resposta, embora nossa tentativa de estabelecer uma pequena indústria de tecelagem tenha durado apenas dois anos, porque não garantia sequer 3 rúpias diárias (120 cruzados) para os salários, além dos problemas de conseguir a matéria-prima.

A análise dos custos desta e de outras possíveis indústrias similares revelou que elas não podem sobreviver no mercado competitivo sem a proteção oficial.

Pensamos que a indústria de laticínios seria possível, já que o governo assegura um mercado através de seu esquema leiteiro. Mas, o enorme investimento inicial necessário, o custo dos serviços veterinários e a necessidade de forragem para os animais a tornam impraticável para o aldeão pobre.

Por estranho que pareça, o único emprego que vimos prosperar em alguns povoados foi a destilação ilegal de bebidas alcoólicas. Obviamente, um negócio que não podíamos fomentar.

Chegamos à conclusão de que enquanto não houver proteção oficial para a pequena indústria e vontade política de servir aos interesses dos mais necessitados, as tentativas de melhorar o nível econômico da população rural pobre, por meio desse tipo de esquema, não terão viabilidade. ●

As vítimas da agressão sul-africana

Em 1986, 140 mil crianças morreram em Angola e em Moçambique vítimas da guerra e da desestabilização econômica provocadas pela África do Sul. Se a situação não melhorar, metade das crianças desses dois países estarão mortas ou incapacitadas antes dos cinco anos de idade

Lee Musonda*

Os países da Linha de Frente sofreram no período 1980-1986 perdas estimadas entre 25 e 28 bilhões de dólares, em consequência da instabilidade econômica da África Austral provocada pela política racista da África do Sul.

Numa tentativa de diminuir o sofrimento – particularmente das mulheres e das crianças – foi feito um apelo à comunidade internacional, solicitando uma doação de 2 a 2,5 bilhões de dólares destinados aos países da Linha de Frente, vítimas da agressiva segregação racial sul-africana.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) confirmou a morte, em 1986, de 140 mil crianças em Angola e em Moçambique, vítimas diretas ou indiretas da guerra e da desestabilização econômica provocadas pela república racista.

Se a situação atual não mudar, metade das crianças nascidas nesses países estarão mortas ou ficarão incapacitadas antes dos cinco anos de idade.

Richard Jolly, do Unicef, afirmou recentemente: "Equivale dizer que a cada quatro minutos morre uma criança, ou que diariamente morrem 360 alunos de uma escola. Esses dados são trágicos, e nós não percebemos isso".

Segundo um relatório do Unicef intitulado "As crianças da Linha de Frente", as taxas de mortalidade infantil de Angola e de Moçambique estão entre as mais altas do mundo, já que ao subdesenvolvimento se somam a guerra e a instabilidade econômica.



A destruição provocada pela África do Sul é responsável por milhares de mortes

Os dois países estão em guerra contra os rebeldes apoiados pelos sul-africanos: os angolanos contra a Unita (União Nacional para a Libertação Total de Angola) e os moçambicanos contra a Renamo (Movimento Nacional de Resistência de Moçambique). O relatório estima que nos últimos seis anos as perdas sofridas pelos países integrantes do Comitê de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) oscilam entre 25 e 28 bilhões de dólares. Na estimativa se incluem as perdas pela desestabilização econômica causada pela África do Sul, os bens destruídos, os gastos militares, os altos custos dos transportes e as perdas na produção.

O Unicef assinala que essas cifras equivalem à produção anual do conjunto dos países do SADCC, e são muito superiores ao total da dívida externa

desses países.

Todos os países do SADCC sofreram prejuízos, mas foi em Angola e em Moçambique que foram verificadas as maiores perdas humanas e materiais. Só em Moçambique foram destruídas 718 clínicas, e os programas de saúde tornam-se impraticáveis. Calcula-se que aproximadamente metade da população de Angola e de Moçambique está diretamente afetada pela guerra.

Ao solicitar ajuda a curto e a longo prazos para os países do SADCC, o relatório do Unicef afirma: "É necessário dar atenção especial às necessidades vitais das crianças, das mulheres e de outros setores particularmente vulneráveis, tais como os incapacitados e os grupos de renda muito baixa". A comunidade internacional tem obrigação de ajudar os países afetados a melhorar seu nível de vida.

* Lee Musonda é jornalista em Lusaka, Zâmbia

Sob o véu, fluem as idéias

Em pleno coração do Golfo Árabe, limitado a oeste com Qatar e Arábia Saudita, e ao sul com o sultanato de Omã, os Emirados Árabes Unidos em 16 anos se transformaram num país à beira do desenvolvimento tecnológico, onde as mulheres desempenham um papel fundamental



O véu dá uma imagem de mulher que já não corresponde a uma realidade de participação

Ihsan Bouabid

O país é formado pelas ilhas de Abu Dhabi, Sharjah, Ras al Jaimah, Fujairah, Ajman e Umm al Qaiwain, que foram unificadas em dezembro de 1971, sob o nome de Emirados Árabes Unidos (EAU), depois de mais de um século e meio sob o controle colonial britânico.

Com uma população originariamente beduína com tradição islâmica, os EAU oferecem a imagem de um Estado em plena formação, cujo processo de desenvolvimento contínuo é percebido pela contradição entre a imagem que a

mulher passa ao visitante e a concepção que ela tem de si mesma.

Coberta dos pés à cabeça com seu traje de seda pura preta, a cidadã dos EAU – ou “muwatina”, como é chamada no dialeto árabe do país – passa como uma sombra majestosa e discreta em todos os lugares públicos: mercados, escritórios, praias.

Mas sob o véu, a “muwatina” pensa, trabalha, se diverte, sonha e tem grandes ambições para seu jovem país, habitado por mais de um milhão de pessoas e que ingressou na era moderna graças a seus enormes potenciais petrolíferos.

Na última década, a “muwatina” começou a integrar-se à força trabalha-

dora do país, como é o caso de Aida Manza, recentemente nomeada diretora-adjunta da Rádio Nacional, que nos recebeu em seu escritório, num bairro em que se concentram os meios informativos da capital.

Com cerca de 30 anos e vestida com elegância européia, Aida nos conta que foi, durante dois anos, diretora das rádios locais que transmitem em urdu, bengali, árabe e inglês.

“Gostava muito desse trabalho, pois possibilitou minha formação nessa área e me ajudou a compreender as outras culturas que temos em nosso país”, revelou.

Cerca de metade da população atual dos EAU é constituída por pessoas originárias de diferentes países asiáticos, como Índia, Paquistão, Filipinas, Tailândia e Sri Lanka.

“Estou consciente das novas responsabilidades que assumi, pois devo buscar um equilíbrio entre o trabalho administrativo e a prática para resolver os problemas dos jornalistas, organizar os serviços e verificar toda a produção.”

Aida reconhece que muita gente não aceita uma mulher nesse cargo, “mas compreendo essa atitude, embora tenha de trabalhar mais para demonstrar que tenho a mesma capacidade que o homem”.

Filha de uma cantora popular em Abu Dhabi, Aida passou cinco anos nos Estados Unidos, onde se graduou em bioquímica na Universidade da Califórnia, e também se formou em comunicação.

“Meu sonho sempre foi trabalhar na área da informação, mas aproveitei a oportunidade de viver nos Estados Unidos para aprender uma disciplina que pudesse ser útil em meu país”, comentou.

Aida interrompe a conversa para participar de uma reunião com o minis-

tro da Informação, e aproveitamos a ocasião para conversar com Raihana Attamri, responsável pela Rádio Popular e há dezoito anos dedicada ao rádio e à informação sobre o patrimônio nacional.

Com seu véu, Raihana foi explicando com grande domínio as diferentes seções da Rádio Nacional. Chegando ao seu escritório, tirou o véu, deixando aparecer um vestido de seda azul com finos bordados artesanais.

Após o chá tradicional, Raihana conta que seu interesse pela herança cultural abrange todas as artes populares, começando pela música, o canto e a dança, passando pela poesia, a cozinha e a medicina caseira. Baseando-se nos relatos e testemunhos de pessoas mais velhas, os programas transmitidos por Raihana procuram recuperar e gravar informações sobre as receitas utilizadas para curar certas enfermidades, despoluir a água ou cuidar das árvores.

"Em um país que não teve transição entre a vida seminômade, tendo o camelo como meio de transporte, e o 'boom' petrolífero, é imprescindível recordar aos jovens suas raízes, e a única maneira é reutilizar uma das tradições mais arraigadas do nosso povo, que é a transmissão oral", revelou.

Acrescentou que todos os responsáveis pelo Estado insistem sobre a necessidade de gravar esses testemunhos, que são o reflexo da autêntica civilização dos Emirados Árabes Unidos, e que não devem se perder entre os arranha-céus e as auto-estradas que a vida moderna trouxe.

Originária de Sharjah, a diretora da Rádio Popular é casada e tem cinco filhos.

"Casei-me tarde porque meu trabalho na rádio me apaixonava. Mas agora meu marido me apóia totalmente, embora às vezes eu mesma reconheça que meu trabalho me absorve mais da metade do dia", frisou.

Ao comparar a "muwatina" nos EAU com as mulheres em outras regiões do mundo, Raihana sustenta que "em outra parte, a mulher dirige ônibus e executa trabalhos físicos árduos. Aqui, em compensação, se respeita sua natureza e a mulher fica em harmonia com sua personalidade".



A mulher boliviana tem tradição de participação nos negócios, principalmente comércio

A "chola," mulher que pega em armas

Os cem milhões de dólares que o comércio informal na Bolívia utiliza anualmente são administrados pelas mulheres indígenas, chamadas cholas

Amalia Pando

Desde o início do século elas controlam o comércio atacadista dos produtos agropecuários e de mercearias, incursionaram no contrabando de roupa e de bebidas e atualmente vendem desde equipamentos de som até frutas importadas.

A atividade comercial fez surgir uma aristocracia chola que, em sua parte masculina, hegemoniza o transporte público de ônibus e caminhões.

O termo chola é derivado da chula espanhola, que também deu à mestiça boliviana sua vestimenta.

Gastón Velasco, estudioso das tradições da capital boliviana, conta que os

namoros dos colonizadores espanhóis com as tawacus, jovens aimarás, nasceram das mestiças que foram vestidas como chulas, e que mais tarde foram chamadas cholas.

A chola do início do século calçava botas de cano médio e usava uma saia pregueada, ajustada à cintura, e cujas cores vistosas contrastavam com a árida paisagem andina. Sobre os ombros reluzia uma manta de seda importada, presa do lado esquerdo com um prendedor de ouro.

Debaixo, uma blusa de rendas, de estilo vitoriano. "O andar da chola arrancava suspiros dos rapazes", diz Gastón, e explica que perto dela se podia ouvir o roçar sensual das anáguas engomadas que usava por baixo da pollera (saia), e também se podia sentir



O trabalho árduo converteu a mulher no eixo familiar e ela exibe um caráter de altivez

a fragrância de seu perfume.

A chola sempre trançou os cabelos e usou chapéu, mas o chapéu tradicional era de palha, como os chapéus equatorianos, e tingido de branco ao ser passado com goma e enxofre. As solteiras usavam um chapéu de copa baixa, ornado de flores naturais.

"Esse chapéu desapareceu em 1925", lembra Gastón Velasco. "Acontece que um chileno, Guillermo de Nota, que tinha uma loja na rua do Comércio, recebeu um lote de chapéus italianos da casa Borsalino, que pareciam um cogumelo. Como não conseguia vender os chapéus, o comerciante os colocou em promoção, vendendo-os a preços muito baixos às mulheres mais velhas dos mercados, que rapidamente trocaram a moda do chapéu branco de palha pelo de pano escuro italiano.

Essa chola, que arrancava suspiros dos jovens, havia deixado os sobrenomes aimarás ou quíchuas – como Mamani, Quispe ou Huanca – e ostentava sobrenomes espanhóis – Mendoza, Velasco, Cabrera.

Seu forte sempre foi o comércio. Comprava a produção agropecuária dos latifundiários ou das comunidades indígenas, que só chegavam até as portas

da cidade, e se encarregava de vendê-la, bem como a produção artesanal a que seu marido se dedicava.

Depois da reforma agrária, em 1953, o camponês, livre da criadagem, inundou as cidades. A mulher camponesa recém-chegada imitou o modo de vestir da chola da cidade, mas o transformou.

A pollera se tornou longa e pesada, inclinada para a frente. A manta, para os dias de festa, passou a ser feita de lã de alpaca, e as botinhas de cano médio foram substituídas por um sabato baixo e arredondado na ponta.

No entanto, a chola tradicional não perdeu seu lugar privilegiado na sociedade. Seu poder econômico se concentrou no comércio atacadista e no transporte. Ocupou a populosa avenida Buenos Aires, onde ergueu edifícios de ladrilho e abriu galerias comerciais.

Impôs a festa religiosa do senhor do Grande Poder, que tem início em 3 de maio e dura uma semana. Nesta festa, em que as participantes ostentam luxo e cores, e multidões cholas ocupam o centro de La Paz obrigando os kras (brancos) a se retirarem de seus lugares habituais.

Na festa do Grande Poder, ela dança

e se embriaga tal como os homens, e nas brigas participa em condições de igualdade, e às vezes com vantagem, pois em geral é mais alta e gorda que seu companheiro, que deve se resignar a receber um bom murro de sua mulher se esta estiver aborrecida e embriagada.

A chola não só é dona e senhora nos mercados atacadistas, mas também em seu lar, pois seu trabalho árduo a converteu em eixo familiar. Leva seus filhos de um lugar a outro, os educa e sustenta. Seu caráter forte não demonstra sinais de humildade, mas de altivez.

A chola tradicional fala um castelhano perfeito, mas o comércio a obriga a ser bilíngue, pois os produtores continuam sendo aimarás ou quíchuas. Ela, mais do que ninguém, reflete o pulsar da economia. Se sobe o preço da batata, ela justifica: "Por acaso não sabe que o dólar subiu?"

A beleza chola é gorda e morena. Quanto mais gorda, mais formosa. A gordura é símbolo de boa posição econômica e, esteticamente, também se traduz em um dente de ouro e muitos anéis e argolas de ouro.

A chola é rechaçada e temida pela sociedade branca, mas ela também rejeita a sociedade indígena. Ri-se dos camponeses que só falam castelhano, e não dançam ao som das samponas e das quenás (instrumentos ameríndios), mas introduziu a banda, composta de instrumentos ocidentais.

Seu voto pesa nas eleições, favorecendo os partidos conservadores. Opõe-se ao controle de preços e, se necessário, provoca o desabastecimento. Mas é também uma mulher que pega em armas.

Liderou a revolução de 1946, na qual o presidente Gualberto Villarroel terminou pendurado num poste da praça Murillo. Também apoiou decisivamente a insurreição de 1952, que derrubou o governo da elite mineiro-feudal e levou pela primeira vez ao governo o presidente Victor Paz Estenssoro.

A chola é o símbolo da cidade de La Paz. Trafega e ocupa suas ladeiras inclinadas, dando-lhes vida e cor. Os turistas assediam-na para tirar fotos, acreditando que é uma índia típica, mas ela é uma chola, a que concentra poder, respeito e história. ●

SUPLEMENTO BRASIL

terceiro mundo

SUCESSO
A globalização
das culturas

ÁFRICA AUSTRAL



PALESTINA

AVANÇOS HISTÓRICOS

CORÉIA:
O tigre estatal



O ano de 1989 será dominado pela sucessão presidencial e promete ser um período extremamente rico para o debate, em profundidade, dos problemas básicos que entravam o salto brasileiro há décadas. Afora o aspecto de que dezenas de milhões de cidadãos poderão escolher o dirigente máximo da nação, pela primeira vez, e eleger um programa de ação que repercutirá na vida nacional por inteiro (na verdade, dois terços do eleitorado estrearão sua cidadania em termos de pleito presidencial), 1989 permitirá a extensão do amplo movimento de reflexão iniciado meses atrás, com a campanha e o voto das eleições municipais.

Os resultados destas, como vimos, transfigurou as perspectivas políticas nacionais, na medida em que o pleito revelou a face progressista da cidadania e seus anseios de mudanças profundas no perfil do desenvolvimento brasileiro. A consolidação nacional do PDT, o crescimento do PT, particularmente em S. Paulo e a estréia do PSDB comprovaram um avanço das teses da mudança.

Mudar ou não mudar – esta é a síntese do debate a que o eleitorado será chamado a decidir ao longo deste ano. Não serão poucos os sofismas que lhe serão apresentados e, mais do que nunca, redobrarão os esforços para impedir que as esquerdas possam fluir de forma madura e cooperativa na direção dos mesmos objetivos.

A oportunidade histórica lança uma responsabilidade ímpar sobre as lideranças políticas progressistas e de sua maturidade dependerá a resposta de um eleitorado claramente identificado com as mudanças de fundo.

Com o objetivo de estimular o debate, já a partir deste número passaremos a apresentar entrevistas exclusivas dos diversos candidatos presidenciais, para que os leitores de **terceiro mundo** possam acompanhar as propostas de cada grupo político brasileiro. A série é aberta, a partir da p. 57, com a entrevista do candidato do Partido Comunista Brasileiro, deputado Roberto Freire (PCB/PE).

Na área econômica – decisiva para qualquer projeto de mudanças no país – o **Suplemento Brasil** traz, nesta edição, uma contribuição ao debate, focalizando o caso dos Tigres Asiáticos, os novos países industrializados do Extremo-Oriente. O que se aponta como fruto da presença externa é um desenvolvimento alcançado, na verdade, através de severos esforços internos, que levaram inclusive às reformas de base.

Panorama nacional

Assuntos que merecem sua atenção
p.48

Como se faz um tigre

Políticas pouco liberais é que deram origem aos Tigres Asiáticos da economia
p.51

A integração do Conê Sul

Brasil e Argentina impulsionam a criação do mercado comum latino-americano
p.56

PCB vê passagem gradual ao socialismo

O candidato comunista Roberto Freire analisa o momento e lança propostas
p.57

Ecologistas pedem trégua para salvar a floresta

Cientistas e pesquisadores lançam alerta a favor da Amazônia
p.63

Aids, atrás dos remédios

O Dia Mundial da Aids pede conscientização e solidariedade
p.66

As várias faces de Angola

A cultura angolana apresenta-se ao Brasil
p.68

A guerra da intolerância

Crenças afro-brasileiras denunciam radicais protestantes por perseguição
p.70

Opinião

O índio brasileiro sofre o ocaso, sob a pressão da expansão econômica
p.72

Primeiras escaramuças Um programa para as crianças



1989: outro passo crucial para democracia e desenvolvimento

A sucessão presidencial já domina a cena política brasileira, embora os principais atos ainda se façam nos bastidores, onde cada grupo arma seus arsenais de alianças e argumentos para o embate, que será histórico por diversos motivos: trata-se da primeira eleição presidencial direta em 29 anos, que será decidida por um eleitorado esmagadoramente urbano, na qual a esquerda conta com chances reais de vencer, após a demonstração de força eleitoral no pleito municipal, e que se processará em meio a uma crise social sem precedentes.

A esperteza da direita já está em ação e seu objetivo principal é criar divisões irremediáveis nas esquerdas, sobretudo através do jogo de lançar o PT de Lula contra o PDT de Brizola, este liderando as pesquisas de opinião no conjunto do país e respaldado pelo avanço do partido nas eleições de 15 de novembro, quando conquistou quase 300 prefeituras.

São cada vez mais frequentes os comentários que procuram estimular o distanciamento dos dois partidos, atribuindo ao PT uma organicidade ideológica que se contraporia ao socialismo pedetista. São repetidos os qualificativos de populista para o partido que integra a Internacional Socialista.

São as primeiras escaramuças da guerra eleitoral que explodirá a partir de abril e somente terminará após o pleito de novembro. A direita aposta na divisão das esquerdas e sabe que a melhor maneira de inventar divergências é ampliar as diferenças de enfoques que caracterizam os programas de cada partido. Como destaca o deputado comunista Roberto Freire (veja a propósito sua entrevista, a partir da p. 57), às esquerdas cabe o importante papel de manterem a clarividência sobre o momento, entendendo com perfeição a mensagem do pleito municipal, último e principal recado do eleitorado brasileiro.

O relatório de 1988 do Unicef alertou, às vésperas do Natal, que a situação das crianças brasileiras continua crítica, com alta taxa de mortalidade (ainda 87/1000, uma queda de apenas 50% em 30 anos), desnutrição e abandono. Para o tamanho de sua economia e para o nível de sua renda per capita, o Brasil é um país que ainda não aprendeu a cuidar de sua infância, que é o seu futuro, e apresenta o mesmo índice de mortalidade que El Salvador, que vive em guerra civil e tem uma renda individual de apenas 820 dólares anuais, menos da metade dos 1.810 dólares do brasileiro.

A carência médica associa-se à carência alimentar e de apoio social, estendendo-se à desatenção educacional, fruto da atitude tradicionalista e sem inovação da autoridade pública, gerando abandono e a permanente



Infância recebe pouca atenção

reprodução de uma mão-de-obra de baixa ou nenhuma qualificação.

Para um país com a qualificação econômica do Brasil, torna-se claro que existe algo de profundamente errado no campo social, que impede que os benefícios cheguem à infância. Parece claro que falta um programa para as crianças.

Mapa industrial

Levantamento do IBGE revela que a região sudeste tem 50,1% das empresas existentes no Brasil. Os dados fazem parte da pesquisa intitulada "Censos Econômicos", referente a 88. O estudo mostra que, depois da região sudeste, a região nordeste sedia 20,1% das empresas; o sul, 19,2%; o centro-oeste, 6,5%, e o norte, 4,1%. Neste início de 1989, será lançada uma edição especial sobre micro e pequenas empresas.

A pesquisa descobre um fato surpreendente: do total

de empresas pesquisadas, 15% não possuem inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes -CGC-, sendo que no levantamento regional, esse percentual é mais elevado na região nordeste.

A apuração do IBGE constata que, do total de 1,3 milhão de empresas existentes no país em 1988, 50,3% são do ramo comercial, 33,7% (440.513) de prestação de serviços, 13,6% (177.666) de indústrias, 1,2% (16.826) de transportes e 1,1% (14.387) de construção.

Economizando divisas

O Serviço de Engenharia- Segen, da Petrobrás, já conta com uma embarcação especial para trabalhos na plataforma marítima e que representará importante economia anual em divisas, pois substituirá equipamento estrangeiro alugado. Trata-se da embarcação BGL-1, especializada no lançamento de dutos e instalações petrolíferas, entregue pelos estaleiros Ishibrás. A BGL-1, que é operada pelo Grupo Especial de Instalações Marítimas (Geimar) do Segen já está atuando na Bacia de Campos e ao longo da plataforma continental.

A embarcação passa a substituir barcaças estrangeiras e possibilita uma eco-

nomia em divisas, segundo cálculos da Petrobrás, da ordem de 34 milhões de dólares anuais.

A barcaça foi comprada no Japão e passou por completa recuperação e diversas adaptações, com a finalidade de adequá-la a operações em profundidades de até 200 metros. A mais nova integrante da frota marítima da Petrobrás está equipada com guindaste de 1000 toneladas, dez âncoras de 10 toneladas, sistema para lançamento de dutos submarinos de até 48 polegadas de diâmetro, heliporto para helicópteros de até 13 toneladas, além de alojamento para 233 pessoas.

Hidrelétricas e tribos



Paiacã denuncia no Canadá os projetos anti-ecológicos

Pesquisadores apontam resquícios das obras faraônicas que caracterizaram o regime militar, ao denunciarem efeitos prejudiciais no projeto, ainda no papel, de construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira. São sete barragens ao longo do rio Xingu, planejadas com base nas projeções de

demanda energética do "Plano 2010", da Eletrobrás, que prevê - absurdamente, na opinião dos pesquisadores - 7% de crescimento anual do PIB brasileiro até o fim do século.

O livro "As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas", foi escrito por 23 pesquisadores e faz a revisão

total do projeto. Apresenta, como denominador comum, a tese de que as sete barragens ao longo do rio alagariam 5 mil km² de florestas no Pará, inundando as terras de sete povos indígenas. O estudo faz um completo levantamento dos efeitos antropológicos, sociais e ambientais do Complexo de Altamira. Para a antropóloga Lúcia Sigaud, que contribui na antologia com o capítulo *Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico*, "o grave é o papel absolutamente secundário em que a questão social, o destino dos índios e das comunidades rurais e ribeirinhas, tem sido colocada no planejamento do setor elétrico".

Eduardo Viveiros de Castro, também antropólogo, alerta que "os estudos de impactos ambientais têm que ser feitos antes do projeto da engenharia, e não

depois, como tem acontecido".

O aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu vem sendo estudado desde 1975, e sempre com consequências inaceitáveis do ponto de vista ambiental, de acordo com as queixas constantes de ecologistas e antropólogos. As barragens pretendidas pela Eletrobrás inundariam as terras dos sete povos indígenas da região - jurunas, araras, cararaós, asurinís, arautés, caiapós e paracanãs - além de populações ribeirinhas e outros grupos indígenas localizados mais ao sul do Xingu. Uma questão assinalada pelo padre Ângelo Pansa, do Conselho Indigenista Missionário, é que até agora os técnicos da Eletronorte não se dignaram sequer a esclarecer a população sobre a área real que vai ficar inundada, caso o projeto saia do papel.

Seguindo a Coluna

Sessenta e quatro anos depois da Coluna Prestes, o projeto cultural "Expedição Sagarana" vai trilhar os 25 mil quilômetros percorridos pelo "Cavaleiro da Esperança" e suas tropas pelo interior do Brasil.

Segundo um dos idealizadores do projeto, Ronaldo Fioravanti Jaconi, a reconstrução histórica desse trajeto, tão esquecido da memória brasileira, tem como objetivo examinar, de São Luís Gonzaga, no Rio Grande do Sul, a San Mathias, na Bolívia, passando por 16 estados, 12 parques nacionais e mais de 300 municípios, as desigualdades sociais e estilos culturais, "num corpo a corpo com a realidade brasileira".

As vivências e experiên-

cias da expedição serão transformadas em palestras, transparências, fotos, crônicas e textos. Dados de antropologia, sociologia, medicina, ecologia, geografia, história e espeleologia servirão para trabalhos posteriores.

O nome de Sagarana para a expedição histórico-científica teve a intenção de justapor Guimarães Rosa e Luís Carlos Prestes e sugerir o exercício de nacionalidade que cada um a seu modo praticou. E também porque a expedição não deixa de ser uma saga, "um campo aberto, lugar de trilhas e caminhos, de Prestes e de Rosa", assinalam os organizadores, que contam, entre outros, com o apoio da Unicamp e PUC de Campinas.

Os trilhos da Norte - Sul

A Ferrovia Norte-Sul está concluindo o assentamento de trilhos no primeiro trecho construído, na extensão de 100 quilômetros - 7% do total da obra inteira - entre Açailândia (confluência com a Ferrovia Carajás-São Luís) e Imperatriz, na divisa com Tocantins. Pronta para a corrida do primeiro trem nesse trecho inicial, a Norte-Sul, em meio a toda a polêmica sobre sua oportunidade, prepara-se para mostrar

os efeitos de sua presença numa região antes afetada pela ausência de meios eficientes para o escoamento de safras. Ou seja, sua existência incorpora à produção em escala uma ampla região, onde o cerrado apenas vinha produzindo a nível de subsistência. A oferta de transporte barato despertará regiões cada vez mais extensas para a produção econômica, à medida em que progredirem as obras.



A ferrovia torna-se realidade, seis meses após início das obras

Os crimes da terra

A rotina de crimes do latifúndio contra lavradores e defensores da reforma agrária incluiu entre suas vítimas mais recentes o deputado estadual do Pará João Carlos Batista (PSB/PA), advogado conhecido por sua luta contra os grileiros e em prol dos interesses dos posseiros, e o líder dos seringueiros do Acre e ecologista Francisco Mendes, enquanto se confirmava que também está jurado de morte o bispo de Rio Bran-

co, d. Moacir Grecchi, conhecido por sua atuação na Comissão Pastoral da Terra, da CNBB. Nos crimes, o gatilho do latifúndio e a sombra da UDR.

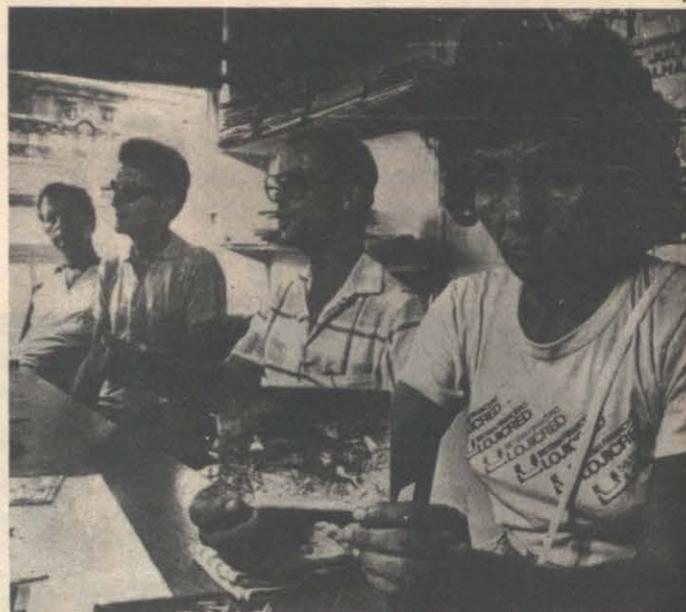
João Carlos Batista foi morto na noite do dia 6 de dezembro. Horas antes, ele denunciara ameaças de morte que vinha recebendo. No dia 23, outros dois pistoleiros mataram em Xapuri, Acre, o líder seringueiro Francisco Mendes, conhecido e premiado internacio-

nalmente por sua luta (veja, nesta edição, reportagem "Ecologistas pedem trégua para salvar a floresta", p. 63). Entre futuros alvos do latifúndio estão o bispo da capital acreana, d. Moacir Grecchi, o padre Ricardo Resende e a vereadora recém-empossada de Belém, Socorro Gomes.

Rotina como os crimes, a impunidade dos mandantes é considerada certa, mesmo que se chegue a identificar e

eventualmente prender algum dos pistoleiros (veja, a propósito, **terceiro mundo**, edição 103, p. 60; edição 111, p. 62; edição 112, p. 64). O ano de 1988, fechou com dezenas de assassinatos de trabalhadores e seus defensores, no campo brasileiro - uma das facetas de uma guerra macabra contra as massas deserdadas e contra a modernização da economia brasileira.

Faltam os mandantes



Pará: padres denunciam assassinatos, ao lado da viúva Maria Santos

Pouco mais de uma semana após o assassinato do deputado paraense João Carlos Batista, outra vítima dos latifundiários pôde ouvir a sentença de condenação de um pistoleiro. O padre italiano Francisco Cavazzutti, agora cego, devido à destruição de seu nervo ótico por uma das balas, acompanhou o julgamento de Antônio Marcelino, o pistoleiro contratado por grandes fazendeiros da região de Mos-

sâmedes, em Goiás, área de atuação do sacerdote.

O criminoso pegou 12 anos de cadeia, em parte devido ao empenho do governo italiano. Mas, não se passou do pistoleiro. Os mandantes sequer foram citados, embora sejam conhecidos e um deles, o também advogado e vereador Eurípedes Gomes, do PMDB, tenha mesmo atuado como principal defensor do matador profissional.

Como se faz um tigre



O salto do desenvolvimento foi alcançado através de rígido planejamento estatal, num programa de três décadas

O soberbo e feroz animal é o símbolo dos novos países industrializados asiáticos, eficientes caçadores de mercados pelo mundo afora e exemplos – segundo certa versão vendida aos brasileiros, por certos brasileiros – de economias internacionalizadas e totalmente abertas às transnacionais. Estudo sobre o caso da Coréia do Sul, porém, demonstra que o surto econômico dos “tigres” repousa no nacionalismo e em bem planejadas e melhor executadas políticas econômicas, sob o impulso avassalador da presença estatal. Esta foi a razão que permitiu aos tigres o salto do desenvolvimento, em apenas três décadas

Procópio Mineiro

No início da década de cinquenta, o Brasil dava continuidade a políticas de industrialização, abrindo caminhos através de um abrangente planejamento estatal que buscava criar as bases necessárias à modernização, pela transformação do perfil econômico do país. O projeto brasileiro envolvia a forte presença estatal, da qual continua como símbolo maior a Petrobrás, a empresa que viabilizou a indústria petrolífera nacional. Hoje, quase quatro décadas depois, das quais a metade do tempo sob uma ditadura militar que se instalou para evitar as reformas sociais exigidas pelo novo patamar do capita-

lismo brasileiro, o país sofre com a indefinição de políticas econômicas, em meio ao coro dos que condenam o caminho nacionalista e pregam, como inevitável, a internacionalização da economia. Um dos argumentos remete aos Tigres Asiáticos – Coréia do Sul, Formosa, Cingapura, Hong Kong – apontados como seguidores da filosofia ultraliberal que se pretende para o Brasil.

Na época em que Getúlio Vargas dava sequência, em seu segundo governo, à política nacionalista, a pequena península da Coréia vivia os primeiros sinais da Guerra Fria, enfrentando um a guerra civil, que terminou pela divisão do país em duas metades: a Coréia do Norte, de regime socialista, e a Coréia do Sul, não um tigre, mas um gato desarvorado sob a proteção dos Estados Unidos. País

rural, que saía não só da guerra recente, mas de longos períodos de ocupação estrangeira, a última por parte do Japão, a Coréia do Sul foi condicionada pela geopolítica (circundada pela vizinhança socialista da Coréia do Norte e da China) a buscar o caminho da afirmação econômica capitalista. E o fez com rara eficiência, seguindo uma política nacionalista, no decurso de mais de 30 anos de ditaduras militares, ciclo somente encerrado no início de 1988.

O caminho da industrialização foi a opção, tal como ocorria em todo o Terceiro Mundo. O Estado armou-se para induzir a transformação, utilizando inclusive a força do regime para a realização das reformas de base necessárias a qualquer projeto de desenvolvimento (mas que outras nações não puderam

O conto dos tigres

Neiva Moreira

□ No Rio da Prata, se usa muito a expressão "noveleria", que o dicionário da Real Academia Espanhola define como "contos, fábulas ou novidades fúteis". Em nossos meios políticos e até universitários não são poucos os que produzem ou manipulam "novidades" fantasiosas, criações mágicas distanciadas da realidade.

Essa história dos "Quatro Tigres Asiáticos" (com letras maiúsculas como são citados) é a "noveleria" do momento. Estão sendo frequente

pitalismo exitoso, totalmente baseado na iniciativa privada.

É verdade que nem todos os porta-vozes do sistema capitalista pensam assim. Alguns especialistas e até empresários lúcidos têm refutado essas opiniões, demonstrando que o privatismo ou o antiestatismo do "modelo coreano" é uma falácia. Essa versão é fabricada como mera propaganda. Os resultados conhecidos da economia coreana são uma combinação eficaz de estatização, protecionismo alfandegário e iniciativa privada nacional, com as multinacionais ocupando posições secundárias ou passando ao largo.

Tenho em mãos um estudo muito

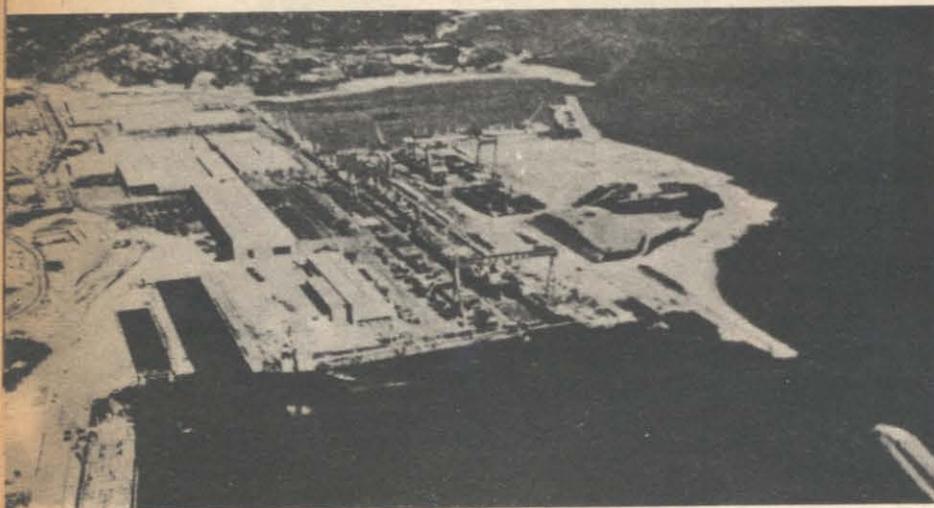
cionais se ocupavam de presas mais vulneráveis e succulentas, "apoderando-se das nascentes indústrias de artigos de consumo duráveis no México e no Brasil, dominando-as e incorporando-as a um sistema oligopólico, dentro do qual eram proprietários exclusivos de todas as filiais", como assinala o professor norte-americano.

Os dados, compilados e trabalhos próprios e de outros autores ali citados, são conclusivos: no começo da década de sessenta, quando foram lançadas as bases do processo de industrialização da Coreia, "as empresas transnacionais estavam completamente ausentes da cena local". O total da inversão estrangeira, em 1967, era de 78 milhões de dólares, 2% do que as transnacionais aplicavam no Brasil no mesmo ano. "De 1979 a 1982, o ingresso líquido de inversão estrangeira privada na Coreia do Sul nunca excedeu 60 milhões de dólares por ano. A média no Brasil era de 2 bilhões e 200 milhões de dólares, apesar de haver atravessado, naquele período, a pior recessão da sua história", escreve Peter Evans.

O autor faz esta constatação: "Investigadores do caso coreano, como Hyun-Chi Lim, crêem que o instrumento mais poderoso para estimular o capital nacional foi o controle estatal do crédito interno e dos empréstimos internacionais".

Os bancos coreanos eram, até há pouco, majoritariamente estatais. Não tenho dados deste ano, mas creio que a situação se modificou pouco. Quando, no Brasil, alguém pondera que o sistema bancário estatal é essencial a uma política de desenvolvimento independente, já é logo fichado como um inimigo da propriedade privada. Na Coreia, não é assim.

"O aparelho estatal", diz Evans, "se transformou em um ator dinâmico do mundo empresarial, o que pode ser medido pelo número crescente de empresas estatais, e no fato de que o estado se converteu na fonte mais importante de financiamento da indústria". Imagine-se o que diriam sobre isso o sr. Amadeu



A indústria pesada nasceu por meio de fortes investimentos oficiais

mente apresentados como a solução milagrosa dos nossos problemas. Aparecem como o modelo industrial - exportador ideal e o exemplo indiscutível do que a iniciativa privada é capaz de fazer, quando exorciza as tentações do estatismo. As Zonas de Processamento de Exportações, as ZPEs estão, na moda e a "noveleria" do momento é considerá-las a réplica brasileira das similares asiáticas. Para os "noveleros", a Coreia do Sul, Taiwan (Formosa) e as duas cidades-estados de Cingapura e Hong Kong, são uma espécie de símbolos do ca-

interessante de Peter Evans, da Universidade de San Diego, na Califórnia, professor de pós-graduação e relações internacionais, com especialização sobre aquela área do Pacífico. Ao analisar essa região asiática, ele chama a atenção, sobretudo dos latino-americanistas, para o "limitado papel que historicamente, jogou, nessa área, o capital internacional".

Existem diferenças essenciais na formação dos parques industriais na Coreia e na América Latina. Enquanto os coreanos se apoiavam nos seus próprios recursos, as transna-



Reforma agrária: nos anos 50

Aguiar, o sr. Mário Amato, presidente da Federação das indústrias de São Paulo, ou banqueiros uruguaios, argentinos ou peruanos.

Dados recentes indicam que não supera a 6% o volume da participação estrangeira nas *joint ventures* ou a presença das subsidiárias das transnacionais na Coréia. A comparação com os países latino-americanos é significativa. Aqui, a porcentagem se inverte.

O mito de que, se é estatal, não funciona bem, tão usado na América Latina, não é real na Coréia. Evans faz a seguinte observação: "Os estudiosos da indústria coreana sustentam que a permanente presença do Estado deu como resultado altos níveis de eficiência, claramente superiores aos obtidos por plantas similares em outros países do Terceiro Mundo". A situação no Taiwan não difere muito. Existe, também ali uma onipresente intervenção do Estado.

Os porta-vozes norte-americanos estão sempre em guarda contra todo o tipo de estatização. Na Coréia, como em Taiwan, os Estados Unidos apóiam e sustentam governos solidamente estatizantes e, no entanto, nunca invocaram a intocabilidade da iniciativa privada. A prevalência é dos

seus interesses estratégicos. A cantilena do antiestatismo é para a América Latina.

Não estamos, aqui, formulando um juízo de valor sobre os regimes dos "quatro tigres" asiáticos. Se estivéssemos em Taiwan, Cingapura ou Hong Kong, seguramente militaríamos na oposição. Na Coréia do Sul, me identifico mesmo é com aqueles maravilhosos garotos que, com paus, pedras e algumas bombas caseiras atormentam a vida dos soldados que sustentam o regime, reivindicando democracia, justiça social e a reunificação do país com a Coréia do Norte. Também não negamos a importância de uma empresa privada nacional, voltada para os interesses das regiões onde se instala.

Nem tão pouco estamos defendendo empresas estatais ineficientes, empreguistas, cartoriais como há muitas no Brasil, em geral entregues ao Estado quando os seus proprietários, falidos, não pagaram suas dívidas com os bancos oficiais e estes tiveram de assumir o controle das mesmas.

Do mesmo modo, não poderia considerar o "modelo" do neocapitalismo asiático como o caminho indicado, inclusive naqueles países, a um regime de desenvolvimento independente com justiça social.

Mesmo onde a economia alcança altos níveis de estatização, como na Coréia do Sul ou nos outros, como as Filipinas, campo ainda aberto às transnacionais, subsistem enormes desníveis sociais, que uma industrialização "for export" não erradicou, nem o governo que a apóia faz por onde.

Refiro-me apenas ao modelo econômico tipo Coréia, que nada tem a ver com o paraíso da iniciativa privada e do antiestatismo, como se faz crer por nossas bandas. Os pregoeiros dessa falsa realidade usam um exemplo tergiversado, para criar condições à penetração irrestrita do capital estrangeiro, travestido de iniciativa privada. E como aqueles países estão muito longe da América Latina, os "noveleros" nos aplicam o conto dos "tigres"...

realizar, sob o pretexto de que eram reformas comunizantes), como a reforma agrária e a do ensino público. Lá se fez até a reforma financeira, pela estatização dos bancos.

Um projeto nacionalista

O caso especial da Coréia do Sul, parâmetro do fenômeno dos Tigres Asiáticos, mereceu cuidado estudo por parte de economistas do Departamento de Estudos-Deest do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, sob a coordenação de Paulo Sérgio Ferracioli, que foram tirar a limpo as diversas afirmações sobre o modelo sul-coreano. O estudo "Coréia do Sul: A Importância de uma Política Industrial", foi produzido no primeiro semestre de 1988, e lança sua conclusão básica no próprio título. O fato de planejar e executar com seriedade uma política de desenvolvimento industrial parece ter sido a principal causa do sucesso coreano.

Para esclarecer tal sucesso, porém, é imprescindível que se procurem as bases das políticas postas em ação.

Segundo o estudo, "o ano de 1962 marcaria o redirecionamento na estratégia de desenvolvimento econômico do país. Por um lado, inicia-se a fase da *industrialização orientada para as exportações*, que tomaria o lugar da tradicional *industrialização por substituição de importações*... Por outro lado, inicia-se um importante processo de planejamento do país e são introduzidos os planos quinquenais, o primeiro dos quais cobriu o período 1962-1966. Estes planos continuam a ser elaborados até hoje e têm grande influência sobre a realidade sul-coreana... As novas estratégias foram capazes de transformar uma nação agrária, baseada na economia de subsistência, num país altamente industrializado e tecnologicamente avançado em termos mundiais".

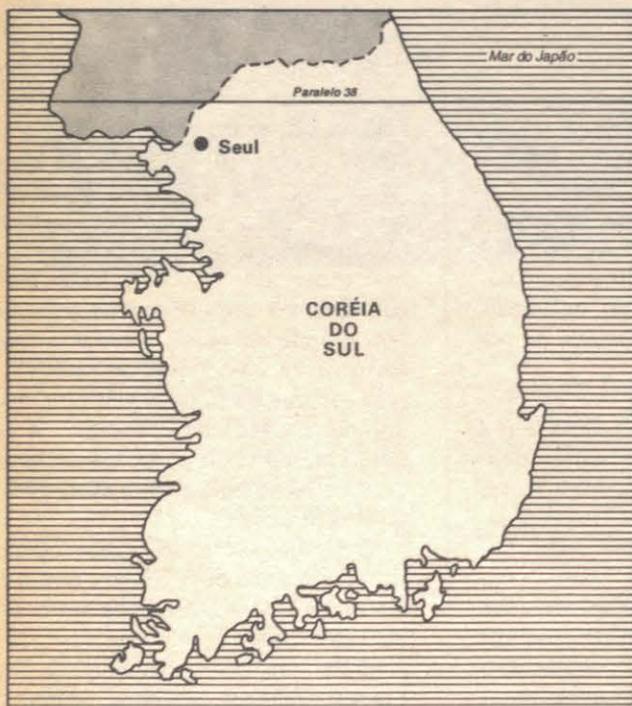
O estudo divide a evolução industrial sul-coreana em quatro fases. A primeira é a da reconstrução do país, no período de 1953-1961, seguindo-se a do planejamento (1962-71), quando se dá a grande mudança estrutural, sob a direção do Estado. A terceira fase cobre a década de 70, estendendo-se de 1972 a

As manhas do tigre

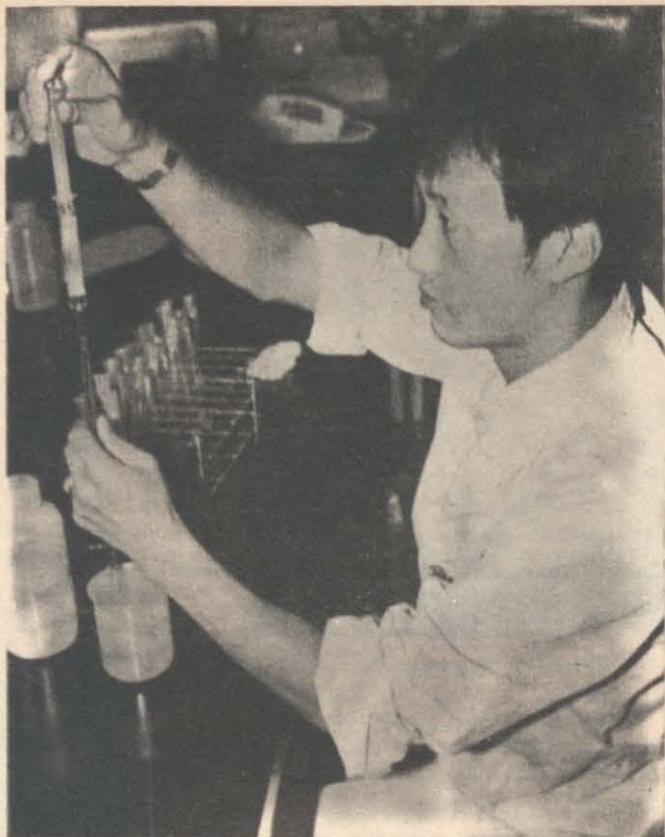
□ “Após o golpe militar de maio de 1961, a meta de desenvolvimento econômico foi reafirmada e assumida como fundamental pelo governo e pelo setor privado. A existência de um mercado internacional em fase de crescimento fez com que os formuladores de políticas e os empresários concordassem em passar a buscar o crescimento econômico do país através das exportações de produtos intensivos em mão-de-obra. Para tanto, foi estabelecida uma política de comércio exterior que lançou mão de três instrumentos básicos: um sistema tributário preferencial, alocação de créditos preferenciais para as indústrias exportadoras e medidas de caráter administrativo.

Pelo lado do financiamento, a estatização dos bancos comerciais, realizada em junho de 1961, deu ao governo a possibilidade de garantir créditos em volumes e condições adequadas para fomentar os setores considerados relevantes... Foi ainda relevante a política de incentivos fiscais.

Inicia-se, ainda, nesta fase, um período de intenso planejamento governamental baseado na elaboração dos planos quinquenais, onde são estabelecidas as metas a serem alcançadas ao fim de cada período e as políticas para viabilizá-las. Estes planos, elaborados a partir de 1962, teriam importância fundamental no processo de desenvolvimento do país.



Coréia do Sul: do tamanho de Pernambuco, tem população de S. Paulo e exporta mais que o Brasil



O Plano 87-91 privilegia a pesquisa tecnológica

O setor privado responderia com grande dinamismo aos incentivos que receberia. Foi conseguido um alto grau de entrosamento entre o setor público e o privado, que agiam em harmonia no sentido de alcançar os objetivos planejados. Os grandes conglomerados sul-coreanos – os *chaebols* – se desenvolveriam a tal ponto que, atualmente, se situam entre as maiores empresas mundiais.

A nova estratégia de desenvolvimento mostrou-se um grande sucesso. Mas, o próprio sucesso exigiu, posteriormente, a introdução de mudanças. O nível de emprego se elevou, a mão-de-obra tornou-se mais cara, a estratégia de exportar manufaturados leves intensivos em mão-de-obra foi alterada, mas o compromisso com a produção para a exportação foi mantido, ao se priorizar, na década de 70, a implantação de indústrias capital-intensivas.

É interessante observar duas características que eram encontradas na economia sul-coreana, ao se encerrar a década de 70. Por um lado, a grande concentração industrial, que é superior até mesmo à encontrada na economia japonesa... Por outro lado, as restrições impostas ao capital estrangeiro, que tiveram como consequência que, de 1962 até 1979, o valor total do investimento estrangeiro direto no país é avaliado pela UNIDO (Onu), em apenas cerca de US\$ 2,2 bilhões (medidos a dólares de 1980)..."

Finanças Públicas: Evolução Observada

	1972	1975	1979	1980	1983	1985	1986	1987
Gastos com defesa	25,9	28,8	30,8	35,6	33,0	30,6	31,4	31,6
Gastos com administ	16,4	11,3	9,3	9,7	10,8	10,1	10,1	9,7
Gastos com des. econ	36,8	26,7	27,8	21,5	17,2	16,1	16,5	16,7
Gastos com des.soc.educ	-	19,4	22,7	24,1	27,6	26,9	27,9	28,5
Transf. p/ gov. locais	11,8	7,7	6,7	6,3	8,4	8,1	9,4	8,9
Pagamento dív. e outros	9,0	6,2	2,7	2,7	2,9	8,1	4,8	4,7

Fonte: EPB-Economic Planning Board, Korean Economic Indicators-1987, in Deest/Bndes: "Coréia do Sul: a Importância de uma Política Industrial"

é o desenvolvimento tecnológico, a forma mais eficiente de manter a competitividade internacional, nesta virada de século.

As dificuldades do início da década condicionaram a escolha e a Coréia do Sul passou a acenar com uma abertura para os capitais de fora.

Mas, o estudo observa que "entretanto, quando aborda as metas a serem atingidas ao longo do plano, fica patente a intenção do governo de continuar exercendo um papel importante na definição de prioridades e estímulo a diversos setores para a obtenção dos objetivos fixados pelo plano. Ou seja, o governo continuaria a ter peso expressivo na alocação efetiva de recursos, em detrimento da alocação via mercado".

E certamente não poderia ser diferente, quando o patamar de desenvolvimento alcançado lança o país na disputa direta com as economias do mundo altamente industrializado, como registra a pesquisa. E a opção do país é competir com os gigantes, desprezando um aparceramento em segundo plano, que seria certamente regressivo. Por isso, uma das metas imediatas é "elevar o número de cientistas e engenheiros por grupo de 10.000 habitantes, passando dos atuais 10 para 30", além de manter 150 mil desses profissionais em atividade permanente de pesquisa e desenvolvimento, nas universidades e institutos tecnológicos. O que só é possível porque se gasta quase 30% do orçamento em educação...

A análise detida do fenômeno dos Tigres Asiáticos aponta, como é possível perceber, para uma conjugação de fatores positivos: objetivos nacionais, planejamento efetivo para curto, médio e longo prazos, e a adoção das políticas adequadas para se alcançarem os fins propostos, num processo em que se deve reconhecer a decisiva presença estatal, e ao qual é preciso negar qualquer parentesco com um pretenso rótulo de sistema liberal. O desenvolvimento não se obteve pela presença transnacional no país, mas pela autocapacitação e aplicação inteligente dos meios disponíveis, sempre numa ótica que certamente mereceria por completo o qualificativo de nacionalista. ●



Brasil: a predominância do latifúndio é um dos obstáculos à modernização

1979, e tem como objetivo principal dotar o país de uma indústria pesada: "A atuação do governo neste período é reforçada", detalha a pesquisa do Deest/BNDES.

O quarto período da modernização econômica sul-coreana tem início em 1980 e se estenderá pelo menos até 1991, quando termina o plano quinquenal em andamento: seu objetivo central

Integração do Cone Sul

Quando o panorama internacional dos desenvolvidos começa a se cristalizar em comunidades econômicas, Brasil e Argentina podem estar inaugurando a resposta dos latino-americanos



Alfonsín e Sarney têm ousado nos entendimentos, inclusive na área das pesquisas nucleares

Um tratado de integração econômica, cooperação e desenvolvimento une o Brasil e a Argentina, desde o final de novembro de 1988, e pretende produzir, antes que o século acabe, o início de uma revolução no Cone Sul do continente, pela total integração de suas economias. O horizonte do tratado não se esgota, porém, nos dois países, mas se estende ao que hoje pode ainda parecer uma miragem, ou seja, a criação de um Mercado Comum Latino-Americano, única forma de fortalecer a região, quando a economia mundial passa a ser dominada pela integração total do Mercado Comum Europeu – a partir de 1992 – e do nascente Mercado Comum Norte-Americano (Estados Unidos-Canadá), enquanto o Japão, no oriente, começa a estimular uma integração regional semelhante.

O estímulo das dificuldades

O prazo máximo de dez anos, contemplado pelo tratado brasileiro-argentino, assegura que o plano possa implantar-se sem atropelos e, ao mesmo tempo, permite que eventuais dificuldades possam ser adequadamente vencidas, de modo a que os objetivos sejam alcançados e perdurem. A assinatura do tratado pelos presidentes José Sarney e

Raul Alfonsín coroou uma série de tentativas, estudos e encontros anteriores, marcando um avanço histórico.

O Brasil e a Argentina vivem conjunturas econômicas delicadas e têm muitos pontos de convergência, a começar pelo peso da dívida externa em suas economias – o Brasil é o maior devedor latino-americano (110 bilhões de dólares), enquanto a Argentina é o segundo da América do Sul, com 56 bilhões de dólares. Outras semelhanças ajudaram o entendimento dos dois governos, como as seguidas e frustradas tentativas de ordenar a economia, através de grandes ou pequenos choques; os problemas de uma fase de redemocratização, e as dificuldades crescentes no comércio internacional.

O panorama de dificuldades estimulou a decisão de se buscar uma efetiva integração, que atue como um choque de efeito estimulante, ao contrário da rotina de choques depressivos que têm sido impostos aos países pela estrutura financeira internacional.

O objetivo final, de que as barreiras alfandegárias desapareçam, favorece um mercado de 180 milhões de pessoas, atualmente, e representa um estímulo extraordinário para os setores de serviço, agrícola e industrial de ambos os países.

No encontro de Buenos Aires, os dois presidentes assinaram, em 29 de novembro, um total de seis documentos, entre eles o que se relaciona com as atividades alfandegárias, visando a criar facilidades de passagem para mercadorias e pessoas nas fronteiras. Entre os objetivos imediatos do acordo, está a de facilitar o intercâmbio de produtos no decisivo setor de bens de capital. Pelos entendimentos efetuados, já chegam agora a cerca de 800 os produtos com taxas preferenciais nos dois mercados. Em encontros anteriores, Sarney e Alfonsín já haviam concordado em eliminar tarifas nos setores das indústrias alimentícia e automobilística.

Da retórica à realidade

O tratado firmado em Buenos Aires obteve menos repercussão do que sua importância fazia esperar. A culpa pode ser atribuída ao que um especialista nas relações sul-americanas classificou de rotina retórica: a opinião pública continental está saturada dos grandes propósitos que costumam caracterizar os discursos presidenciais, em encontros internacionais.

Mas, a dinâmica que vem marcando os entendimentos entre Brasília e Buenos Aires, nos últimos três anos, aponta para a direção de uma evolução segura realista, no rumo da integração.

“O que a França e a Alemanha Federal significaram para a consecução do Mercado Comum Europeu, somente o Brasil e a Argentina podem representar, no caso de um Mercado Comum Latino-Americano”, comentara dias antes, numa reunião de especialistas internacionais, em Montevidéu, o professor uruguaio Alberto Methol. “Brasil e Argentina são os motores para a integração latino-americana”, assinalara Methol. “Que outro país ou países poderiam liderar uma transformação desse tipo? Talvez o México, mas sua economia está sob grande dependência da norte-americana. Assim, não há alternativa: ou o Brasil e a Argentina conduzem esse processo, ou não haverá nunca uma integração econômica latino-americana”, concluíra o estudioso uruguaio.

Procópio Mineiro

PCB vê passagem gradual ao socialismo

Os comunistas já têm um candidato em plena campanha presidencial, o deputado federal pernambucano Roberto Freire, que prevê para o Brasil a construção paulatina das bases para um regime socialista, a surgir ao longo de sucessivos governos caracterizados por uma democracia avançada

Clovis Sena



O candidato do Partido Comunista Brasileiro a presidente da República, deputado Roberto Freire (PCB/PE), fala a **terceiro mundo** sobre o significa-

do do lançamento de seu nome: a candidatura comunista ajuda a consolidar o processo democrático e serve como parâmetro para medir o grau de liberdade política no país. No entendimento do também líder comunista na Câmara, o preconceito anticomunista se reduz e a indústria do anticomunismo sofre abalos. Abaixo, a íntegra da entrevista com o candidato comunista à presidência brasileira.

Uma candidatura do PCB à presidência é um fato histórico. Que paralelos existem entre a sua candidatura e a primeira, a de Iduel Fiuza, em 1945?

— É um fato histórico, como você diz. Em todo o período de lutas contra a ditadura, as forças democráticas sempre diziam que a democracia vai se medir exatamente pela maneira como puderem andar os comunistas, como puderem viver os comunistas e pelo grau de liberdade que vierem a gozar na sociedade. Era quase uma máxima: o país só iria ser democrático quando os comu-



Roberto Freire: a esquerda avança no país, mas o socialismo está no futuro

nistas, que são os mais radicais contestadores da estrutura econômica da sociedade, vivessem em liberdade. É, pois, um fato histórico, que os comunistas estejam vivendo em liberdade, inclusive para postular a presidência da República. Este é o dado importante. Há um paralelo histórico, na medida em que, na única vez em que isso ocorreu, o PCB estava em liberdade, era legal no país, naquele período de 1945/46. O

mesmo ocorre agora, desde 1985, após a superação da ditadura e a criação da chamada Nova República. Existe, pois, esta similitude, a da legalidade do partido e a sua candidatura presidencial. Nós, comunistas, estamos muito conscientes disso, inclusive do papel dessa candidatura na consolidação do processo democrático. É nesse sentido que o PCB vê e admite a candidatura presidencial.

Diria, ainda, que existe outra similitude entre as duas candidaturas, separadas no tempo por 43 anos: a do clima internacional. Naquele momento, em 1946, havia um processo internacional de muita simpatia em relação ao mundo socialista. No caso, naquele momento, unicamente a União Soviética. Era um clima que também favorecia a propagação das idéias socialistas. Eu diria que hoje, a nível internacional, existe não um período de pós-guerra, mas a superação da Guerra Fria. É um novo momento, em que o mundo socialista também volta a gozar de simpatia, a partir do processo de renovação do socialismo que ocorre na União Soviética e em outros países socialistas. Este é um dado importante também, é uma certa similitude. E eu só espero que a nossa candidatura tenha o mesmo peso da candidatura comunista de 46...

De 1945. Eleições a 2 de dezembro de 1945...

– Isso mesmo. 1945.

E há o seguinte: está se dando o fim das ditaduras impostas pelos Estados Unidos na América Latina...

– Atualmente. Mas não tem a similitude com o período do pós-guerra, porque até não se superaram algumas ditaduras. Algumas continuaram, no caso concreto da Argentina de Perón e outros países da América do Sul. E fica nisso. Espero que não haja outras similitudes, porque, pouco depois da eleição presidencial de 1945, com menos de dois anos, os comunistas foram cassa-

dos e colocados na clandestinidade, sendo reprimidos. Instaurou-se, a nível internacional, a célebre Guerra Fria, que gerou toda essa concepção, atrasada e retrógrada das forças armadas latino-americanas serem auxiliares das forças armadas norte-americanas. Toda essa concepção da doutrina de segurança nacional, infelizmente, ainda é hegemônica nas forças armadas brasileiras.

Não tem nada de segurança nacional...

– Pelo contrário, é a segurança de



“Há uma questão que torna muito difícil uma aliança entre nós e o PC do B. Porque eles têm uma visão meio paradoxal: são comunistas, mas que exercem um anti-sovietismo que beira o anticomunismo desvairado”

determinado bloco, de um sistema de dominação, e que infelizmente tem vários adeptos também no pensamento e na inteligência nacional. Este é um dado que espero que a nova realidade internacional ajude a superar. É um dos fatores importantes dessa emergência do Brasil como potência no concerto das nações, junto até com a União Soviética, como parceiro de paz. O Brasil está tendo uma política reconhecida até por Gorbachev, em discurso na ONU. Que esse papel do Brasil possa ajudar internacionalmente, a fim de que possamos

superar essa série de concepções retrógradas de segurança nacional, de não-soberania das nossas forças armadas, uma vez que são enquadradas num bloco militar. Impõe-se a superação disso, a fim de que no Brasil as esquerdas possam ser uma alternativa de governo.

Como espera superar, durante a campanha, o preconceito anticomunista?

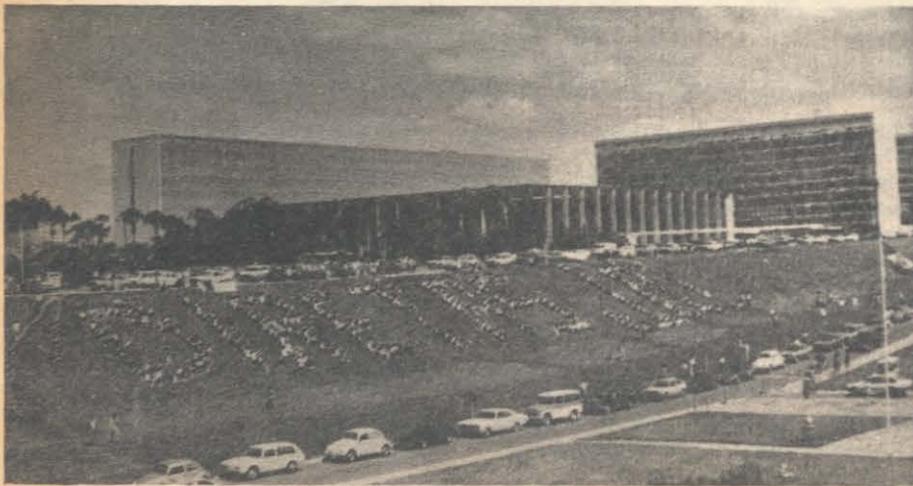
– Olha, esse preconceito anticomunista já foi bem mais forte. Isso é algo que a classe dominante sempre usou

com muita maestria no Brasil. A partir até mesmo de alguns equívocos cometidos pelos comunistas e pelas esquerdas brasileiras, e superdimensionados, de forma abusiva, com certos e determinados episódios utilizados pela reação. O fato concreto é que sempre houve uma política deliberada de anticomunismo, quase como uma indústria. Exis-

tem setores na sociedade brasileira que vivem exatamente dessa rentável posição anticomunista. Há alguns aparelhos de Estado, particularmente na área da repressão, que sobrevivem fundamentalmente dessa atividade anticomunista: de buscar os comunistas em qualquer lugar, os mais absurdos possíveis, e colocar a carapuça de comunista também nas posições meramente liberais e democráticas, e não definir concretamente uma convivência democrática em que os comunistas possam existir, como patriotas que são e democratas comprovados, como já demonstraram na sociedade brasileira.

Mas o fato concreto é que, no entender de Roberto Freire, “essa indústria do anticomunismo sofreu recentemente alguns abalos”?

– O primeiro deles é o papel que os comunistas desempenharam na luta de resistência democrática. E isso fica mais ou menos claro para a sociedade: quando há restrições à liberdade, os primeiros a sofrer são os comunistas. É, paradoxalmente, em nome do combate aos comunistas e em defesa da democracia que se acaba com a democracia. E os comunistas são as primeiras vítimas.



Quatro anos após a campanha, o pleito direto aponta mudanças profundas em 1989

Um dado a salientar é que na história deste país, na história da América Latina, não se conhece a história de nenhum comunista que tenha atentado contra as liberdades. Pelo contrário. Eles sempre são a favor das liberdades. Essa é a história nossa.



A nova democracia do país relega ao passado cenas como este cerco a igreja, em Belém

E na história recente, os comunistas atuaram com muita competência na frente democrática, dentro do MDB, com outras forças democráticas, na luta contra a ditadura. E isso começou a ajudar a superar preconceitos, pelo menos na elite política brasileira. Aqueles setores democráticos da sociedade brasileira, que atuaram contra a ditadura, começaram a perceber, no trabalho conjunto com os comunistas, que era injustificável o pensamento preconceituoso que tinham em relação a nós.

Isto ajudou a atual legalização...

— Com a superação da ditadura, surgiu a oportunidade de legalidade do Partido, e o trabalho de superação desse preconceito, existente difusamente na sociedade, e começou a apresentar resultados positivos. As primeiras eleições de que nós participamos, as de prefeito das capitais em 85, houve o processo de legalização do Partido, le-

galização de fato e não apenas de direito, com a publicação de estatutos no Diário Oficial e registro nos Tribunais Eleitorais. É a legalidade de fato, de se inserir na sociedade, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nas universidades, na sociedade brasileira, enfim. Esse

superar as injustiças a nível do reino da Terra — isso fez com que também estreitássemos relações. Comunistas e católicos não eram meramente categorias de diálogo de intelectuais. Mas, era talvez uma vivência prática, na luta contra a ditadura, para superar o atraso, a miséria, a fome, e para buscar uma sociedade mais justa. Então, isso também ajudou a vencer alguns preconceitos, talvez os mais arraigados, exatamente na área da religião. Não superamos totalmente. Mas, a verdade é que esse quadro de luta ajudou. Então, acho importante salientar a nível interno esse aspecto: é fundamental, no processo de luta contra a ditadura, a integração dos comunistas, dos católicos e dos democratas brasileiros. E desse trabalho conjunto resultou um trabalho que facilitou a superação de preconceitos a nível da sociedade em geral.

Renovação

Sua candidatura ajuda a abrir os caminhos para os comunistas?

— O que ocorre hoje na União Soviética, a partir da liderança de Gorbachev, todo esse processo da chamada *perestroika*, da *glasnost*, tudo isso ajuda também a superar preconceitos. Isso transforma o socialismo novamente em algo simpático, de esperança, de moderno, de algo que torna possível uma sociedade mais fraterna, mais justa e melhor. Então, isso também tem nos ajudado a superar preconceitos. Espero que nessa campanha presidencial tenhamos condições de sepultar essa indústria do anticomunismo, ou, pelo menos, minimizá-la ao ponto de caracterizar a sociedade brasileira como realmente democrática. Uma sociedade em que os comunistas possam ser combatidos, mas no campo da idéia, e não com preconceitos. Nem com repressão policial.

Quais os pontos da campanha?

— A primeira coisa que nós definimos é que a candidatura é uma candidatura de oposição: oposição ao governo e ao regime. E se

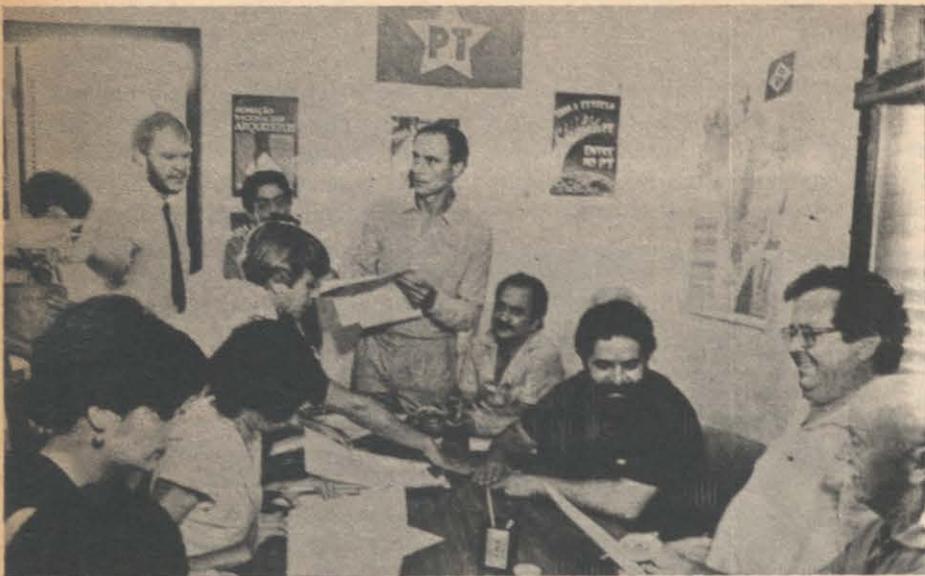
processo é lento, existem ainda muitos problemas.

Como se dá essa inserção, esse novo diálogo?

— Por exemplo: a igreja desempenhou um papel na luta contra a ditadura, e essa miragem que a igreja, particularmente a do Brasil, vem dando de uma opção pelos pobres, uma integração maior na luta social, na busca de



“Houve também um avanço de outro segmento da esquerda, embora mais vinculado à centro-esquerda, à social democracia, que foi o PDT. Isso dá um colorido especial à política brasileira e ajuda a consolidar o pluralismo”



Na avaliação do PCB, o PT captou o protesto, mas igualmente o voto ideológico

situa, evidentemente – é quase uma conclusão lógica – no campo da esquerda. A partir dessa visão, nós queremos colocar em discussão a concepção que temos da construção do socialismo no Brasil. A nossa estratégia de transformações sociais implica o aprofundamento da democracia, a democracia como valor fundamental para a construção do socialismo, e num processo pluralista de transição. Nesse sentido, entendemos que a candidatura deve se inserir na busca da formação de um bloco histórico, pluralista, para a construção do socialismo.

E quanto ao programa?

– Em termos programáticos, nós temos de começar a definir, e é evidente que ainda não existe a definição muito concreta, qual o papel do Estado nesse processo da construção do socialismo no Brasil. O socialismo não será construído por um único governo socialista. Mas, terá início por um governo que terá a nítida perspectiva do socialismo. De uma democracia avançada na perspectiva do socialismo. Então, nesse sentido, qual o papel do Estado? Quais são os setores da economia, quais os meios de produção que serão socializados, que sofrerão a intervenção do Estado? Qual o papel da iniciativa privada? Qual o papel que vai ser destinado aos militares, nessa construção de uma sociedade democrática, na perspectiva do

socialismo?

Então, é algo que temos de começar a definir. Qual o papel do Brasil no concerto das Nações? Na sua política externa independente, na relação com outros blocos, na superação dessa política de blocos? Nessas linhas gerais, é evidente que com o detalhar, nós vamos entrar na questão da dívida, na questão do salário, na distribuição de renda, na questão da reforma agrária, na questão financeira – que são meios de produção, onde você tem o papel do Estado, as empresas estatais, a questão do serviço público. Então, a nossa visão é a de tentar entender o que é fundamental no socialismo e na sociedade moderna. Juntar essas duas coisas...

Por exemplo?

– Por exemplo, esta é a preocupação básica do socialismo no mundo, através da *perestroika*. Qual o grau de socialismo numa sociedade democrática? Qual o grau de democracia numa sociedade democrática? Nesses dois aspectos, então, é analisar, politicamente e economicamente, como construir o socialismo no Brasil. Politicamente: a questão do pluralismo, da defesa da democracia como valor fundamental. Economicamente: discutir o papel do Estado e o papel que pode caber à iniciativa priva-

da, seja ela pela livre iniciativa, como propriedade privada, seja ela através das cooperativas.

O fato concreto é que temos que começar a analisar essa perspectiva de socialismo no Brasil, numa visão moderna. Não é o estatismo dos anos 30, não numa visão que a esquerda tem, de 50 anos atrás, ou de 30 anos atrás, de que o mundo não mudou. Pelo contrário: o mundo mudou e muito. As relações internacionais inclusive as relações entre os mundos capitalista e socialista têm mudado. E é necessário que os socialistas brasileiros, aqueles que querem construir o socialismo aqui neste país, interpretem com adequação essa nova realidade internacional. E saibam como aplicá-la no Brasil. Há uma nova relação, e o Brasil tem de se integrar nisso.

Acho que é importante salientar que a nossa concepção e a nossa perspectiva socialista tem de ser moderna e renovada, para que o Brasil tenha condições de iniciar o século XXI como uma potência real. Seja econômica, seja política. E evidentemente, até porque não é só próprio do socialismo: é que esse país não pode conviver com a miséria, a desigualdade que ainda existe. Não é possível que exista algum pretendente a



“O PT foi o partido que soube captar não apenas o voto de protesto: Soube captar, numa dimensão expressiva, esse voto consciente de esquerda”

cargo de mando, que possa conviver com as injustiças. Agora, as formas de superar, isso é que terá de ser colocado, para que a sociedade possa fazer opção.

Sem perspectiva

Nosso nível de capitalismo e de capitalistas não cria nenhuma perspectiva de superação das injustiças que existem?

– Não, até porque a miséria e a injustiça são produzidas exatamente por esse tipo de capitalismo que temos



Buscar a estabilidade pelo bloco progressista, antes de uma frente de esquerda

no Brasil.

O Partido Comunista Brasileiro está presente em quantos municípios no país?

— Em termos de município, eu não tenho aqui dados concretos, até porque isso tem um dinamismo muito grande. Mas, diria que o partido está estruturado em todos os estados. Esse é o dado que nos dá uma certa base, para início, inclusive, de qualquer campanha. Claro que é pequeno, porque é um partido pequeno. Mas é um partido que está estruturado. Em todo o Brasil existem comitês estaduais. Estamos organizados nas principais cidades brasileiras. É motivo de orgulho o que significa um comunista assumido, na legalidade e trabalhando. Embora poucos, são bons e valorosos. Ainda que partido pequeno, com base nessa militância acreditamos que podemos fazer uma campanha presidencial.

Qual a avaliação do PCB sobre as recentes eleições municipais?

— Na avaliação que fizemos, essas eleições foram muito importantes para a consolidação do processo democrático. O eleitorado entregou responsabilidades a quase todos os partidos políticos, e isso ajuda a consolidar o processo democrático. Em segundo lugar, apesar de sabermos que o voto teve uma conotação muito conjuntural, voto de oposição, de protesto à situação geral

do país, ele também demonstrou um crescimento orgânico da esquerda no Brasil. Um crescimento orgânico, claro, não na dimensão que alguns arautos do golpismo, do retrocesso e do reacionarismo vivem dizendo. Mas houve um efetivo crescimento orgânico. Nós não podemos ver apenas o voto no PT, o voto nos comunistas, apenas como um voto de protesto. Houve também o voto de consciência, o voto orgânico, um voto de quem participa de um processo de luta, das esquerdas brasileiras.

O principal beneficiado disso, evi-

dentemente, foi o PT. Foi um partido que soube captar não apenas o voto de protesto: soube captar, numa dimensão expressiva, esse voto consciente de esquerda. Nós, comunistas, também tivemos. Eu lembraria que tivemos a eleição de vereadores, embora em número pequeno, mas em todas as capitais. E nas grandes capitais, com expressivas votações. Por exemplo, em Florianópolis, o candidato do PCB a prefeito, Sérgio Grando, teve uma votação expressiva, sendo segundo colocado. E estamos integrados, por coligação e por concepção, com setores da esquerda, nesse crescimento. Por coligação e por concepção, esse é o nosso desafio de administrar algumas prefeituras com o PT, em algumas capitais. Este é o nosso desafio, nosso e do PT.

Há um outro aspecto. Houve também um avanço de outro segmento da esquerda, embora mais vinculado à centro-esquerda, à social-democracia, que foi o Partido Democrático Trabalhista. O PDT foi receptáculo de votos populares, de votos de esquerda. Isso dá um colorido especial à política brasileira e ajuda a consolidar o pluralismo, o que é importante também para a consolidação democrática.

Você fala em frente de esquerdas...

— A posição do partido não é ainda de formação de uma frente de esquer-



Crescimento do PDT ajuda a consolidar o pluralismo, segundo a análise comunista



“Na avaliação que fizemos, essas eleições foram muito importantes para a consolidação do processo democrático.

O eleitorado entregou responsabilidades a quase todos os partidos políticos, e isso ajuda a consolidar o processo democrático”

das. O processo de consolidação democrática exige que ainda tenhamos uma perspectiva mais ampla, portanto, menos estreita, sem exclusivismos de esquerda. Estreita, que eu digo, no sentido de apenas as forças de esquerda se coligarem. Diria que ainda há espaço para algumas coligações, com setores democráticos e progressistas. Mesmo que estas não tenham o socialismo como objetivo final. Ainda é o momento de um bloco político, que dê condições de estabilidade democrática, e até de ampliação das liberdades democráticas. O episódio de Volta Redonda, o retrocesso, o alarmismo, tudo isso demonstra que ainda não temos uma democracia consolidada. Agora, nesse processo, já se admite um embrião de um bloco histórico, e esse bloco é o da esquerda, na perspectiva do socialismo. Nós iremos chegar, evidentemente, à Frente de Esquerda.

O sr. espera contar com o apoio do

PC do B?

— Há uma questão que torna muito difícil uma aliança entre nós e o PC do B. Não tanto por nós, mas muito mais por eles. Porque eles têm uma visão até meio paradoxal: são comunistas, mas que exercem um anti-sovietismo, que beira o anti-comunismo desvairado. Eles têm uma postura em relação à União Soviética, a Cuba,

ao mundo socialista em geral, à exceção da pequena Albânia, de que não existe socialismo no mundo, de que os países socialistas são traidores, e usam até definições para o mundo socialista, que são muito apropriadas à CIA e a Reagan, que algum tempo atrás chamavam a URSS de “Império do Mal”.

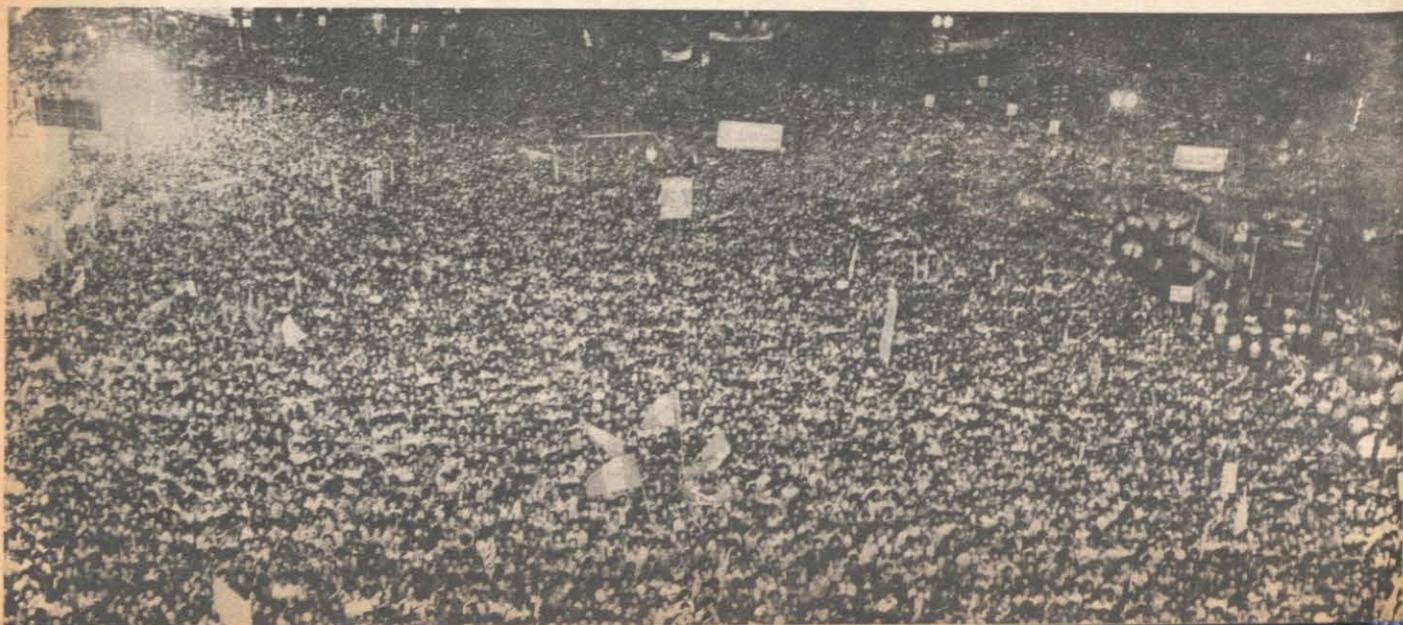
Isso dificulta um certo relacionamento mais estreito. Agora, é de salientar, que, na prática, temos tido trabalho conjunto: no meio sindical, em disputas eleitorais, inclusive nessas municipais, nós conseguimos superar divergências. No Parlamento, na Constituinte, evidente que trabalhamos em conjunto, e houve quase que identidade total em termos de voto nas questões fundamentais e básicas. Agora, a dificuldade é muito grande. Eles têm um vezo autoritário, nas relações com os aliados, talvez produto do seu estalinismo assumido. Acredito que eles vão ter dificuldade, no momento em que

uma candidatura comunista é oferecida à sociedade. Eles, que se dizem comunistas, terão dificuldades em não buscar discutir, em não buscar saber, não buscar entender e saber, se é possível uma aliança mais estreita. Eles é que vão ter dificuldades.

Nós, evidentemente, estamos abertos à discussão, como sempre estivemos aqui, na Constituinte e outros processos de luta. Até porque achamos que essa questão que nos divide, embora haja algumas divergências, quanto ao processo de estratégia da construção do socialismo e que terão que ser discutidas, até fraternalmente, de forma mais madura, a questão é muito maior a respeito das relações internacionais. Nessa visão, eles dizem que o único país socialista é a Albânia e eu acho que isso tende a desaparecer. Acredito que a integração da Albânia ao mundo socialista é algo factível e próximo. E aí vai acabar um pouco essa grande divergência.

Eu achava que era muito mais complicado no tempo em que eles eram maoístas, porque a China de qualquer forma é uma potência. É algo que você pode até ter como modelo. Embora eu discorde da política dos modelos, você pode admitir que no Brasil alguém pode ter como modelo a Revolução Chinesa. Agora, você ficar imaginando que um país como o Brasil pode ter como modelo a pequena Albânia, realmente é algo que não tem muito sentido. Ou melhor dizendo, não faz nenhum sentido. ●

A luta pelo estado de direito, ao lado dos setores democráticos, permitiu superar preconceitos contra comunistas



Ecologistas pedem trégua para salvar a floresta

Ecologistas encerram giro nacional de esclarecimento e lançam decálogo para salvar a Amazônia, propondo novo enfoque para o aproveitamento das riquezas da região, como a criação de reservas extrativistas



As estradas facilitam a penetração e o desmatamento, reclamam os preservacionistas

Nereida Daudt

Situar o problema da Amazônia como uma questão nacional foi o objetivo principal do debate promovido pela Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia - CNDDA. Por esse motivo, o evento percorreu vários estados brasileiros, encerrando-se no Rio de Janeiro, em dezembro, chamando a atenção para as queimadas e o desmatamento.

Por ocupar 60% do território nacional, a floresta, além de um problema nacional, tornou-se questão latino-americana e mundial. O Fórum da Amazônia, ao divulgar de norte a sul as questões específicas da região, levou em consideração o fato de que hoje se sabe mais sobre a devastação da floresta em Londres e em Washington, do que no Brasil. Mas, para os povos que habitam a Amazônia, é importante que

os próprios brasileiros conheçam este problema. Afinal de contas, somos os donos desse pedaço da América, classificado pelo ecologista José Lutzemberg como "o ar condicionado do planeta".

Questão ecológica e social

Atualmente, de acordo com os preservacionistas, a devastação da floresta é o maior problema ecológico do país. Ela joga na miséria milhares de seringueiros. Estima-se que 15 mil famílias estejam vivendo na Bolívia, expulsas pelas grandes fazendas que devastam suas fontes de trabalho. O estado de Rondônia, por exemplo, já tem 20% de sua área devastados. Por isso, o próprio governo estadual apresentou uma proposta de reservar ao extrativismo 1 milhão de hectares, o que equivale à vigésima quinta parte do território estadual. Segundo Gumercindo Rodrigues, do Conselho Nacional de Seringueiros-CNS, a política do governo brasileiro

sempre atuou em prol dos seringalistas, e o resultado hoje é que, apesar de suas amplas possibilidades, o Brasil importa 80% da borracha que consome.

A criação de reservas extrativistas na Amazônia é a proposta do CNS para possibilitar aos trabalhadores da castanha e da borracha a garantia da terra que não têm. "Um seringueiro", diz Rodrigues, "pode ocupar há cem anos uma terra, que isto não quer dizer nada, porque chega o fazendeiro do sul e se adona dela, com papel e tudo". Esta é, segundo Rodrigues, a questão da violência naquela região, tendo, em 1988, motivado vários assassinatos e ameaças de morte, como ao líder seringueiro Chico Mendes, obrigado agora a andar sempre acompanhado de pelo menos dois seguranças.

A situação de miséria no centro-sul do país, o desemprego, o aumento do número dos sem-terra e os baixos salários são, na opinião de Gumercindo Rodrigues, os fatores que determinam a crescente migração para a região.

"É o velho sonho do Eldorado, ir para a Amazônia, ser proprietário. No entanto, cedo a realidade é outra, os imigrantes se tornam peões, trabalhadores braçais, porque as terras estão nas mãos do latifundiário", observa o



Orlando Valverde, geógrafo, luta na CNDDA

AMAZÔNIA

representante do Conselho dos Seringueiros. Ele aponta, como solução, uma reforma agrária na região sul, dizendo que já na Amazônia a mesma passa, obrigatoriamente, pela criação de reservas extrativistas.

Preservar com extrativismo

O aproveitamento das potencialidades da floresta é ponto chave, na visão dos seringueiros, "que a utilizam sem destruição, para o desenvolvimento da região". Rodrigues cita ainda as ervas, as plantas medicinais, a criação de abelhas e o extrativismo como atividades mais coerentes com aquele meio ambiente. Ele também observa que as estradas que se constroem, em ritmo veloz, são verdadeiros "corredores da devastação". De acordo com ele, os japoneses "têm feito grandes investimentos em rodovias, porque são os maiores consumidores de madeira, ao mesmo tempo que não produzem nada".

O grande projeto, explica Rodrigues, é construir uma saída rodoviária rumo ao Pacífico (Cruzeiro do Sul-Pucalpa), que vai ajudar a "jogar na miséria milhares de seringueiros". O projeto, apresentado pelo governo brasileiro para obter recursos junto ao Banco Mundial, acabou bloqueado, sob o parecer técnico do Bird de ser um desastre ecológico de proporções mundiais.

A primeira reserva extrativista conseguida exclusivamente pelos seringueiros é o Seringal Cachoeira, no Acre, com 25 mil hectares. As outras são ainda propostas do governo: São Luís do Remanso, entre Rio Branco e Xapuri, com 39 mil hectares, Macaú, em Rio Branco, com 100 mil hectares, e Santa Quitéria, em Brasília, divisa com a Bolívia.

A filosofia do Conselho Nacional dos Seringueiros é de que, quanto mais reservas extrativistas se conseguir, mais se garantirá a preservação da Amazônia. Nesse sentido, eles também propõem que 60% do estado do Acre sejam de reservas, assim como 1 milhão de hectares, no Amapá.

Projetos siderúrgicos

O Fórum da Amazônia também discutiu a proposta da CNDDA, que objeti-

va desativar os 12 pólos de siderurgia, movidos a carvão vegetal, instalados ao longo da estrada de ferro Carajás-São Luís. Segundo o vice-presidente da entidade, Henrique Miranda, a solução para evitar o desmatamento é substituir o carvão vegetal pelo coque de babaçu. Miranda informou que, entretanto, até agora o governo federal não concedeu nenhum tipo de apoio aos empresários da região que detêm a tecnologia da casca do babaçu, que não prejudica a natureza e não expulsa os seringueiros, além de apresentar alto poder calorífico.

Miranda condenou ainda os grandes projetos agropecuários - responsáveis, segundo ele, pela destruição da floresta. "A UDR conseguiu vantagens na Constituinte, e por isso na Amazônia os fazendeiros, em nome da produtividade, queimam a floresta, jogam de avião sementes de capim para formar pasto, e assim cumprem a nova lei. Resta perguntar: será o capim mais produtivo do que a floresta?"



Tomando por referência pequeno trecho da Amazônia, é fácil avaliar a extensão dos desmatamentos



Os dez mandamentos da Amazônia

A Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia-CNDDA, ao lado de outras entidades, está coletando em todo o território nacional assinaturas para o documento "Uma trégua para a Amazônia". O objetivo é remeter um abaixo-assinado de 140 mil assinaturas às Nações Unidas.

Os itens da trégua são os seguintes:

1 Cessar-fogo

Objetiva a suspensão, pelo período mínimo de 3 anos, de todos os incentivos e dos empreendimentos minerais, siderúrgicos, viários e hidrelétricos que impliquem o desmatamento em grande escala, mudanças

irreversíveis do ecossistema ou prejuízos significativos às populações locais e aos povos indígenas.

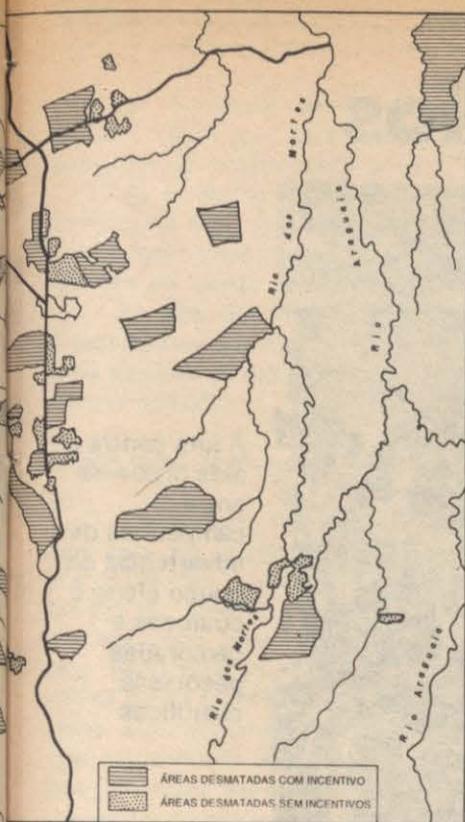
2 Um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia

Propõe a revisão global do modelo de desenvolvimento adotado para a região e a reorientação dos investimentos privilegiando atividades ecológicas e socialmente sustentadas no extrativismo, pesca, turismo, indústrias não-poluentes e mineração não-predatória.

Definição de uma política científica e tecnológica de preservação do meio ambiente, com participação de órgãos como universidades, Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, com linhas explícitas de pesquisa voltadas para a tecnologia tropical.

3 Criação das reservas extrativistas

Sugere demarcar e preservar grandes áreas, para o desenvolvimento de atividades extrativistas não-predatórias, sob controle das



populações locais, seringueiros, castanheiros e pescadores, através da concessão de uso da terra por um período não inferior a 30 anos.

4 Revisão de política de colonização

Considerando o fracasso econômico, ecológico e social da colonização na Amazônia, feita como válvula de escape das tensões do país, estas geradas em grande parte pela não-realização da reforma agrária, propõe: zoneamento para um desenvolvimento ecológico e auto-sustentável na Amazônia, baseado em programa de ordenação do território. A rede rodoviária não pode ser trilha de devastação, mas canal de ligação de uma rede urbana, provida de saúde, educação e transportes para o desenvolvimento regional equilibrado.

5 Nova política madeireira

A proibição da exportação de madeira em toras, conforme consta do projeto governamental "Nossa natureza", refere-se a uma lei que já fez parte do Código Florestal. Por isso, sugere-se uma política de reflorestamento das áreas degradadas, para atividade madeireira, e proibição do

uso do "correntão" na Amazônia; fiscalização efetiva de todas as serrarias e fechamento das serrarias clandestinas; estímulo à exportação de artefatos de madeira, criando empregos na região.

6 Nova política mineral

Propõe-se a proibição do uso de mercúrio nos garimpos da região, efetivando a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, de janeiro de 1988, que o ministro do Interior se recusou a assinar. Indica-se a substituição do mercúrio pelo carvão ativado, no processo de apuração do metal. Deve-se obrigar os mineradores a seguirem a nova Constituição, evitando a poluição dos rios e reconstituindo os solos e o revestimento vegetal, após a exploração das lavras.

7 Nova política energética

Pede-se a revisão dos grandes projetos hidrelétricos e a participação das populações atingidas nas discussões públicas dos impactos sociais e ecológicos desses projetos. Pede-se ainda que se considere o valor econômico da fauna e flora na avaliação das obras, e o financiamento de alternativas de geração de energia não-poluente como miniusinas, termelétricas a gás ou a babaçu, e outras. Propõe-se a suspensão do complexo Babakuara-Kararaó, no Xingu, preservando as sete nações indígenas que ali habitam, e assinala-se o repúdio ao indiciamento dos índios Payakan e Kube-I, por terem alertado ao mundo do etnocídio embutido nesse projeto.

8 Ferro-gusa

Foram aprovados 28 projetos de usinas siderúrgicas no Programa Grande Carajás, dos quais quatro implantadas e três em construção. Todas estão sendo abastecidas com carvão vegetal de florestas nativas. Para exportar o ferro-gusa, abaixo do preço de custo para um mercado mundial saturado, serão devastados 30 milhões de hectares de florestas nativas, nos próximos dez anos.

Propõe-se a dissolução da Comissão Interministerial do Programa Grande Carajás, a anulação dos contratos de siderurgia a carvão de lenha e formação de uma nova comissão, integrada por técnicos e cientistas conhecedores dos problemas da Amazônia.

9 Nações indígenas

Objetiva garantir a soberania territorial e a cultura, tradição e costumes das nações indígenas; aplicar, de imediato, a nova Constituição, e demarcar e defender todos os territórios das nações indígenas, além de impedir que o Programa Calha Norte desfigure os territórios indígenas, transformando-os em colônias agrícolas. Sugere-se a vigilância de batalhões florestais, para impedir que mineradoras, madeireiras e grileiros invadam as nações indígenas.

10 Paz amazônica

Prevê-se a instituição do "Habeas-Data Ecológico", com acesso público às fotografias de satélite, arquivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam, entre outros, e a auditoria das concessões e aplicações dos incentivos da Sudam. Pede-se ainda a regulamentação imediata do art. 225 da nova Constituição, no que concerne à criminalização dos delitos ambientais, especialmente quanto às queimadas de florestas nativas e desmatamento de áreas de proteção e nascentes. Para tanto, atuariam Batalhões Florestais, na fiscalização e na luta contra o ecocídio amazônico.

O documento é patrocinado por várias entidades, como o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica-Ibase; Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia/UFRJ- Coppe; Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia-CND-DA; Conselho Indigenista Missionário-Cimi; Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS; Assembléia Permanente do Meio Ambiente; e o grupo Oikos.

Aids, atrás dos remédios



A luta contra a aids divide-se entre campanhas de advertência de pouco efeito e custosas e demoradas pesquisas científicas

Pouca coisa tem sido feita no Brasil em termos de combate à aids, e o pouco que se realizou teve muitos equívocos". Essa é a opinião do escritor Herbert Daniel, coordenador da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids-Abia. Ele critica o governo federal

por não realizar um programa unificado que enfrente seriamente a doença. "Temos hoje", acrescenta, "4.700 casos de aids que com os que não se notificam, somam cerca de 8.000".

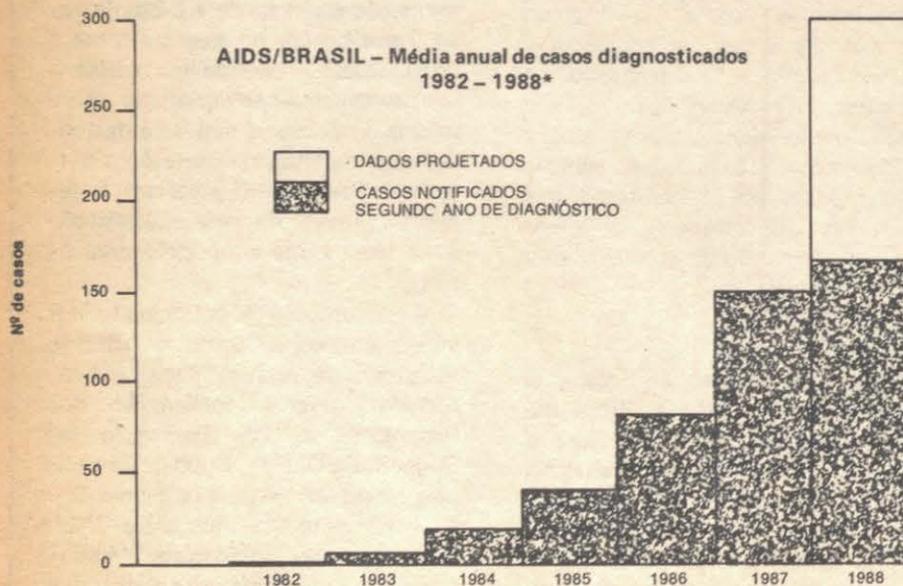
Não existe vacina contra a doença e, por isso, segundo Herbert, uma campa-

nya correta, de longo alcance, é um meio real de controle da epidemia. Além disso, o escritor cita o fato de país não ter investido na fabricação de seu próprio sistema de análise de sangue, como um exemplo do descaso governamental em relação à gravidade do problema. "O teste Elisa, (enzima-linket-imune-sorbent-agent)", diz ele, "custa 40 mil cruzados e, caso positivo, necessita de um Western Blot, exame confirmatório que custa 140 mil cruzados, tornando absolutamente impossível o acesso da população aos mesmos".

Nesse sentido, o médico imunologista Bernardo Galvão, que dirige a Unidade de Pesquisas sobre Aids, da Fundação Instituto Osvaldo Cruz, esclarece que um dos objetivos da unidade é a criação do teste. No momento, a unidade trabalha no isolamento dos diversos vírus da aids detectados no país. O objetivo é conseguir informações importantes sobre eles, possibilitando futuras adaptações de vacinas. "Com o conhecimento dos vírus que circulam", esclarece o imunologista, "poderemos dizer se uma vacina serve ou não".

Para realizar esse trabalho, Galvão diz ter recebido substancial ajuda finan-

Quadro I



* Dados processados até semana 43/88
 Fonte: Boletim Epidemiológico Aids - Ministério da Saúde

ceira da Fundação Banco do Brasil (267.870 OTN) que será aplicada nas pesquisas nos próximos dois anos.

Sobre a relação entre a doença de Chagas e a aids, ele desmente as notícias de que o vírus "tripanossoma cruzi" interfira no campo de ação do HIV, o vírus da aids. Segundo o especialista, a tuberculose, que é uma doença endêmica no Brasil, é que tem "concomitância com a aids".

A aids não é doença de elite

O coordenador da Abia constatou, com base em análise das fichas dos casos notificados na Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, que a maioria dos doentes eram trabalhadores assalariados, residentes em bairros de classe média ou da periferia. Ele conclui, portanto, que os números são proporcionais à quantidade de pessoas existentes nas diferentes classes sociais. Como a classe trabalhadora é a mais numerosa,

vado a lei que proíbe a comercialização, o sangue continua sendo uma ameaça. Só no Rio de Janeiro existem cerca de 100 pequenos bancos que atuam sem fiscalização". Entretanto, o coordenador ressalta que, em termos de transmissão, primeiro está a sexual (homossexual, bissexual e heterossexual), para depois aparecer a transmissão sanguínea (Quadro 2).

Apesar do contágio sexual ser o primeiro meio de difusão da aids, as transfusões de sangue no Rio de Janeiro já infectaram 75% dos 1.100 hemofílicos. Entre eles, 58,97% têm até 24 anos. A maioria dos hemofílicos é solteira e vários casos numa mesma família têm sido observados, com frequência.

Mulher

A Abia, segundo Herbert, tenta através de suas publicações desmentir a campanha oficial de "prevenção", que



Teleconferência reuniu 100 mil médicos

do Ministério da Saúde desconhecem completamente a realidade da aids no Brasil".

O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro disse, recentemente, num artigo publicado no jornal "O Globo", que "tenho em meu poder registros de que uma única prostituta pode contaminar 800 homens em apenas um ano". No entanto, dados da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro revelam não existir um caso sequer de transmissão do HIV para um homem, por relações heterossexuais.

Cuba

Apesar de Cuba se orgulhar de contar com um dos programas de verificação de aids mais rigorosos da terra, pois sete milhões de cubanos, até 1990, deverão ter se submetido aos exames de detecção do vírus, a coordenação da Abia faz críticas ao método de confinamento utilizado naquele país. "Os 179 cubanos contaminados pela aids estão numa fazenda, perto de Havana, sem acesso à vida coletiva, o que representa algo muito decepcionante", diz Herbert. Para ele, essa prática em relação a qualquer doença contagiosa é condenável: "Prendem as pessoas, mas o vírus está solto". "De certa forma" comenta, "a sociedade busca uma falsa proteção, aprisionando e retirando os direitos civis dessas pessoas. Lá é o único lugar no mundo que temos notícia sobre um tratamento dessa natureza. É lamentável que isso esteja ocorrendo logo em Cuba, onde a medicina conseguiu, em relação à própria aids, grandes conquistas em termos de controle de sangue e testes".

Nereida Daudt

Aids/Brasil - Casos por categoria de transmissão e sexo (1982-88)

Categoria de transmissão	Masc	%	Fem	%	Masc/Fem	Total	%
Transmissão sexual	3259	75,4	100	25,8	33/1	3359	71,3
homossexual	2095	48,5	-	-	2095/-	2095	44,5
bissexual	938	21,7	-	-	938/-	938	19,9
heterossexual	226	5,2	100	25,8	2/1	326	6,9
Transmissão sanguínea	671	15,5	233	60,2	3/1	904	19,2
hemofílico	161	3,7	-	-	161/-	161	3,4
usuário de drogas	338	7,8	123	31,8	3/1	461	9,8
receptor de sangue/comp	172	4,0	110	28,4	2/1	282	6,0
Transmissão perinatal	26	0,6	31	8,0	1/1	57	1,2
Transm. não def./outras	366	8,5	23	5,9	16/1	389	8,3
Total	4322	91,8	387	8,2	11/1	4709	100,0

Fonte: Bolefím Epidemiológico Aids - Min. Saúde. Dados referentes à última semana de outubro de 1988

"é nela que está localizada a maioria dos casos. Mas esse dado não invalida o fato de haver doentes em todas as esferas, desde os mendigos até os ricos".

Sangue

Estudos recentes, entre 100 mendigos no Rio de Janeiro, constatam que 70% são "doadores profissionais", e que 7% são portadores do vírus da aids. Herbert Daniel destaca a questão do sangue no Brasil como muito preocupante: "Apesar da Constituinte ter apro-

está baseada num rosto de mulher. A propaganda, "Quem vê cara, não vê aids", estampada em toda a mídia, utiliza a imagem feminina.

"Esta visão preconceituosa tem aparecido de diferentes formas, em toda a campanha governamental sobre aids na tevê", observa. Além disso, o escritor lembra que menos de 5% da população com aids no país é constituída por mulheres, enquanto nos filmes de televisão a homossexualidade masculina tem sido tratada de forma sutil, evidenciando todo um atraso. "Esses burocratas

As várias faces de Angola

Fotografias, vídeo, dança e música trazem ao Brasil uma informação do modo de ser e das manifestações artísticas do povo angolano

Eventos culturais marcaram a presença de Angola nos últimos meses de 1988, coincidindo com as comemorações do centenário da abolição da escravatura e com o Dia da Consciência Negra, a 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência à escravidão. A presença de Angola aconteceu através de uma exposição de fotografias, exibição de um vídeo, excursão do Ballet Nacional e apresentações de um dos principais artistas da música popular daquele país, o cantor e compositor Felipe Mukenga.

Panorama humano

A exposição de fotografias e a exibição de vídeo de Angola realizaram-se no Rio de Janeiro (Paço Imperial), São Paulo (Museu da Imagem e do Som) e em Salvador (Casa do Benin), permitindo a milhares de pessoas travar conhecimento com aspectos da realidade angolana, como sua paisagem humana, cultura e dados da atualidade política e econômica.

A exposição fotográfica e o vídeo resultaram: do trabalho de uma equipe de cinco profissionais brasileiros - Luís Antônio Amaro da Silveira, Roberto Berliner, Gustavo Hadba, Robson Maia e Ricardo Azoury - que percorreram Angola em maio passado, com o objetivo de captar seu clima social. Um dos pontos levados em consideração pela



As fotos de Ricardo Azoury captaram a múltipla realidade dos angolanos

equipe foi a de tentar encontrar possíveis pontos de identificação entre o angolano e o brasileiro, uma vez que 70% da população negra trazida escravizada para o Brasil procederam de Angola, incorporando ao país a rica herança daquela cultura africana.

As oitenta fotos, de autoria de Ricardo Azoury, descobrem as várias faces da atualidade angolana, seja através de flagrantes de rua, seja em cenas da vida cotidiana, incluindo a situação de guerra contra a invasão sul-africana. Na aldeia de Chicala, um flagrante da atividade da pesca artesanal mostra como trabalham os homens que tiram seu sustento do mar, enquanto as fotos de um salão de

beleza e de uma barbearia fixam outro aspecto importante da realidade humana do país, hoje. Igrejas, danças, feiras, trabalho e diversão, amor e guerra, homens, mulheres e crianças, manifestações festivas e costumes - um retrato atual do país, fixo no painel ou em movimento no vídeo, este dirigido por Roberto Berliner. Sob vários ângulos, ressalta a identificação com paisagens humanas e sociais brasileiras.

A iniciativa comprovou a oportunidade de se multiplicarem as possibilidades de maior intercâmbio de informações entre os dois países, com o alto significado de redescobrir raízes.

O batuque e os Kuanhamas

Apresentando-se em diversas cidades brasileiras, o Ballet Nacional de Angola trouxe uma mostra da dança do país, exibindo números de danças regionais e as principais manifestações dos kuanhamas, povo do sul angolano.

A primeira parte do programa transcorria sob o efeito sonoro do batuque, uma forma generalizada de comunicação e de expressão ritual em toda a sociedade africana, servindo para anunciar e marcar desde as festas de um nascimento até as tristezas das cerimônias

fúnebres. Sua universalidade na expressão musical africana foi assim apresentada pelo balé angolano, através das danças da colheita, ovindyomba, chinongo ou palhaço, mikixi, onkhili, maringa e muxeta.

A dança da colheita, como diz o nome, refere-se a manifestações de camponeses pelos resultados das plantações e caracteriza-se pelo tom de alegria, ex-

presso também pelas roupas ornamentadas com missangas. Outra dança camponesa é a ovindyomba, manifestação característica da população do município de Kilengues, da província sulista de Huíla, e envolve igualmente a participação de homens e mulheres, com penteados especiais e roupas coloridas.

Festa e luto

A dança da província de Bié é o chinongo ou palhaço. A figura do palhaço, chamada de mukisi, participa de todas as festas populares e fúnebres e a dança do chinongo tem a característica de somente admitir a assistência de homens.



A riqueza dos ritmos e das danças tradicionais foi apresentada pelo Ballet

Outra das danças rituais exibidas pelo balé angolano foi o mukixi, originária da província de Lunda-Norte, no nordeste de Angola, e também tradicional nas províncias de Moxico, Lunda-Sul e Malange. Ela marca a cerimônia da circuncisão. As figuras dos mukixis apresentam-se com vestimentas de rede e usando uma máscara de palha, chamada de nangulu. Uma manifestação de fundo recreativo é o onkhili, uma dança acrobática, da região norte da província de Huíla, originária do povo ovakwangala, que a chamavam de ovipela pele. Os vacilengues khumbis introduziram-lhe alguns aperfeiçoamentos e rebatizaram-na como onkhili. Seu caráter de diversão exige a presença de homens e mulheres, estas muito ador-

nadas, usando nas pernas as ocinuncas, que servem de instrumentos musicais.

Outra dança recreativa das províncias de Lunda-Norte e Lunda-Sul é a maringanga, cuja coreografia é circular e que exige homens e mulheres em vestes festivas. É também tradicionalmente praticada nas províncias de Cabinda e Moxico. Nesta última, outra dança característica é a muxeta, uma manifestação ritual, pois sua motivação é a de demonstrar solidariedade à família enlutada pela morte de um parente.

Os kuanhamas

A segunda parte do programa do



Felipe Mukenga trouxe a música popular atual

da ou não. A importância dessa dança cerimonial para a comunidade é realçada por sua duração de quatro dias e pelos detalhes de sua execução, que envolvem vestimenta e adornos especiais. No quarto dia, a dança deve ter a duração de quatro horas, simbolizando a resistência da virgem. Depois, as jovens, já consideradas adultas, são acompanhadas pelas que farão a iniciação no ano seguinte e percorrem as comunidades vizinhas, onde recebem presentes, portando, a seguir, casar-se.

A dança do oudano é parte da efundula, caracterizando-se, portanto, pelo objetivo de iniciação à vida adulta. Seu sentido é o de servir de uma espécie de exibição das moças aos rapazes. Por isto, estes não participam, ficando apenas na assistência, ocasião que lhes serve para fazer a escolha matrimonial. O próprio objetivo da dança exige que as moças estejam muito enfeitadas, vestindo a saia vermelha, chamada odeleia, e usando, nas pernas, os chocalhos, ou oititis. O agradecimento dos rapazes, e simultaneamente sua exibição às moças, é o omoko, em que os jovens usam apenas uma tanga, o elupi.

Mandume

Herói de seu povo, Mandume é o símbolo da resistência dos kuanhamas aos colonizadores, no século passado. Chefe poderoso e hábil, suicidou-se, quando a força superior das tropas coloniais portuguesas já não podia ser enfrentada. A saga de Mandume e de seu povo foi o tema dos dois balés especiais que resgatam, através da arte, a memória de uma etapa vital para o espírito de resistência do país.

•
P.M.

Ballet Nacional de Angola mostrou ao público brasileiro um pouco da história dos kuanhamas, povos do sul de Angola, naturais da província de Cunene e que registram um passado de ação guerreira. A exibição do perfil cultural dos kuanhamas envolveu a apresentação das danças da efundula ou efiko, do oudano, omoko, oichaka ou ocaka, tradicionais manifestações locais, e dois balés especiais, elaborados sobre sua história: "O reino do Rei Mandume" e "A história do Rei Mandume, símbolo da resistência nacional".

A efundula ou efiko é um rito de iniciação sexual e obrigatória para todas as moças, quando alcançam a capacidade de conceber filhos, podendo, após a cerimônia, ter relações sexuais, seja casa-

A guerra da intolerância

Nos últimos anos o Brasil, e especialmente o Rio de Janeiro, vem sendo palco de uma verdadeira guerra santa, segundo a constatação dos grupos de religião afro-brasileira. Indiferentes ao preceito da liberdade de culto, algumas instituições protestantes, recentemente implantadas no Brasil, vêm se dedicando a agredir outras crenças, das mais diversas formas, apresentando como razão para tal a expansão de suas idéias religiosas.

Personalidades destacadas, líderes religiosos assumem microfones em praça pública, estádios, rádios e televisões para lançar até improperios contra as religiões afro-brasileiras e seus seguidores, e conclamar os fiéis à luta contra o "mal" por eles detectados.

Essas mesmas pessoas escrevem livros sobre o sistema religioso alheio, e não se dão ao trabalho de estudá-lo, a fim de evitar o enfoque equivocado, porque a intenção não é entender o próximo, mas sim, combatê-lo, segundo as denúncias dos umbandistas. Sob o pretexto de ataque ao demônio, as igrejas eletrônicas distorcem fatos, servem-se de expressões injuriosas, atribuindo aos seguidores das religiões de origem africana todos os males que assolam o país.

Guerra contra o diabo

Como resultado da situação, criou-se uma comissão Oju Obá, que elaborou um documento, denunciando os abusos com objetivo de oferecer uma resistên-



As agressões das igrejas evangélicas do ramo pentecostal levaram um grupo de estudiosos e religiosos do candomblé e umbanda a se organizarem e defenderem as culturas africanas

cia contra esses ataques. Esse texto, intitulado "Guerra Santa fabricada" foi elaborado a partir de material dessas igrejas fundamentalistas, mas, basicamente foram examinados três livros: "Porque crescem os pentecostais", de Peter Wagner; "Orixás, Caboclos e Guias", de Edir Bezerra Macedo, da igreja universal do reino de Deus, e "Os Deuses da Umbanda", de Neuza Itioka.

Sem citar fontes de pesquisa, nomes ou dados reais, por exemplo, o capítulo

VII, do livro "Possessão e Encostos", do pastor Macedo, repudia as religiões afro-brasileiras: "Os maiores médicos do Rio de Janeiro já chegaram à conclusão de que o espiritismo é a maior fábrica de loucos que existe. Basta dar uma volta nos consultórios psiquiátricos, para verificarmos que os pacientes, muitas vezes jovens e inteligentes, são pessoas que foram desgraçadas por essa praga perante a nossa sociedade".

Nota-se, nos textos em geral, uma tendência a colocar os sistemas religiosos de origem africana como integrantes do governo, idéia também contida em "Os Deuses da Umbanda", de Neuza Itioka e não ausente nos escritos do pastor Macedo.

O público-alvo dos Estados Unidos

"Certa vez em nossa igreja, libertamos um homem que era pai-de-santo e que participou de uma cerimônia, onde um ex-ministro fez a cabeça no candomblé. No espiritismo é assim. A pessoa vai descendo cada vez mais", escreve o pastor.

Do livro de Peter Wagner, "Por que crescem os Pentecostais", editora Vida, em tradução de Wanda Assunção, o documento da comissão Oju Obá tirou o seguinte dado: "Nem toda a gente na América Latina é igualmente receptiva ao Evangelho. Algumas pessoas constituem solo rochoso, conforme comprovado pela experiência. Mas as classes trabalhadoras, as massas deserdadas, os lavradores migrantes, os favelados e oprimidos demonstram, em um país ou outro, ser o solo fértil da



O estudo aponta os métodos de propaganda utilizados pelos pastores eletrônicos

América Latina. Em geral são as pessoas que estão nas igrejas pentecostais”.

Já da obra da dra. Neuza o documento registra a afirmação de que Chico Xavier não escreve o que lhe dita Humberto Campos, mas sim o satanás: “Um dos demônios encarregados de iludir as pessoas invadiu o corpo deste médium, e, pela insistência e cansaço, conquistou o corpo e alma de Chico Xavier, para fazer dele seu escravo”. Segundo o estudo dos representantes das religiões afro-brasileiras, o preconceito dessa autora evangélica se estende à arte negra: “A arte negra evidentemente valeu-se de uma variedade de métodos, e certos feiticeiros chamam a si mesmos mestres do demônio”. A autora vê em tudo o demônio, o satanás temido do mundo cristão, e defende o uso de métodos não-autorizados pela legislação vigente para combatê-los. Aconselha a quebrar templos, imagens, etc...

Intolerância religiosa

A comissão de estudiosos explica também que, além da existência das chamadas fogueiras santas, cerimônias nas quais os pastores queimam publicamente objetos de culto, escarnecendo assim da religião alheia, as relações sociais estão sendo abaladas, principalmente na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, onde existem centenas dessas igrejas evangélicas.

Toda igreja ligada a tais líderes religiosos, diz o documento, está equipada

com potente aparelhagem de som, que inclui alto-falantes para transmitir os cultos e sermões por toda a vizinhança.

Os seguidores dos orixás têm certeza de que todas essas atitudes constituem irregularidades, pois não aceitam que seus deuses sejam imundos e que suas imagens sejam destruídas, além de acharem autoritária a forma de invasão sonora que essas igrejas realizam, obrigando as pessoas recolhidas em seus lares a escutar pregações das quais muitas vezes discordam.

Proposta de organização

Com o objetivo de criar um Conselho Nacional da Tradição dos Orixás e um Conselho Nacional das Religiões Afro-brasileiras, um grupo de trabalho do Instituto de Pesquisas e Estudo da Língua e Cultura Yorubá-Ipelcy fez um

projeto de criação das coordenações regionais dessa crença nas comunidades-terreiro.

O projeto visa a uma ampla discussão com todos os segmentos representativos das comunidades-terreiro, das várias religiões de origem africana no Brasil. Ao observar essas realidades e interesses comuns, a finalidade do projeto é acentuar as semelhanças e compreender as diferenças. Objetiva revisar o processo de dominação histórica, perseguição, descaracterização e marginalização a que foram submetidas essas religiões e avaliar a causa da atual desorganização política dos adeptos das crenças africanas, para formular uma estratégia de defesa comum contra os ataques e difamações provenientes da sociedade global e dos adeptos de outras religiões.

Justificativa

As religiões afro-brasileiras, segundo o projeto, são originárias das várias culturas tradicionais africanas, sempre sofreram discriminação, sendo qualificadas como primitivas e bárbaras, e tendo, inclusive, sofrido perseguição policial. O grupo de estudos do Ipelcy avalia que hoje a situação está agravada, apesar de não existir repressão policial. Os métodos se sofisticaram e a perseguição acontece através dos meios de comunicação e culminam nessas igrejas evangélicas, que, com seus programas de rádio, jornais e canais de televisão, acusam os adeptos das religiões afro-brasileiras de adoradores do diabo, homossexuais, prostitutas e toxicômanos.



Anunciadas curas e exorcismos são as principais armas de divulgação das seitas



Enterrem meu coração no delta do Amazonas

Paulo Ramos Derengoski*

Quando o primeiro homem branco pôs os pés no litoral brasileiro – há quase quinhentos anos – recebeu, dos índiozinhos que se aproximaram sorrindo, um curioso presente: um cocar de penas brancas. Meio envergonhado, ele retribuiu a oferta – e lhes deu um pesado sombreiro negro. Tinham início as dolorosas relações entre “selvagens” e “civilizados”. Começavam alegremente, terminariam mal. Pois dos cinco milhões de índios que naquela época viviam entre o Oiapoque e a barra do Chui – entre o rio Javari e o Cabo de Santo Agostinho – hoje restam cerca de cem mil, na sua maioria desorientados, alquebrados, insanos, desdentados, entorpecidos, abobados.

Foi na Amazônia que se desenvolveu a etapa mais dramática dessa destruição. Ali, em pleno Século das Luzes, um bando de molambentos se atirou sobre os indígenas, com o objetivo de se apossar de mão-de-obra barata para alimentar o monstro industrial da borracha.

A nação waiká foi a primeira a receber o impacto. Sobre os xirians caíram os abutres do ramo mercantil: mascates, comerciantes de armas e de cachaça. Os guaharibos tiveram destruídas as habitações que constituíam a base de sua vida comunal primitiva – e se desintegraram.

O massacre mais brutal foi nos vales do Juruá e do Purus, onde outrora se encontravam as maiores reservas de seringueiras do mundo. As nações pano e aruaque foram rapidamente dizimadas. Índios altivos arrojavam a frente ao pó, diante da imensa superioridade do branco, de sua inteligência diabólica. Entrava em cena um especialista em matar

índios: o “bugreiro”, capanga de tocaias e traições, aborto tardio do bandeirante predador, deus do jagunçado.

Nos extensos vales do Tapajós e do Madeira, os torás e os munducurus tentaram constituir uma barreira ao avanço do branco. Também o povo parintin cobrou um alto preço (em sangue) pela borracha, que um dia foi extraída da floresta para fabricar os pneus das limusines das grã-finas da Côte d’Ázur – ou dos carros de combate que iriam rolar nas areias do Ryff africano.

Carijós, xucurus, potiguaras: deles só resta a memória. Contra os timbiras travou-se uma luta prolongada, porque os índios se refugiavam na Serra Geral, de onde raramente saíam. Mas, quando se tornava difícil destruí-los pela guerra, eram atraídos para a periferia de povoados sórdidos, onde as doenças e o álcool se encarregavam do resto.

Algumas nações foram jogadas contra outras, como os crahós, que se especializaram em escravizar seus irmãos, para vendê-los aos brancos em troca de cachaça e sal. Somente os mais ariscos e alçados conseguiram sobreviver, como os gaviões, que até hoje se escondem pelas margens do Tocantins.

No coração do Planalto Central, a nação carajá foi das mais judiadas: os que restaram são atração turística na Ilha do Bananal, onde sacodem a bunda para fotografias coloridas.

Os ingênuos xerentes – que chegaram a transformar d. Pedro II em seu “deus” – também desapareceram do mapa. No centro do país, ainda restam alguns caiapós e xavantes, que só sobreviveram por serem ferozes e arredios. E os bororos, outrora notáveis pela robustez física, entraram em decadência.

No vasto pantanal do Mato Grosso viviam os mbaia-guaicurus, os

primeiros índios do continente a utilizar o cavalo como montaria. Aliados aos canoeiros poiaguás, eles dominavam vasto território. Na guerra do Paraguai, chegaram a constituir batalhões, que lutaram ao lado dos brasileiros para impedir a penetração guarani ao norte do rio Apa. Pois desses altivos cavaleiros restam hoje pouco mais do que dez indivíduos arrasados.

Tristes trópicos: cadiveus, guanás, otis, terenas, todos se acabaram. Alguns tomados de impulsos místicos alucinatórios, se suicidaram – ou fugiram em direção ao mar, numa ânsia louca de liberdade. Outros terminaram mendigando à beira das estradas asfaltadas do progresso, como os botocudos, os maxacalis e os pataxós. No sul, os descendentes dos cainguangues e dos xoklengues se subdividiram em pequenas tribos, para fugir à penetração dos colonos. Erro fatal: “bugreiros” profissionais foram contratados para exterminá-los até à morte.

Mas, não tenhamos ilusões... Apesar de todos os discursos (e artigos bonitos) estamos na antevéspera da descida do pano sobre a tragédia de nossas populações autóctones.

Os índios estão no fim. Em breve, deles só restará a memória: terão sido apagados como os poemas que o santo padre Anchieta – José do Brasil – um dia riscou nas areias das praias: varridos pelas ondas sempre fortes e renovadas do ódio, afogados pelo profundo mar da ignorância.

E quando raiar o milênio, quando alvorecer o século XXI entre as neblinas das florestas brasileiras, os índios já não poderão contemplar o brilho das espadas e a beleza dos estandartes. Nem ouvir o tropel empoeirado e colorido da morte. ●

* Paulo Ramos Derengoski é jornalista e agricultor em Santa Catarina

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 - LUANDA - TELEX 3148 - 3260

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGOAVE
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola